



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA,
JUSTIÇA E CIDADANIA

COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA:
É POSSÍVEL UMA ATUAÇÃO INTEGRADA DO ESTADO E SOCIEDADE
PARA A REDUÇÃO DE VIOLÊNCIAS?

GILBER SANTOS DE OLIVEIRA

SALVADOR
2017

GILBER SANTOS DE OLIVEIRA

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA:
É POSSÍVEL UMA ATUAÇÃO INTEGRADA DO ESTADO E SOCIEDADE
PARA A REDUÇÃO DE VIOLÊNCIAS?**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, linha de pesquisa “Políticas e Gestão em Segurança Pública”.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Cristina L Chaves.

SALVADOR
2017

Oliveira, Gilber Santos de.

Comitê Interinstitucional de Segurança Pública:
é possível uma atuação integrada do estado e sociedade para a redução de
violências? / Gilber Santos de Oliveira, 2017.
175 f. il.

Orientadora: Profª. Dra. Sônia Cristina L. Chaves.

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia – Faculdade de
Direito, 2017.

1. Segurança Pública. 2. Universidade Federal da Bahia - Faculdade
de Direito. II. Chaves, Sônia Cristina L. III. Título.

GILBER SANTOS DE OLIVEIRA

**COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA:
É POSSÍVEL UMA ATUAÇÃO INTEGRADA DO ESTADO E SOCIEDADE PARA A
REDUÇÃO DE VIOLÊNCIAS?**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Sônia Cristina L Chaves - Orientadora
Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Ana Luiza Queiroz Vilasbôas
Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Íris Gomes dos Santos
Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFBA),
Doutora em Ciência Política (PPGCP/UFMG)

Aos colegas e parceiros do CISP, que acreditam que a união faz a força!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo; aos meus pais, pelos esforços desmedidos; a minha irmã, pelo apoio de sempre; a Lia, luz da minha vida; a Sophia, nova alegria; a Christianne, pela compreensão e apoio; ao demais familiares e amigos, pelo incentivo.

À professora Sônia Cristina Lima Chaves, pela paciência, incentivo, aprendizagem e por descortinar outros pontos de visão sobre fenômenos sociais, inclusive jurídicos.

Às professoras Íris Gomes e Ana Luiza Vilas Queiroz Vilasbôas, pelas contribuições teóricas e práticas, que também possibilitaram outros olhares sobre o tema pesquisado.

À professora Heloniza Oliveira Gonçalves Costa, pelo incentivo desde o pré-projeto, aporte teórico e leitura paciente e crítica de alguns escritos.

Aos professores e servidores do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação e Gestão de Segurança Pública – PROGESP/UFBA, por todas as contribuições teórico vivenciais, bem ao gosto da sociologia da solidariedade e da comunicação dialógica, dos professores Geraldo Ramos Soares e Iêda Matos Freire de Carvalho.

A professora Ivone Freire Costa, pela luta constante em prol da interlocução entre a academia e as instituições de defesa social.

A Ronilza Passos (Rony), pela prestatividade e incentivo.

Aos colegas de mestrado, pelo ambiente sadio, cooperativo e recreativo: estamos em paz, ainda na primeira divisão...

Aos Promotores de Justiça e demais parceiros do CISP, especialmente os informantes, pela transmissão de conhecimentos e práticas.

Ao Ministério Público do Estado da Bahia, por ter proporcionado esta oportunidade única de parceria com a Academia a seus colaboradores diretos.

Aos colegas de Serrinha e Alagoinhas, pela compreensão e apoio necessários aos desempenho das funções ministeriais durante os estudos.

“o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes de siglas, de signos de adesões, manifestações públicas etc) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço de relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e se se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro)”

Pierre Bourdieu¹

¹ Razões Práticas: sobre a teoria da ação, p. 50-51, 1996.

APRESENTAÇÃO

A minha participação na criação dos Comitês Interinstitucionais de Segurança Pública (CISP) de Irecê, Senhor do Bonfim, Serrinha e Alagoinhas, servindo como coordenador e executor das deliberações coletivas e em setembro de 2014, por ter participado dos três primeiros CISP's Regionais, dos até então seis formalizados, me levou a assumir a Gerência do Projeto “Segurança Pública Integrada – Regionalização do CISP” (Portaria nº 1506/2014), integrante do Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado da Bahia. A missão primordial do gerente é incentivar Promotores de Justiça do Estado a implantar CISP's em suas regionais, municiando-lhes com material e compartilhamento da experiência.

Quando da assunção da gerência estadual havia dois colegiados em efetivo funcionamento, dois meses depois esse número subiu 12 e atualmente existem 29. Apenas uma promotoria regional do Ministério Público do Estado da Bahia ainda não implantou o projeto.

Na execução do projeto, seja como coordenador, seja na condição de gerente, pude perceber que diversas iniciativas foram empreendidas, sobretudo em face do engajamento dos promotores de justiça e demais parceiros aderentes do projeto, mas não havia ainda uma análise científica sobre esta política pública.

Este projeto de pesquisa nasceu da necessidade de se analisar a execução do projeto de intervenção denominado CISP, a tentativa de compreender como ocorre a ação coletiva.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPSAD	Centro de Atenção Psicossocial/Álcool e Drogas
CEAPA	Central de Acompanhamento de Penas Alternativas
CISP	Comitês Interinstitucionais de Segurança Pública
CISP/Bahia	Comitê Interinstitucional de Segurança Pública do Estado da Bahia
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEG	Conselhos Comunitários de Segurança Pública
CRAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRISP/UFMG	Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais
CVLI's	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP's	Crimes Violentos contra o Patrimônio
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DIREC	Diretoria Regional de Educação do Estado da Bahia
DIRES	Diretoria Regional de Saúde do Estado da Bahia
DISEP	Distrito Integrado de Segurança Pública
DPT	Departamento de Polícia Técnica
FCCV	Fórum Comunitário de Combate à Violência de Salvador
FGISP	Fórum de Gestão Integrada em Segurança Pública
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAPSS	Grupo de Apoio Psicológico e Social de Serrinha
GEDEM	Grupo de Atuação em Defesa da Mulher
GGI	Gabinetes de Gestão Integrada
GM	Guarda Municipal

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOSEG	Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública e Justiça
JECRIM	Juizados Especiais Criminais
LEP	Lei de Execução Penal
ONU	Organização das Nações Unidas
PGJ	Procurador-Geral de Justiça
PIMA	Plano Intersetorial Modular de Ação
PLANESP	Plano Estadual de Segurança Pública
PM	Polícia Militar
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PPV	Pacto Pela Vida
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SMTT	Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

OLIVEIRA, G. S. **Comitê interinstitucional de segurança pública**: é possível uma atuação integrada do estado e sociedade para a redução de violências? 175 f. il., 2017. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania), Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador (UFBA), 2016.

RESUMO

Este estudo analisou a implementação do Projeto Comitê Interinstitucional de Segurança Pública no município de Serrinha (CISP/Sisal) entre os anos de 2014 e 2017, bem como a participação dos agentes no desenvolvimento de ações articuladas. Buscou-se verificar a contribuição dessa intervenção para a articulação e integração das instituições e das ações voltadas para a segurança pública e defesa social nessa região. Foi um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados através da análise de atas das reuniões e outros documentos do CISP/Sisal e realização de sete entrevistas semiestruturadas com membros com participação superior a 80% das reuniões. Foram analisadas as seguintes ações em Serrinha: análise de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), Ronda Maria da Penha e palestra para agressores (violência doméstica), articulação com a Central de Acompanhamento de Penas Alternativas (CEAPA), fomento ao Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG), monitoramento de vias públicas com câmeras e reuniões nos bairros. O estudo apontou que o CISP conseguiu articular e integrar ações no campo da segurança pública, com destaque para a prevenção de violências e criminalidade, através de parcerias entre instituições dos sistemas de segurança pública, justiça criminal e direitos sociais básicos, academia e comunidade. A ação mais mobilizadora do coletivo foram o videomonitoramento das vias públicas, seguido pelo acompanhamento dos CVLI. A Polícia Militar foi a instituição que mais acumulou reconhecimento nesse período. A não participação da polícia civil constrangeu algumas as ações coletivas propostas. Foram detectados constrangimentos e incentivos à articulação para a ação coletiva. Observou-se que a cooperação dos indivíduos para a ação coletiva no CISP decorre da relação entre as posições sociais dos agentes neste campo burocrático. Esse espaço é caracterizado pela falta apoio das cúpulas das instituições públicas às unidades locais e pela noção de pertencimento à comunidade local, com forte influência sobre suas tomadas de posição.

Palavras-chaves: Segurança pública. Articulação. Integração. Ministério Público.

OLIVEIRA, G. S. **Interinstitutional Committee on Public Security**: Is it possible for the state and society to act in an integrated way to reduce violence?. 175 f. il, 2017. Dissertation (Master in Public Security, Justice and Citizenship) - College of Law. Federal University of State of Bahia (UFBA). Salvador, 2016.

ABSTRACT

This study analyzed the implementation of the Interinstitutional Committee on Public Security in the municipality of Serrinha (CISP / Sisal) between 2014 and 2017, as well as the participation of the agents in the development of articulated actions. It was sought to verify the contribution of this intervention to the articulation and integration of institutions and actions directed to public security and social defense in this region. It was a case study with a qualitative approach. Data were collected through analysis of minutes of meetings and other CISP / Sisal documents and seven semi-structured interviews with members with more than 80% of participation in meetings. The following actions were analyzed in the municipality of Serrinha: analysis of Violent Intentional Lethal Crimes (CVLI), Ronda Maria da Penha and lectures for aggressors (domestic violence), articulation with the Center for Monitoring Alternative Penalties (CEAPA), promotion to the Community Safety Council (CONSEG), monitoring of public roads with cameras and meetings in the neighborhoods. The study pointed out that CISP was able to articulate and integrate actions in the field of public security, with emphasis on violence and crime prevention, through partnerships among institutions of public security systems, criminal justice and basic social rights, academia and community. The most mobilizing action of the collective was the video monitoring of public roads, followed by the follow-up of the CVLI. The Military Police was the institution that accumulated more recognition in this period. The non-participation of the civil police constrained some of the collective actions proposed. Constraints and incentives to articulation for collective action were detected. It was observed that the cooperation of individuals for collective action in the CISP stems from the relationship among the social positions of the agents in this bureaucratic field. This space is characterized by the lack of support from the domains of the public institutions to the local units and by the notion of belonging to the local community, with strong influence on their positioning.

Keywords: Public safety. Articulation. Integration. Ministério Público.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	CISPS implantados até 2016 segundo reuniões periódicas, CVLI, atuação na violência doméstica, CEAP, apoio aos CONSEGs, vigilância por câmeras e reuniões com comunidade, 2016.....	28
Quadro 2 -	Entrevistados sobre a atuação do CISP, 2017.....	32
Quadro 3 -	Conselhos de Políticas Públicas no Brasil.....	61
Quadro 4 -	Aspectos positivos e pontos para melhoria do acompanhamento das análises de CVLI no CISP/Sisal	83
Quadro 5 -	Aspectos Positivos e Pontos Para Melhoria da Ação Ronda Maria da Penha do Cisp Serrinha em 2016	97
Quadro 6 -	Ações voltadas para agressores	97
Quadro 7 -	CEAPA	102
Quadro 8 -	CONSEG	108
Quadro 9 -	Videomonitoramento	119
Quadro 10 -	Reuniões nas Comunidades	123
Quadro 11 -	Disque-Denúncia local	127
Quadro 12 -	Ações Relacionadas ao Consumo de drogas	130
Quadro 13 -	Projeto Paz e Cidadania	135
Quadro 14 -	Principais características dos agentes entrevistados em relação a ocupação, atividade político-partidária, comunitária, opção religiosa, origem social dos pais, 2017	136
Quadro 15 -	Percepção dos agentes sobre a atuação do CISP Sisal, 2017.....	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMAS DE PESQUISA	25
2	HIPÓTESE	25
3	OBJETIVOS	26
3.1	OBJETIVO GERAL	26
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
4	METODOLOGIA	26
5	REFERENCIAL TEÓRICO	32
5.1	A TEORIA DA AÇÃO SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU	32
5.2	GOVERNANÇA, REDE E SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	36
5.3	CRIMINOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE	45
5.4	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INDUTOR DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA	52
5.5	O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE VIOLÊNCIAS E PROVIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	55
5.6	SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	58
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
6.1	O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SERRINHA E REGIÃO DO SISAL – CISP/SISAL: IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	62
6.2	O CISP/SISAL PARA SEUS INTEGRANTES: CONCEPÇÕES SOBRE SEU PAPEL	66
6.3	ANÁLISE DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS – CVLI	72
6.4	AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	83
6.5	CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS – CEAPA	97
6.6	CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONSEG	103
6.7	VIDEOMONITORAMENTO DE VIAS PÚBLICAS	108
6.8	REUNIÃO NAS COMUNIDADES	119
6.9	OUTRAS INICIATIVAS DO CISP/SISAL	123
6.9.1	Disque-Denúncia local	124
6.9.2	Conselho e Fundo Antidrogas	128

6.9.3	Projeto Paz e Cidadania	131
6.10	POSIÇÃO SOCIAL E PERCEPÇÕES DOS AGENTES SOBRE SUA ATUAÇÃO	135
7	ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO	145
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	155
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	161
	ANEXO 1 – CISP’S REGIONAIS INSTALADOS EM JULHO/2017	163
	ANEXO 2 - 1ª ATA - REUNIÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÉ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DA REGIÃO DO SISAL – CISP	164
	ANEXO 3 – ATO NORMATIVO Nº 010/2014	167
	ANEXO 4 – RESOLUÇÃO Nº 001, DE 08 DE MAIO DE 2014	168

1 INTRODUÇÃO

Dados do 9º Anuário de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostram que em 2014 foram registradas 58.497 mortes violentas no país, um índice de 28,8 mortes violentas por 100.000 habitantes, uma das mais altas do mundo (LIMA; BUENO, 2014).

Das cinquenta cidades mais violentas do mundo, vinte e uma são brasileiras¹. Nesse sentido, segurança pública, violência e criminalidade são assuntos que interessam vários ramos do conhecimento e da burocracia pública, não se circunscrevendo exclusivamente à polícia.

Desde a década de 1990 o crime no Brasil saiu da condição de excepcionalidade para cotidianidade (ADORNO, 1996). Este autor sustenta que nas últimas duas décadas houve um crescimento generalizado nas diversas formas de violência urbana, como crime comum, crime organizado, violência doméstica, violação de direitos humanos, entre outros, gerando sentimento de medo e insegurança nos mais distintos grupos e classes sociais, conforme várias sondagens de opinião pública. Isso atraiu a atenção da mídia impressa e eletrônica, multiplicando sua discussão nas esferas locais, regionais e nacional, despertando tardiamente também o interesse acadêmico, visto que o Brasil não tem tradição de estudos na área. O autor sustenta, ainda, que o aumento da criminalidade gerou sérios impactos no sistema de justiça criminal, que se mostrou completamente ineficaz na contenção da violência no contexto do Estado Democrático de Direito (ADORNO, 1970).

Adorno sustenta que o monopólio do uso legítimo da força nas mãos do Estado no Brasil – talvez seu conteúdo mínimo, mesmo para os (neo) liberais econômicos – não foi condição suficiente para assegurar a pacificação dos costumes e hábitos enraizados na sociedade desde tempos imemoriais. O processo de globalização, aliado à revolução tecnológica, sobretudo das comunicações, tem relativizado sobremaneira os fundamentos do Estado Modernos, especialmente com as noções de soberania e território. Os valores do capitalismo, sobretudo os apelos consumistas e a exacerbação do individualismo, completam um cenário em que as respostas clássicas dos sistemas de segurança pública e justiça criminal são postos em cheque.

¹ Brasil tem 21 cidades em ranking das 40 mais violentas do mundo; veja a lista. Globo.com. Mundo. 25/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/brasil-tem-21-cidades-em-ranking-das-50-mais-violentas-do-mundo.html?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1>. Acesso em: 2 jul. 2016.

No caso do Brasil, os fluxos migratórios campo-cidade geram inchaço das principais metrópoles, sobretudo através de moradias precárias, o que tem contribuído para diminuir os laços sociais, a coesão social. A expansão do narcotráfico num contexto social totalmente precário, aliado aos efeitos nefastos da própria criminalização de algumas condutas, permitindo reprodução de criminalidade através da precariedade do sistema prisional, agravam ainda mais a situação, na visão do autor.

Tal estado de coisas e o contexto liberal pós anos 1980 impelem o Estado a, cada mais, tentar transferir responsabilidades para a sociedade civil e o mercado. Adorno aponta, ainda, que em curto lapso temporal o Brasil experimentou uma “acentuada modernização de suas estruturas sociais”, como, por exemplo, fim da escravidão, formação de mercado de trabalho livre, industrialização, urbanização, mudanças nas bases do poder político (fim da monarquia), mas tais transformações não foram assimiladas nas práticas políticas e sequer pela sociedade. O autor atribui tal situação ao fato de que os direitos civis e políticos terem permanecido nas mãos das elites proprietárias. É fenômeno corrente no discurso jurídico que vivemos numa democracia meramente formal – “cidadão de papel” (DIMENSTEIN, 1994) ou uma “cidadania regulada” (SANTOS, 1979 *apud* ADORNO, 1970).

O cientista social conclui seu estudo apontando que a baixa eficiência das agências encarregadas de combater o crime, sobretudo as polícias, aliada a práticas autoritárias acabam por deslegitimá-las perante os cidadãos, que passam a adotar soluções privadas e violentas para resolução de conflitos – linchamentos, execuções sumárias etc.

O Brasil é signatário de diversos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, tortura, proteção da infância, adolescência, combate à corrupção, todos eles prevendo diversas medidas com vistas à reformatação dos órgãos de segurança pública e justiça criminais com vista ao alcance das diretrizes ali traçadas. Pinheiro (1997) aponta que a avaliação de instituições encarregadas do controle da violência revela uma grande inconsistência entre seus desempenhos na prevenção do crime e os princípios dos acordos internacionais ratificados pelo Brasil; entende que essas organizações precisam de uma reestruturação completa.

Após abordar a violência como problema social e público, Beato Filho (1999) pontua algumas deficiências conceituais na formulação do crime como problema público, como a dificuldade de se identificar as variáveis responsáveis pelo crime, vez que a violência envolve comportamentos diferentes e uma diversidade grande de eventos. Acrescenta que a heterogeneidade de situações que envolvem o fenômeno do delito acarreta dificuldades na elaboração de políticas públicas, dada a variedade dos respectivos fatores de risco. Pontua

também que o Brasil não dispõe de um sistema de informações de criminalidade de âmbito nacional; que os sistemas de segurança pública e justiça criminal são frouxamente articulados, ao que recomenda a elaboração de “diagnóstico das relações inter-organizacionais entre polícia, Ministério Público, Judiciário e sistema prisional”, acreditando que “o que tem sido eficaz são programas e estratégias de segurança baseados numa articulação interinstitucional entre Estado e sociedade”, pois

o crime seria uma coisa muito séria para ser deixado apenas nas mãos da polícia, advogados ou juízes, pois envolvem dimensões que exigem a combinação de várias instâncias sob o encargo do Estado [...]. O Estado deve mobilizar organizações que atuam nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e, naturalmente, da segurança.

O autor defende a necessidade de diagnósticos que apontem locais e grupos no interior da sociedade que mereceriam atendimento prioritário nas áreas citadas, pois o fenômeno da violência não seria distribuído aleatoriamente, mas está localizado em alguns poucos grupos e locais, vez que a maioria dos problemas são locais e devem ser tratados localmente - Estado e Município -, outras questões, de maior envergadura, deveriam ser da alçada do Governo Federal. O sociólogo finaliza, apontando que a “formulação de políticas públicas de segurança podem perfeitamente prescindir de quaisquer abordagens culturalistas”, não sendo necessário “para se controlar a criminalidade, reformar a personalidade das pessoas”, pois “o que deve ser oferecido às pessoas são orientações acerca das consequências de suas ações, tanto em direção ao crime como em relação ao não-crime”.

Segurança pública é um processo articulado, caracterizando-se pelo envolvimento de interdependência institucional e social, enquanto a política de segurança pública pode ser definida como a forma de instituir mecanismos e estratégias de controle social e enfrentamento da violência e da criminalidade, racionalizando as ferramentas da punição (ADORNO, 1996).

Existem no Brasil “duas grandes concepções de segurança pública que rivalizam desde a reabertura democrática e até o presente, passando pela Assembleia Nacional Constituinte: uma centrada na ideia de *combate*; outra, na de *prestação de serviço público*” (SOUZA NETO, 2007). Após salientar que “a primeira concebe a missão institucional das polícias em termos bélicos”, tendo como papel combater os criminosos, os “inimigos internos”, numa verdadeira “estratégia de guerra”, classifica tal modelo como uma “política de segurança de emergência” e um “direito penal do inimigo”; por outro lado, vista a segurança pública como prestação de serviço público, por parte do Estado, torna-se o cidadão o destinatário desses direitos, pois “A polícia democrática não discrimina, não faz distinções

arbitrárias: trata os barracos nas favelas como “domicílios invioláveis”; respeita os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo”. A concepção democrática estimularia a participação popular na gestão da segurança pública; valorizaria arranjos participativos e incrementa a transparência das instituições policiais. O combate militar é substituído pela prevenção, pela integração com políticas sociais, por medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na investigação criminal. A decisão de usar a força passa a considerar não apenas os objetivos específicos a serem alcançados pelas ações policiais, mas também, e fundamentalmente, a segurança e o bem-estar da população envolvida.

Soares (2006), conceitua a segurança pública como “a estabilização das expectativas positivas quanto a ordem e vigência de uma socialidade cooperativa. Equação do equilíbrio: redução da quantidade de práticas violentas e das percepções/sentimentos (sensação de insegurança) difusos na sociedade (importante o papel da mídia)”.

O enunciado destaca a importância da “sensação de segurança” e o importante papel desempenhado pela mídia nas expectativas compartilhadas dos cidadãos de uma determinada comunidade, cidade, país etc.

Segundo Souza (2015), no Brasil a segurança pública foi tratada como coisa de Polícia (repressão), apenas tardiamente como Política Social, o que trouxe grandes prejuízos à cidadania, que demanda mudanças por imperativos éticos, moral e formal para consolidação da democracia. Aduz que a segurança pública sempre foi relegada a segundo plano, servindo como mero instrumento de contenção social das “classes perigosas”, permanecendo mesmo após a Constituição de 1988 o insulamento, a centralização e o autoritarismo. Observa que, na esteira da concepção de “lei e ordem” ainda reinante no Brasil, vários grupos propõem recrudescimento como resposta a problemas sociais, de modo que cada vez mais um maior número de normas é violado, com graves reflexos nos sistemas de segurança pública e justiça criminal, por sua vez altamente seletivos, discricionários, autoritários, com baixos controle social, eficiência e transparência. Como consequências destacam: altas taxas de vitimização, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e aumento do encarceramento.

Defende que definir segurança pública é uma tarefa complexa, pois transborda da definição conceitual e envolve conhecimentos sobre efetivação de políticas públicas relativas a direitos e deveres, cidadania, uso legítimo da força, limites do poder estatal etc. Citando Bauman (2003), apregoa que a insegurança contemporânea tem origem na desregulamentação, pluralidade, flexibilidade, competitividade e incertezas do mundo atual,

em que se buscam soluções individuais para problemas coletivos; num mundo volátil e mutante, as pessoas são induzidas a investir naquilo que imaginam controlar (integridade corporal, propriedade, ideia de comunidade que faz do estranho, o inimigo).

Soares (2007) entende que a segurança pública no Brasil ainda é uma “colcha de retalhos”, pois a Constituição de 1988 previu sistemas de cogestão (planejamento, implementação, monitoramento e avaliação) para várias políticas públicas (saúde: SUS; assistência social: SUAS), mas não para a segurança pública (há anos se arrastam as discussões do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)). Isso tem gerado um sistema “complexo e frouxamente articulado”, visto que composto de vários órgãos, de diversas esferas de poder. Reconhece tentativas de padronização na esfera federal, como a criação de bancos de dados criminais (INFOSEG) e repasses de recursos para outros entes com exigência de adoção de *standards*.

O articulista critica o Poder Legislativo, pela inflação normativa, com impacto direto nos sistemas de segurança pública, justiça criminal e prisional; o sistema judiciário, vez que não seria o rigor do suplício que previne os crimes com mais segurança, mas a certeza do castigo, como já defendia Beccaria em 1746: não é a dureza da lei, mas a certeza da punição que previne o crime. Aponta que a eficiência do sistema judicial é ingrediente indispensável para diminuição da sensação de impunidade e dissuasão de práticas criminosas, mas é cético ao dizer ser “praticamente impossível articular tão complexa estrutura”.

Rolim (2006) também faz uma crítica ao modelo reativo de policiamento, apontando razões da ineficácia da polícia em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, iniciativas que não funcionam e outras que podem gerar resultados positivos; discorre sobre policiamento comunitário, estratégias de interação dos diversos atores envolvidos nesta seara; destaca o chamado “policiamento orientado para solução de problemas; narra as resistências internas e externas a reformas e modernização da polícia; avalia estes novos modelos implantadas; discorre sobre os diversos fatores de prevenção e risco tratados pela moderna criminologia; analisa a violência juvenil, a partir de casos concretos; pontua as relações da mídia com o crime; enfrenta o tormentoso assunto da reabilitação de pessoas presas por comportamento violento; traz a teoria, prática e avalia os modelos de “justiça restaurativa” e, por fim, discorre sobre as pesquisas e estatísticas criminais.

A segurança é um dos direitos mais caros ao cidadão brasileiro, tendo *status* de cláusula pétrea, ao estar prevista no rol dos direitos fundamentais, como proclamam o art. 5º, *caput* e 6º, *caput* c/c art. 60, § 4º, IV da Constituição Federal. O art. 144 da Magna Carta preconiza: “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é

exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, arrolando em seguida os organismos policiais federais e estaduais encarregados de garantir tal direito. O mesmo dispositivo prevê no seu § 8º que “os municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações”, conforme previsão legal.

O Texto Maior reestruturou, de outra banda, o Ministério Público como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, *caput*, CF).

Como já referido, o crescente aumento da violência no Brasil, nos últimos 30 anos está demonstrando que as respostas do Estado, baseadas no aumento das penas, de efetivo policial e de viaturas, não tem impactado positivamente a situação, o que traz elementos que permitem supor que para fenômenos sociais complexos, *mister* se faz a união dos organismos dos sistemas de segurança pública e justiça criminal aos órgãos públicos concretizadores de outros direitos fundamentais (saúde, educação, assistência social, habitação, lazer, esporte etc), bem assim de instituições que compõem a sociedade civil, destinatária final das prestações estatais.

Diante da gravidade da situação, o Governo Federal reconheceu que o incremento da violência em todo o país reclamava uma atuação integrada dos entes federados. Desta forma, foi elaborado no ano 2000 o Plano Nacional de Segurança Pública, estruturado em vários princípios, destacando-se, para o objeto do presente estudo, a interdisciplinariedade, o pluralismo organizacional e gerencial e a participação comunitária. Verifica-se, portanto, que o Estado tem reconhecido que a violência não é um problema exclusivamente policial; que as diversas esferas governamentais devem colaborar na formulação e execução das políticas de segurança pública; e que estas práticas demandam a oitiva das comunidades destinatárias das ações.

Tramita na Câmara de Deputados o Projeto de Lei n. 3734/2012, que “Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências”. Embora a proposta em comento ainda não tenha sido transformada em lei, foi editada a Portaria nº 1/2014 do Ministério da Justiça, que previu as “Diretrizes Nacionais Orientadoras dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) em Segurança Pública”. O GGI foi concebido no âmbito do SUSP, com o objetivo de ser um espaço de interlocução permanente entre as instituições do sistema de justiça criminal e os órgãos de segurança pública, para debater e propor ações de redução à violência e

criminalidade.

Em Minas Gerais foi criado em 2002 o programa “Fica Vivo”, que surgiu a partir de uma iniciativa do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) e é coordenado pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, estando presente em 26 comunidades violentas de todo o estado (SILVEIRA, 2008). Diferentemente do “Pacto pela Vida”, o similar mineiro tem uma participação decisiva da Universidade, na sua concepção e acompanhamento, bem assim da sociedade civil, por meio do Fórum da Comunidade, instância local de consulta, deliberação e acompanhamento das ações do programa.

Silveira (2008) avaliou o programa em Belo Horizonte, na comunidade Morro das Pedras e constatou “redução importante e sustentada dos homicídios no Aglomerado do Morro das Pedras ao longo do período estudado, redução esta que pode ser atribuída aos efeitos específicos do programa”, destacando que:

O programa parece ainda ter contribuído para a percepção da comunidade de melhoria da qualidade de vida local, redução dos tiroteios, assaltos/roubos a coletivos, redução da violência nas escolas e das restrições ao livre trânsito pela comunidade, redução de eventos violentos, assim como melhoria da imagem da comunidade e aumento de eventos recreativos e festivos organizados pela mesma. (SILVEIRA, 2008)

Ponderou que “o programa apresentou resultados modestos no que diz respeito ao aumento da capacidade de organização e mobilização local para interferir em questões de desordem e crime”, bem assim “a” importância das ações de natureza policial para a redução dos homicídios, principalmente no curto prazo, e a necessidade de aprimorar o desempenho policial de forma a reduzir a violência de sua abordagem e favorecer a colaboração e participação da comunidade nas ações de prevenção.

O Estado da Bahia, valendo-se de experiência similar em Pernambuco, criou, através da Lei 12.357/2011, o Programa de Governo “Pacto pela Vida” (PPV), com participação direta do Governador e várias Secretarias de Estado², com o objetivo principal de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI’s) e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP’s). O Programa criou cinco Câmaras Setoriais: Segurança Pública; Prevenção Social: Enfrentamento ao Crack; Administração Prisional e Câmara Setorial de Articulação dos Poderes. Contudo, chamou a atenção que esse projeto não contempla atores da sociedade civil nem participação da

² Secretarias da Administração Penitenciária e Ressocialização, Comunicação Social, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Educação, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Política para Mulheres, Promoção da Igualdade, Relações Institucionais, Saúde e Trabalho, Renda, Emprego e Esporte.

academia.

Em análise do PPV, nos anos 2011 a 2014, embora elogie a edição da Lei 12.357/2011, que colocaria a “questão da segurança como um aspecto central da agenda do desenvolvimento e dos direitos humanos para democracia, e, ao mesmo tempo, a importância da redução da criminalidade na agenda das políticas públicas”, Freitas (2015) pontua faltarem no texto os conceitos de segurança pública, paz social, prevenção social e ordem pública, embora tais expressões sejam utilizadas diversas vezes no documento. Em seguida, critica contundentemente o Plano, asseverando que ele segue padrões policiaescos e punitivistas e não articulam medidas de curto, médio e longo prazo na produção da segurança objetiva das pessoas, em especial dos grupos mais vulneráveis, “faltando-lhe as dimensões da interagencialidade e da intersetorialidade tão amplamente preconizadas nos modelos integrados de segurança urbana de que se tem notícia no mundo”. Destaca que o PPV tem:

Um forte discurso de propaganda (mas) não incide sobre o problema que diz enfrentar e, pelo contrário, omite-se em aspectos centrais como: distribuição do efetivo policial e dos recursos orçamentários disponíveis com base em diagnóstico confiáveis, enfrentamento à violência policial e combate ao racismo institucional nas instituições de segurança pública. (FREITAS, 2015).

Entende que:

O PPV importa modelos da esfera empresarial e incorpora leituras típicas da abordagem gerencialista com gratificações por resultado, ênfase no desempenho dos servidores, desconstituição da esfera pública da administração e com uma gramática completamente amoldada ao mundo dos negócios. (FREITAS, 2015).

E se omite quanto à “centralidade da agenda racial na pauta de controle de homicídios.

Apesar da governança anunciada em propaganda e prevista na própria lei criadora do PPV, Freitas (2015) não identifica na proposta uma efetiva pactuação institucional e política, sobretudo acerca temas atinentes à defesa da vida, visto que “apesar da existência de espaços de governança para o encontro entre os atores institucionais estratégicos, não se verifica no PLANESP ou nos relatos oficiais analisados quais seriam as pactuações objetivas em termos de construção de instrumentos, discursos e práticas que rechacem a violência institucional, em especial a violência praticada pelo próprio Estado”. Finaliza que o destaque continua sendo para ações de ampliação do efetivo policial e aquisição de equipamentos, persistindo a desarticulação das ações de prevenção social e de fortalecimento das comunidades.

O Plano Intersetorial Modular de Ação (PIMA) para a Promoção da Paz e da

Qualidade de Vida na Cidade de Salvador (PIMA) e o Fórum Comunitário de Combate à Violência de Salvador (FCCV) foram iniciativas que previam ações intersetoriais na área de segurança pública na Bahia. Em estudo sobre o tema, Costa (2005) aponta fatores que contribuíram ou dificultaram a colaboração entre atores integrantes destes coletivos.

Paim, Costa e Vilasbôas (2008) analisaram especificamente o PIMA (estudo de caso) e utilizam como referenciais teórico-metodológicos o ciclo da política pública e a teoria da escolha racional. Sobre o ciclo da política pública, pontuam que o tema foi colocado na agenda, esteve presente no discurso das autoridades e foi elaborado um plano com realização de mudanças organizativas no município de Salvador (o PIMA), mas não houve a efetivação da política (prevista no plano) por diversos fatores, como a falta de rubrica orçamentária, indicação de representantes com poder de decisão ou respectiva delegação, heterogeneidade partidária na composição do secretariado, entre outros. Com o aporte da teoria da escolha racional, o estudo conclui que os indivíduos somente cooperam para a ação coletiva após cálculos racionais dos benefícios decorrentes de tal concurso. Os autores pontuam que o arranjo não foi criado através da mobilização dos participantes, mas por iniciativa do Prefeito, e não foram previstos no plano recompensas ou sanções para os integrantes do colegiado, o que inviabilizou a cooperação.

Quanto ao FCCV, Costa (2005) conclui que o fato de ter sido criado e organizado pelos próprios integrantes, bem assim por participarem diretamente das decisões, resultou em maior compromisso e envolvimento dos atores na ação coletiva, minimizando os conflitos internos. Outro fator de extremo relevo no caso do Fórum, foi a inclusão da comunidade nos debates desde a criação do colegiado, ao passo que no PIMA isso somente ocorreu no quarto ano de tentativas de implementação de ações, quando este arranjo coletivo se encontrava num momento de esvaziamento.

Antes mesmo da lei estadual baiana citada, mas quando já em curso articulação entre os Poderes desta esfera de governo, o Ministério Público do Estado da Bahia fomentou a criação do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública do Estado da Bahia – CISP/Bahia³, através do Ato PGJ nº. 346/2010. A finalidade do CISP/Bahia é promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas para Segurança Pública e Defesa Social. As possíveis vantagens desta forma da posição constitucional do Ministério Público na coordenação e participação de diversos órgãos integrantes dos sistemas de Defesa Social, de Justiça Criminal e pastas atinentes a direitos sociais básicos, bem assim

³ O CISP não se confunde com os Conselhos de Segurança Pública (CONSEG's), pois estes normalmente são constituídos como pessoas jurídicas de direito privado (associações).

universidades e instituições da sociedade civil. Este Colegiado visa permitir a discussão de problemas concretos, com os atores envolvidos, o que poderá produzir maior resolutividade das ações dos diversos órgãos.

Diante da experiência da Capital do Estado, o Ministério Público ampliou o projeto, prevendo a criação dos CISP's Regionais, sendo o Comitê Interinstitucional Segurança Pública de Senhor do Bonfim e Piemonte Norte do Itapicuru, o primeiro a ser instalado no interior do Estado. Essa formalização deu maior institucionalidade a iniciativas que já ocorriam em algumas promotorias regionais, como, por exemplo, o Fórum de Gestão em Segurança Pública de Irecê (FGISP), colegiado informal, que funcionava nos mesmos moldes do já existente CISP/Bahia desde 2010. Em março de 2014 foi fomentada a criação do CISP/Sisal, materializada pelo Ato PGJ nº 010/2014. Este colegiado congrega 34 instituições públicas e privadas.

O CISP/Sisal, com sede em Serrinha/BA desenvolve atualmente várias iniciativas como a implantação de videomonitoramento nas vias públicas da cidade; criação de disque denúncia local; implantação da Ronda Maria da Penha e palestras voltadas para o público masculino; análise mensal de estatísticas de CVLI's e Violência Doméstica, com criação de câmaras temáticas; regulamentação dos ciclomotores de baixa cilindrada; implantação do conselho e fundo municipal antidrogas; reuniões mensais nas comunidades, com prioridade aos bairros com maiores índices de criminalidade, entre outras iniciativas. Estas ações tem sido implementadas com a participação articulada da maioria das instituições parceiras e da própria sociedade civil. Contudo, a análise dessas ações, da percepção dos atores envolvidos sobre elas e a diminuição dos índices de criminalidade, ainda não foram realizadas.

Os altos índices de criminalidade que assolam atualmente a sociedade brasileira e, com patente e notório descrédito da sociedade nos órgãos que atuam na segurança pública, deixam evidente que a atuação isolada das instituições que constituem os pilares tradicionais da segurança pública não tem dado respostas efetivas ao combate e prevenção das violências, principalmente dos crimes violentos letais intencionais e da violência doméstica. Esta situação confere pertinência e relevância a um estudo como o proposto, dado o novo formato de intervenção sobre a violência que está sendo implementado na área - intervenção intersetorial - o qual, além das tradicionais instituições de segurança pública e justiça criminal, conta com outros órgãos públicos e participação da comunidade.

Diante da problemática, esta pesquisa buscou, fundamentalmente, analisar quais os fatores que colaboram ou constroem os indivíduos para a ação coletiva no âmbito do CISP/Sisal, com ênfase para o enfrentamento da CVLI's e da violência doméstica.

Analisar as contribuições dos diversos atores no desenvolvimento de ações articuladas pode trazer pistas para a compreensão de fatores que potencializam ou dificultam a atuação desse arranjo organizacional de combate à violência, além da possibilidade de contribuir para a correção de rumos e subsidiar outras iniciativas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa buscou analisar a possível contribuição do CISP para a articulação e integração dos órgãos dos sistemas de segurança pública e justiça criminal, com a participação da sociedade civil, e como os atores sociais se implicam ou não nas ações propostas de forma intersetorial. Para tanto, investigou-se os fatores que colaboram ou constroem os indivíduos para a ação coletiva no âmbito do colegiado, a partir da caracterização das posições de cada um dos membros no comitê nesse período.

2 HIPÓTESE

Os agentes ou grupo de agentes cooperam para a ação coletiva não apenas por cálculos de vantagens pessoais que possa auferir ou temor por sanções, ou seja, não apenas a partir de uma ação racional, fundamentada em um propósito claro. A ação social pode ser resultado da ação dos agentes sociais que produzem Atos do Estado, aqui compreendido (*o Estado*) como campo burocrático como espaço social onde diversos agentes estatais estabelecem espaços de relações de força, muitas delas cooperativas.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a implementação do Projeto Comitê Interinstitucional de Segurança Pública no município de Serrinha.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever o processo de implantação do CISP/Sisal, funcionamento, estrutura e ações conduzidas;
- b) Analisar a participação dos agentes no desenvolvimento de ações articuladas do CISP;
- c) Descrever e analisar a contribuição do CISP para a articulação e integração das instituições e das ações voltadas para a segurança pública e defesa social.

4 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de caso, privilegiando a abordagem qualitativa, onde o *locus* primordial foi o CISP/Sisal, de Serrinha, que tem desenvolvido um maior número de ações em relação aos demais comitês. Serrinha desenvolve as seguintes ações: análise de CVLI, Ronda Maria da Penha e palestra para agressores (violência doméstica), articulação com a CEAPA, fomento ao CONSEG, monitoramento de vias públicas com câmeras e reuniões nos bairros. As demais cidades citadas desenvolvem cinco das seis iniciativas em curso em Serrinha. Os demais municípios com CISP's instalados possuem um número menor e ações e não fizeram parte do estudo.

Foram adotadas como estratégias de coleta de dados: atas das reuniões e outros documentos do CISP/Sisal e a realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). As fontes de informação foram os parceiros do CISP/Sisal com frequência superior a 80% das reuniões e Promotores de Justiça das cidades referidas. Também foram utilizadas as estatísticas locais e de outros órgãos públicos como SSP, Secretaria e Ministério da Saúde.

As cidades foram selecionadas após uma exploração de campo com respeito à fase de implementação dos Comitês no interior do Estado em julho de 2016, através de análise de documentos e contatos por telefone com Promotores que coordenam os colegiados, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - CISPS implantados até 2016 segundo reuniões periódicas, CVLI, atuação na violência doméstica, CEAP, apoio aos CONSEGs, vigilância por câmeras e reuniões com comunidade, 2016.

Comitês Regionais	Reuniões periódicas	CVLI	Violência doméstica	CEAPA	CONSEG	Vigilância por câmeras	Reuniões com comunidade
1. SR. BONFIM	SIM, ATÉ 2013	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
2. VALENÇA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
3. IRECÊ	SIM	SIM	SIM	SIM, 2011/ 2012	SIM	SIM	SIM
4. PAULO AFONSO	SIM, BIMESTRAIS	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
5. SAJ	SIM	SIM (anual)	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
6. SERRINHA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
7. EUCLIDES DA CUNHA	SIM, BIMESTRAL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
8. SIMÕES FILHO	SIM, BIMESTRAL	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
9. JACOBINA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
10. CONQUISTA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
11. LEM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
12. BRUMADO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
13. ITABUNA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
14. ALAGOINHAS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
15. BARREIRAS	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
16. CAMAÇARI	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
17. SEABRA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO

Comitês Regionais	Reuniões periódicas	CVLI	Violência doméstica	CEAPA	CONSEG	Vigilância por câmeras	Reuniões com comunidade
18. ITAPETINGA	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
19. JEQUIÉ	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
20. PORTO SEGURO	SIM (GGI)	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
21. ILHÉUS	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
22. TEIXEIRA DE FREITAS	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
23. JUAZEIRO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
24. GUANAMBI	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
25. ITABERABA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

Foram levados em conta os seguintes fatores: periodicidade regular das reuniões; quantidade de instituições que integram o coletivo; análise de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI); iniciativas com vistas ao combate a violência doméstica, como Ronda Maria da Penha e palestras voltadas para o público masculino; implantação/fortalecimento da Central de Acompanhamento de Penas Alternativas (CEAPA), implantação/fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG); Videomonitoramento de vias públicas e Reuniões nas Comunidades.

Na primeira iniciativa são analisados todos os CVLI's ocorridos no mês anterior, perfil da vítima, agressor, motivos, dentre outras circunstâncias, procurando entender o fenômeno, traçar estratégias de enfrentamento. Para os termos desta pesquisa foi adotado o conceito de CVLI da SENASP (PARAÍBA, 2013):

A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social, pois além do homicídio doloso outros crimes também devem ser contabilizados nas estatísticas referentes a mortes. Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais.

A Ronda Maria da Penha consiste em ação articulada entre MP, Polícia Militar e Centro de Referência da Mulher; são selecionados os casos mais graves, sobretudo as vítimas que já são beneficiadas com medidas protetivas de urgência; busca-se, através de contatos dos policiais e equipe multiprofissional com as vítimas e agressores, inibir reiteração de violência. As palestras voltadas para o público masculino visam promover reflexão entre homens autores de violência doméstica sobre os efeitos negativos de tais comportamentos, buscando fornecer-lhes instrumentos para enfrentar as possíveis causas.

A CEAPA é um órgão do Governo do Estado, vinculado à Secretaria de Assuntos Prisionais e Ressocialização, encarregado de fiscalizar as condições do cumprimento de medidas penais em meio aberto - regime aberto, prestação de serviços à comunidade, prestação pecuniária, entre outras. Mas seu papel vai mais além, na medida em que busca empoderar o cumpridor das medidas, encaminhando para tratamentos médicos, psicológicos e assistenciais, treinamento profissional, educação para jovens e adultos, dentre outras iniciativas. O CISP busca articular os municípios com o Governo do Estado, inclusive no

fomento a convênios no sentido da expansão dos serviços, hoje concentrado em Salvador e poucas cidades do interior.

Os CONSEG's são instituições privadas de interesse público voltadas para o estabelecimento de canal direto da sociedade civil com os poderes públicos quando a temas relacionados a violência. Seu funcionamento contribui para a concretização do novo conceito de segurança pública com cidadania, pois permite a participação de seus membros nas discussões sobre criminalidade e violência nos municípios.

Os projetos de videomonitoramento de vias públicas auxiliam a polícia e outros órgãos municipais no combate a crimes e situações de desordem, bem assim, posteriormente, pode servir como prova em investigações.

As reuniões nas comunidades levam os integrantes do CISP, também uma vez por mês, para os bairros e localidades com altos índices de violência e vulnerabilidade social. Os representantes das instituições são apresentadas e é explicado o papel de cada entidade, sempre enfatizando que elas estão a serviço do cidadão, como um direito; em seguida são ouvidos os relatos dos moradores locais, com a manifestação do órgão relacionado ao fato ou notícia do respectivo encaminhamento em caso de ausência do representante; na reunião seguinte do CISP são feitos relatos das reuniões nas comunidades e encaminhamentos, passando-se a monitorar os casos que reclamem maior atenção.

Como o quadro acima revela, o CISP/Sisal desenvolve todas as seis ações citadas, razão pela qual foi selecionado como estudo de caso. Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas, Euclides da Cunha e Irecê conduzem cinco das ações mencionadas; os demais CISP's desenvolvem uma quantidade menor das referidas iniciativas.

Foram entrevistadas sete integrantes do CISP/Sisal, das seguintes instituições: Ministério Público, Conselho Comunitário de Segurança Pública do Sul de Serrinha – CONSEG/Sul, Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), CEAPA, Polícia Militar, Departamento de Polícia Técnica (DPT) e Secretaria Municipal de Administração.

As entrevistas foram conduzidas no final de janeiro de 2017. Tal circunstância – início de nova gestão, com mudança de orientação político-partidária no município de Serrinha, impossibilitou o contato e entrevista com representante do Centro de Referência da Mulher – DANDARA, o qual, segundo os demais entrevistados, estava com as atividades suspensas, à época. Para os fins deste estudo, ação coletiva constitui uma “ação conjunta

realizada por indivíduos, com o objetivo de obter e repartir alguns ganhos através da coordenação ou da cooperação” (COSTA, 2005).

Cooperação na perspectiva da ação coletiva é tomada aqui como a “capacidade de os participantes de uma ação fazerem um acordo para uma estratégia conjunta com o intuito de obter benefícios coletivos” (COSTA, 2005). O Quadro 2 apresenta o perfil preliminar dos entrevistados

Quadro 2 - Entrevistados sobre a atuação do CISP, 2017

Número	Profissão	Instituição
Entrevistado 1	PROMOTOR DE JUSTIÇA	MINISTÉRIO PÚBLICO
Entrevistado 2	COORDENADOR DE ENDEMIAS/ MINISTÉRIO DA SAÚDE	CONSEG
Entrevistado 3	GUARDA MUNICIPAL	SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO
Entrevistado 4	ASSISTENTE SOCIAL	CEAPA
Entrevistado 5	POLICIAL MILITAR	POLÍCIA MILITAR
Entrevistado 6	POLICIAL TÉCNICO	POLÍCIA TÉCNICA
Entrevistado 7	PROFESSOR	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Fonte: Pesquisa de campo.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 A TEORIA DA AÇÃO SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU

A pesquisa utiliza os conceitos de capital e seus acúmulos pelos agentes, e a noção de campo, oriundos da obra de Pierre Bourdieu. Parte-se do pressuposto de que a cooperação dos indivíduos para uma determinada ação coletiva decorre da “relação entre as *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou o *habitus*) e as *tomadas de posição*, as “escolhas” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática [...]” (BOURDIEU, 2016).

Os estudos de Pierre Bourdieu sobre a burocracia do Estado fornecem contribuições teóricas sobre diversos problemas enfrentados na concretização de direitos constitucionais, através das políticas públicas, rompendo com abordagens “consensuais” sobre o Poder Público. O sociólogo francês sustenta que “tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo próprio Estado e, portanto, a não compreender a verdade fundamental do Estado”. Bourdieu fala sobre a “dúvida radical”, destacando que é no domínio da “produção simbólica” que particularmente se faz sentir a influência do Estado, na medida em que a administração pública e seus representantes são grandes produtores de “problemas sociais”, que a ciência social frequentemente apenas ratifica, exemplificando com a produção de pesquisas similares sobre os mesmos temas, em vários países (BOURDIEU, 2016).

O intelectual discorre que a dificuldade específica da questão do Estado prende-se ao fato de que, sob a aparência de pensá-lo, a maior parte dos estudos consagrados a esse objeto participam de sua construção. Alerta que se deve ter cautela com tais estudos, vendo neles mais programas de ação política do que contribuições atemporais à filosofia do Estado ou descrições sociológicas (estudos sobre uma burocracia supostamente neutra e desinteressada). Descortina que as ciências sociais não podem aumentar sua independência em relação às pressões da demanda social sem o apoio do Estado (os pesquisadores investigam os problemas sociais através de lentes - categorias - criadas pelo Estado), o que as mantém reféns do Estado.

Trabalhando com o tema “concentração de capital”, Bourdieu relembra a fórmula de Max Weber, segundo a qual “o Estado é uma comunidade humana que reivindica, com sucesso, o monopólio do uso legítimo da violência física em um determinado território, para em seguida acrescentar que “O Estado é um X (a ser determinado) que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da violência física e **simbólica** em um determinado território e sobre o conjunto da população correspondente”, sustentando que o Estado estaria encarnado na objetividade (estruturas e mecanismos) e na subjetividade (estruturas mentais, esquemas de percepção e pensamentos) em que estão imersos os indivíduos. A sequência de atos, processos, que resultam em uma instituição (produção de cultura; artificial) apresenta-se com toda a aparência do **natural**. Como forma de minimizar essa avassaladora força (visível e invisível), o autor aposta na reconstrução da gênese dos problemas sociais, entendendo tal processo como poderoso instrumento de ruptura, visto que permite enxergar o ressurgimento

de conflitos e confrontos dos primeiros momentos, reatualizando a possibilidade de que houvesse sido de outro modo (reelaboraões, ressignificações etc).

O Estado seria o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, como força física, econômico, cultural, informacional, simbólico etc, sendo ele ainda detentor de uma espécie de **metacapital**, com poder sobre os outros capitais e seus detentores: um capital específico, propriamente estatal.

O estudioso francês trabalha a concepção de Estado como **campo de poder**: o espaço de jogo no interior do qual os detentores dos diversos tipos de capital competem pelo poder do Estado. Exemplifica algumas concentrações de capital:

- a) força física: Estado como simples órgão de coerção (Marx), monopólio do uso legítimo da força (Weber): as forças armadas (defesa externa) e a polícia, como estruturas centralizadas e disciplinadas, justificando teoricamente que “a civilização somente é possível se o Estado monopolizar a violência, destituindo os concorrentes internos”;
- b) capital econômico: impostos, fisco unificado;
- c) capital simbólico: legitimidade, insígnias;
- d) capital informacional: pesquisas, recenseamento, estatísticas, cartografia.

Uma das grandes contribuições do pensamento bordieuniano, o “capital simbólico” é conceituado como uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção e apreciação são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes um valor (ex: honra nas sociedades mediterrâneas; reputação). Defende que o Estado seria o lugar por excelência da concentração e do exercício de poder simbólico e a concentração do capital jurídico constituiria a forma objetiva e codificada do capital simbólico, como o que ocorreu com a concentração das jurisdições no Estado, pois antes da criação do Estado-Nação havia várias justiças feudais, locais e eclesiásticas.

O reconhecimento da legitimidade do Estado não seria, como acreditava Max Weber (e também Rousseau no seu contrato social e outros “teóricos do consenso”), um ato livre da consciência esclarecida, mas se enraíza no acordo imediato das estruturas incorporadas, tornadas inconscientes, como as que organizam os ritmos temporais (divisão em horas, tempo escolar etc) e as estruturas objetivas. Esse acordo **pré-reflexivo** explicaria a facilidade, espantosa, com que os dominantes impõem sua dominação: “nada é mais surpreendente do que a facilidade com que os mais numerosos são governados pelos menos numerosos”.

Defende que o governo se apoiaria na **opinião**, considerando problemática que a ordem estabelecida não seja um problema: fora das situações de crise, a questão da legitimidade dos governos nunca vem à tona. Sustenta o autor que o Estado não tem que dar ordens ou exercer coerção para produzir um mundo social ordenado, já que as estruturas cognitivas incorporadas nos agentes garantem a crença (submissão dóxica) na ordem estabelecida, garantindo sua manutenção.

Discorrendo sobre a “monopolização do monopólio”, o autor defende que a construção do monopólio estatal da violência física e simbólica é uma construção inseparável do campo de lutas pelo monopólio das **vantagens** vinculadas a esse monopólio (competição das elites, detentoras dos diversos capitais). O Estado buscaria o “monopólio do universal”, através da imposição de estruturas cognitivas, reconhecidas como válidas e de aceitação geral. Cita que Karl Marx descreve os burocratas como “usurpadores do universal”, contrariando a autodescrição dos burocratas, como servidores neutros e desinteressados. O “lucro da universalização é um dos motores históricos do progresso do universal”.

A visão sociológica não pode, assim, ignorar a distância entre a norma oficial e a realidade da prática administrativa, com todas as lacunas em relação à obrigação de desinteresse: utilização privada do serviço público (corrupção, desvio de bens, tráfico de influência), “jeitinhos”, tolerâncias administrativas, delongas, tráfico de cargos etc. Outrossim, a teoria social não pode descurar para os efeitos do interesse pelo desinteresse e todas as formas de “hipocrisia piedosa” que a lógica paradoxal do campo burocrático pode estimular.

Essa visão crítica do Estado, especialmente sobre o funcionamento da burocracia, certamente contribui na análise de arranjos interinstitucionais como o CISP, como uma produção típica de atos do Estado, bem assim colabora na compreensão dos constrangimentos e vantagens da atuação individual e coletiva, na articulação e integração dos atores.

Bourdieu (2016) trabalha as categorias de espaço social, campo de poder e posição social de forma relacional, a “sociologia reflexiva”:

Por que me parece necessário e legítimo introduzir no léxico da sociologia as noções de espaço social e de campo de poder? Em primeiro lugar, para romper com a tendência de pensar o mundo social de maneira substancialista. A noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a 'realidade' que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela *diferença*, isto é, enquanto ocupam *posições relativas* em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (*ens realissimum*,

como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos.

[...]

descrevo o espaço social global como um *campo*, isto é, ao mesmo tempo um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.

[...]

o trabalho simbólico de *constituição* ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes de siglas, de signos de adesões, manifestações públicas etc) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço de relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e se se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro).

A pesquisa buscou, assim, aferir as posições sociais dos agentes participantes do CISP/Sisal, como agentes do Estado na atuação no colegiado, suas disposições, como diria Pierre Bourdieu.

5.2 GOVERNANÇA, REDE E SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

Por outro lado, o governo, como o Estado em ação, se caracteriza por atividades sustentadas por uma autoridade formal e pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas instituídas; já governança se refere a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências.

Klaus (2007) utiliza o termo governança se referindo às novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo e o terceiro setor, fruto do reconhecimento das limitações da ação estatal isolada no trato da coisa pública. Tal estratégia de gerenciamento, baseada no princípio da colaboração em rede, depende de existência de confiança mútua e de ambiente de cooperação. Para que as redes funcionem, deve haver interdependência entre as organizações, mas também cooperação e solidariedade intra-redes (KLAUS, 2007). O estudo aponta que o modelo gerencial clássico da administração pública é pautado no gerenciamento de empresas privadas, buscando transferir instrumentos de gerência empresarial para o setor público, o que seria desaconselhável, enquanto o modelo democrático-participativo promoveria um aumento do

controle social, democratização das relações Estado-sociedade e ampliação da participação da sociedade civil e da população na gestão da coisa pública (KLAUS, 2007).

Para o objeto do presente estudo, considera-se que a governança democrática visa criar condições para a segurança pública integrada, tendo em vista processos democráticos e participativos.

Soares (2000) relata sua experiência à frente da política de segurança pública do Rio de Janeiro, entre janeiro de 1999 e março de 2000. Resta patenteado na obra que o fim da ditadura não significou o fim das graves violações de direitos humanos, sobretudo de cidadãos oriundos das camadas mais vulneráveis da sociedade. O então Subsecretário de Segurança tentou elaborar um programa de governo para a área de segurança pública com diagnósticos setoriais, baseados na ideia de territórios, articulados entre si, análises detalhadas da evolução da criminalidade, especialmente a violenta. Tais estudos puderam demonstrar cientificamente o peso e importância do tráfico de drogas e armas e seu conluio com a corrupção policial; a análise sobre a estrutura, funcionamento e desempenho da atividade policial apontou sua ineficiência, má qualidade das investigações e trabalhos técnicos (perícia); constatou-se a ênfase em atitudes reativas, em detrimento de posturas preventivas, tudo a estimular impunidade e descrença nas instituições públicas.

A obra mostra que um dos maiores desafios da segurança pública atual é compatibilizar respeito aos direitos humanos com eficiência policial, não tanto em questões técnico-operacionais, mas, sobretudo, quando se transpõe tais questões para os embates políticos esquerda-direita, principalmente em contextos de governos de coalizão, de centro, que ora pende para um lado, ora para outro. Com efeito, a direita insiste nas velhas fórmulas de contratação de mais policiais e viaturas, ao passo que a esquerda aposta que a criminalidade diminuirá com a melhoria das condições sociais. O autor reputa ser possível compatibilizar respeito aos direitos humanos com ordem pública (SOARES, 2000). O presente estudo igualmente considera tal possibilidade, tendo em vista a tese de que o direito penal somente se legitima na medida em que concretiza direitos fundamentais (humanos) básicos, como vida, integridade física, dignidade da pessoa humana, patrimônio, meio ambiente, defesa do patrimônio público, dentre diversos outros e a segurança pública cidadã.

Merece destaque também o artigo “Prevenção integrada: novas perspectivas para as políticas de segurança no Brasil”, de autoria de Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo⁴. Nesse trabalho, baseado, fundamentalmente, em análise de dados estatísticos, o estudo critica as políticas de segurança pública, pautadas exclusivamente na reação ao delito (predominantemente repressivas) como forma de contenção da crescente escalada da violência experimentada nos últimos anos. Pondera que a supressão de direitos e implantação de uma política de tolerância zero em vez de conter, tem incrementado a criminalidade, inclusive com a superpopulação carcerária que serve de troca de experiência entre detentos perigosos e outros precocemente encarcerados (DE AZEVEDO, 2006).

Destaca, por outro lado, iniciativas que levam em conta a participação cidadã, tanto no que tange a propostas de efetiva inserção social de pessoas potencialmente infratoras, quanto no controle por parte da sociedade civil da atuação policial e do sistema de justiça criminal. Escrito logo após o referendo sobre a comercialização de armas de fogo, em 2006, o estudo, embora destaque a quantidade de homicídios e outros crimes violentos no Brasil seja muito superior à média mundial, aposta que o resultado da consulta popular, que manteve o comércio de armas, deveu-se mais ao aumento da percepção da violência (insegurança subjetiva) do que a efetiva vitimização (insegurança objetiva). O estudo destaca ainda o baixo funcionamento do sistema de justiça criminal, visto que menos de 7% dos homicídios são esclarecidos pela polícia, onde inúmeros processos criminais chegam à prescrição, em razão dos inúmeros recursos previstos na legislação processual, além da lentidão do Poder Judiciário. Além disso, a legislação favorece a concentração de esforços da polícia, MP e Judiciário em crimes patrimoniais, alguns sem violência e os chamados “delitos consensuais”, como tráfico e uso de drogas, em detrimento de infrações mais graves. Contudo, o estudo apontada a entrada de novos atores fora da área jurídico-formal, oriundos dos programas de pós-graduação em Sociologia, Antropologia, Ciência Política ou mesmo interdisciplinares, que passaram a desenvolver pesquisas sobre criminalidade, violência e segurança pública no Brasil, analisando com entusiasmo essa transformação.

De Azevedo (2006) defende que a partir de então, a segurança pública teria deixado de ser um assunto de segundo plano, o que só contribuía para o não enfrentamento do problema. Não será o sistema de justiça, isoladamente, que dará conta da problemática da violência, já que esta não se resume a um subproduto da exclusão capitalista. O autor critica a

⁴ DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Prevenção integrada: novas perspectivas para as políticas de segurança no Brasil. *Revista Katálisis*, v. 9, n. 1, p. 38-42, 2006.

forma truculenta como age a polícia militar, sempre contra “o outro”, o marginalizado, bem como a polícia civil, que não investiga com técnicas modernas, mas insiste em confissões, muitas vezes sob tortura e produção de prova oral, como oitivas de testemunhas e vítimas.

Por fim, De Azevedo (2006) aponta a participação cada vez maior de associações comunitárias, igrejas, empresas ou ONG's e conselhos comunitários; destaca a necessidade de se municipalizar a gestão da segurança pública, já que hoje a guarda municipal exerce função de contenção social apenas no que tange a proteção de bens públicos. O estudo também toca em temas como regularização fundiária e concretização de direitos sociais básicos como meios inibitórios da criminalidade, bem assim defende que mecanismos alternativos de punição penal (Juizados Especiais, Centrais de Penas Alternativas, Justiça Restaurativa) contribuiriam para diminuir a população carcerária e inibir a formação de “carreiras criminais”. A modificação do ensino jurídico e recrutamento de operadores do direito, de modo a incluir noções de administração, gestão, eficiência, contrapondo-se aos atuais ensino e concurso jurídicos, exclusivamente pautados na lógica jurídico-formal, seriam recomendados.

Merece destaque também o artigo “Integração policial em Minas Gerais: desafios da governança da política de segurança pública”, de autoria de Luís Flávio Sapori e Scheilla Cardoso P. de Andrade⁵, que analisa a política de integração das polícias militar e civil de Minas Gerais entre 2003 e 2006 sob a perspectiva do conceito de governança. O autor especula que o despreparo das forças policiais no cenário pós-Constituição de 1988 seria o principal entrave para a consolidação da democracia brasileira. Diz que as polícias, embora sob a égide da Constituição Cidadã, agem sob o modelo autoritário herdado da ditadura militar. Propõe a integração das organizações policiais, inclusive com a implantação do “ciclo completo de polícia” (atividades tanto ostensivas quanto investigativas), de forma gradual, sem necessidade de mudança constitucional.

Narram os autores que na primeira experiência investigada, ao se reconhecer a dimensão do problema (alta criminalidade), procedeu-se a diagnóstico prévio que permitiu o planejamento com projetos, diretrizes, objetivos e metas. Na gestão de projetos, buscou-se monitorar o cronograma de execução de todas as ações, verificando o cumprimento de prazos e metas.

⁵ SAPORI, Luís Flávio Sapori; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. de. Integração policial em Minas Gerais: Desafios da governança da política de segurança pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 3, p. 428-453, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4868/6842>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Foram elaborados projetos sobre o sistema policial, prisional, medidas socioeducativas e de prevenção social da violência, com reestruturação de Secretarias e órgãos públicos, todas sob a responsabilidade da Secretaria de Defesa Social, que comandaria as polícias civil e militar, corpo de bombeiros, sistema prisional, medidas socioeducativas e Defensoria Pública. O autor destaca que no rearranjo institucional citado houve a subordinação dos órgãos de defesa social ao Secretário, mas se manteve relativa autonomia administrativa, como, v. g., para promoções, nomeação de comandos, elaboração de orçamentos, execução financeira, atividades correicionais etc, criando-se uma estrutura singular no Brasil, característica do gerenciamento de redes típico da governança.

Para Saporì e Andrade (2009), defesa social, conceito do direito penal, consiste no conjunto de ações do poder público para combater a criminalidade, onde são traçadas diretrizes para se alcançar a ordem pública, combinando ações policiais, prisionais e de reintegração social do egresso, além de também trabalhar com prevenção social da criminalidade, envolvendo uma extensa gama de estratégias, não apenas meramente policiais, mas também de concretização de direitos sociais e individuais, como acesso a saúde, educação e trabalho.

O articulista considerou exitosa a experiência mineira, enfatizando que uma política pública de controle da criminalidade e da violência demanda organicidade (integração, coerência) dos subsistemas de segurança pública e prisional, submetendo-os à mesma autoridade técnica e política (não necessariamente administrativa, a fim de que as chefias de cada instituição tenham poder para gerir seus assuntos internos).

Segundo esse estudo, foi instituído um órgão colegiado com atribuição para estabelecer diretrizes e prioridade da política de segurança pública, com foco na integração das instituições componentes do sistema – o Colegiado da Integração –, com funções consultivas e deliberativas, presidido pelo Secretário e composto das chefias das diversas instituições que passaram a compor a Secretaria de Defesa Social. Narra que se criou também uma unidade dedicada exclusivamente à elaboração de projetos de prevenção social do crime e da violência (Superintendência de Prevenção Social da Criminalidade), contando no final de 2005 com 90 técnicos, entre psicólogos, assistentes sociais, sociólogos e advogados. Busca-se separar a dicotomia repressão/prevenção na política estadual de segurança pública, o que levou ao trabalho em ambas as frentes, concomitantemente, na busca da complementariedade, no lugar de exclusividade.

Soares (2007) analisou os dilemas e perspectivas da Política Nacional de Segurança Pública entre os Governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Apontou que quanto à “problemática da avaliação” é muito difícil avaliar políticas de segurança pública, assim como a performance policial, enfatizando que isso é uma questão global e não apenas brasileira, pois muitas vezes uma política é considerada virtuosa, mas os indicadores selecionados para avaliá-la mostram crescimento dos problemas identificados como prioritários, e vice-versa, como sazonalidade, a relatividade da aceleração e fatores sociais promotores de condições favoráveis à reprodução ampliada de práticas criminosas e que são independentes das ações policiais e externos ao âmbito de intervenção de políticas públicas de segurança. O aporte de outros conhecimentos como administração, ciências da saúde, sociologia, certamente contribuiria para a construção de modelos de avaliação das políticas de segurança pública.

O sociólogo defende não serem apenas os resultados que importam na avaliação, pois também processos e metas intermediárias, identificadas por diagnósticos, devem ser objeto de acompanhamento crítico sistemático.

O autor acredita que o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública aprovado no regime democrático nasceu de forma açodada, sem a devida maturação e debate, como uma resposta pontual à comoção pública gerada pelo crime televisionado em rede nacional do sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2000. Entende que o Plano, elaborado no mesmo ano do trágico desfecho, foi editado “sob a forma canhestra de listagem assistemática de intenções heterogêneas”, faltando a:

Vertebração de uma política, o que exigiria a identificação de prioridades, uma escala de relevâncias, a identificação de um conjunto de pontos nevrálgicos condicionantes dos processos mais significativos [...]. Isso não se alcança sem uma concepção sistêmica dos problemas, em suas múltiplas dimensões, sociais e institucionais. (SOARES, 2007)

Reconheceu, todavia, alguns pontos positivos, como iniciativas de qualificação policial e investimento na expansão das penas alternativas, dentre outros. Entendeu que criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) careceria de tratamento sistêmico, com prioridades claramente postuladas, o que acabou limitando o Fundo a reiterar velhos procedimentos, fazendo mais do mesmo: compra de armas e viaturas.

O autor afirmou, contudo, que o governo FHC marcou uma virada positiva, democrática e progressista, modernizadora e racionalizadora, conferindo à segurança um *status* político superior, firmando compromisso com a agenda de direitos humanos e uma pauta virtuosa: prevenção, integração intersetorial e intergovernamental, valorização da experiência local, qualificação policial, estímulo ao policiamento comunitário, apoio ao programa de proteção às testemunhas e à criação de ouvidorias. Criticou, todavia, que tal política “não se fez acompanhar dos meios necessários e suficientes para sua execução”.

Ao final, o autor ponderou que essa nova visão, vinda no governo FHC, de transição democrática no país, não se estendeu às instituições de segurança pública, as quais permaneceram com a tradição autoritária. Pontuou a irracionalidade administrativa, formação incompatível com a complexidade crescente dos novos desafios, isolacionismo, permeabilidade à corrupção, desprezo pelos próprios profissionais, desprezo por ciência e tecnologia e orçamentos insuficientes.

Soares (2007) também afirma que o primeiro governo Lula começou com uma promessa bastante virtuosa quanto à segurança pública, vez que seu governo assumiu compromisso com um Plano Nacional de Segurança Pública, elaborado pelo Instituto Cidadania, onde foram ouvidos gestores, pesquisadores, especialistas e profissionais das mais diversas instituições e regiões do país. Esse Plano foi bem-aceito, inclusive por partidos e lideranças de oposição.

O autor menciona que o Plano implicava em seis primeiras etapas a serem implementadas: construir consenso político com governadores; normatização do Sistema Único de Segurança Pública e desconstitucionalização das polícias; instalação de Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública nos Governos Estaduais, como canal de interlocução do Sistema Único; não contingenciamento de recursos do governo federal para o Fundo Nacional; envio ao Congresso, pelo Governo Federal, da Proposta de Emenda Constitucional da desconstitucionalização das polícias, remetendo a regulamentação para leis ordinárias; uma vez endossado os termos do acordo com os 27 governadores, o Governo Federal marcaria uma cerimônia para assinar o Pacto pela Paz, reiterando os compromissos do Plano Nacional.

O estudo apontou que o Governo Federal, na medida em que as tratativas com os Governos Estaduais iam caminhando, foi abandonando a implementação dessas etapas iniciais, por temor que o protagonismo do Governo Federal implicasse em uma visão da sociedade de que a responsabilidade dos resultados na segurança pública seriam apenas desta

esfera de poder. Ponderou-se que os riscos na demora dos resultados, ou mesmo o seu fracasso, desgastassem o Governo que ainda contava com elevados índices de popularidade, na versão do autor. Cabe indagar como ocorreu, de fato, esse jogo social complexo.

O Plano Nacional visava a reforma das polícias, do sistema penitenciário e a implantação integrada de políticas preventivas, intersetoriais. Essa normatização do Sistema Único de Segurança Pública tinha como foco a reforma das polícias no que toca o recrutamento, formação, capacitação e treinamento; valorização profissional; gestão do conhecimento, através de mecanismos de gestão como alteração de funções, rotinas, tecnologia e estrutura organizacional; investimento em perícia; controle externo; qualificação da participação dos municípios, via políticas preventivas e guardas municipais, preparando-as para que se possam transformar, no futuro próximo, em polícias de ciclo completo, sem repetir os vícios das polícias existentes; investimento em penas alternativas e criação de condições para o correto cumprimento da LEP.

A desconstitucionalização das policiais possibilitaria que cada Estado, de acordo com suas peculiaridades e possibilidades, e respeitando a normatização do SUSP, organizaria a sua polícia de acordo com sua realidade. O autor asseverou, entretanto, que face ao cálculo político já referido, o Governo Federal deixou de lado esse Plano Nacional, passando a valorizar ações da Polícia Federal como gestão eficiente da Segurança Pública, em claro descompasso com os compromissos anteriormente assumidos.

Entretanto Soares (2007) aponta contribuições positivas do primeiro governo Lula para a segurança Pública, como os esforços pela SENASP em prol da qualificação policial mediante cursos a distância e presencial e esforços em favor do desarmamento.

No tocante ao segundo mandato de Lula, o autor pontuou o advento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Asseverou que o PRONASCI nasceu prevendo um conjunto de 94 ações, com comprometimento de investir 6,7 bilhões de reais. Teve como mérito não ter ficado no campo retórico de um “Plano”, mas de ter sido materializado no plano normativo. Teve, também, o mérito de valorizar o papel dos Municípios, cujo papel não se esgota com as Guardas Civis, mas também com a implementação de políticas preventivas. O PRONASCI teve como valores consensuais, ainda, que direitos humanos e eficiência policial não se opõem, mas são mutuamente necessários; tampouco é pertinente opor prevenção a repressão qualificada, já que ambas as modalidades de atuação do Estado são legítimas e úteis, dependendo do contexto. Assim o aprimoramento do aparelho policial e o aperfeiçoamento da educação pública e concretização de outros

direitos sociais básicos não devem constituir objetos alternativos e excludentes entre si. Outro ponto favorável do plano teria sido a explicitação da destinação de recursos à implementação no prazo de seis anos.

Todavia, o autor considerou alguns pontos do PRONASCI como retrocessos em relação aos Planos Nacionais de Segurança Pública anteriores. Afirmou que não houve uma unidade sistêmica nas propostas, mas sim medidas essencialmente fragmentárias e inorgânicas; o envolvimento de um número excessivo de ministérios, o que inviabilizaria a operacionalidade; uma única referência ao Sistema Único de Segurança Pública, de forma superficial, breve e pouco clara; ausência de menção às reformas institucionais, mantendo-se o *status quo* policial, naturalizando-se o legado da ditadura no tocante à organização e estrutura das instituições policiais. O autor conclui que:

Os méritos do PRONASCI são suficientes para justificar a esperança de que haverá avanços na segurança pública brasileira. Mas não parecem suficientes para justificar a esperança de que o país começará, finalmente, a revolver o entulho autoritário que atravanca o progresso na área, com sua carga de irracionalidade e desordem organizacional, incompatíveis com funções tão importantes [...]. (SOARES, 2007)

O projeto "Segurança Pública para o Brasil", acima referido e elaborado pelo Instituto Cidadania, da Fundação Djalma Guimarães (BISCAIA, 2001) também traz recomendações na linha dos princípios da interdisciplinariedade, salientando o pluralismo organizacional e gerencial e a participação comunitária. Dentre elas vale destacar a ênfase que é dada ao sujeito da gestão pública e as alianças locais, ao colocar:

[...] propõe-se, nos três níveis em que se desdobra o presente programa (federal, estadual e municipal), a instauração de um novo ângulo de abordagem da problemática da segurança pública, a formação de um novo sujeito institucional para a gestão da política de segurança e a negociação de uma nova aliança, de uma nova modalidade de pacto com a sociedade, particularmente com as comunidades locais.

No projeto acima referido, afirma-se que o êxito das intervenções do setor público voltados para a redução da violência depende de um conjunto diversificado de variáveis que incluem desde fatores subjetivos, passando pela compreensão da complexidade do fenômeno da violência até as características do Programa e das políticas implementadas. Isso levou à sugestão para os gestores substituírem a convicção da "autossuficiência" dos modelos autoritários pela adoção de modelos que incluam a "escuta respeitosa" das comunidades, sem perder a perspectiva crítica e democrática que levem à elaboração e implementação de "projetos multidimensionais" capazes de mobilizar recursos dos diversos setores do estado e

da sociedade para o combate à violência. Afirma ainda que: “A Segurança Pública torna-se, assim, uma constelação de temas que dizem respeito a um espectro abrangente de áreas de atuação do Estado e da sociedade, da educação e da saúde, até o esporte, a habitação e o planejamento urbano (BISCAIA, 2001, p. 18)”.

Por outro lado, o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, veiculado pelo Decreto Federal nº 7.037/2009, também coloca a segurança pública como condição para o exercício da cidadania – a segurança pública cidadã; Art.2º prevê que o PNDH-3 será implementado de acordo com vários eixos orientadores e suas respectivas diretrizes, destacando-se, para o objeto de nosso estudo, o inciso IV, com o Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência:

- α) Diretriz 11: Democratização e modernização do sistema de segurança pública;
- β) Diretriz 12: Transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal;
- γ) Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos;
- δ) Diretriz 14: Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária;
- ε) Diretriz 15: Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas;
- φ) Diretriz 16: Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário; e
- γ) Diretriz 17: Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa de direitos.

5.3 CRIMINOLOGIA E PÓS-MODERNIDADE

Molina (2008) conceitua a criminologia como uma:

Ciência empírica e multidisciplinar (método), que estuda o crime, o infrator, a vítima, o controle social do comportamento (objeto), com a função de explicar e prevenir o crime, a intervenção no infrator e avaliar os modelos de resposta ao

crime.

Hoje se pode dizer que há dois grandes paradigmas da criminologia: ato x reação social. O paradigma do ato enfatiza o aspecto etiológico (as causas do crime). Historicamente, o crime e a criminalidade foram explicados através de aspectos biológicos, psíquicos e sociais. O crime era uma realidade ontológica preexistente à respectiva reação social. Várias foram as teorias sociais construídas com base no paradigma etiológico: desorganização social, associação diferencial, subculturas criminais, anomia, laço social, dentre outras.

Nos anos 1960 houve uma ruptura epistemológica, e a criminologia voltou suas atenções para a forma como a sociedade responde aos atos desviantes – o paradigma da reação social, podendo ser citadas as seguintes teorias ou técnicas de resposta: etiquetamento, criminologia crítica, racionalidade penal moderna, alternativas penais, justiça restaurativa.

Dentro do movimento da criminologia crítica, especificamente inserido no chamado movimento “neorrealismo de esquerda”, destaca-se Jock Young, especialmente seu livro “A Sociedade Excludente”⁶. O autor sustenta que a crise da criminologia seria em verdade a própria crise da modernidade, onde “os pilares gêmeos da razão e progresso do projeto modernista, a aplicação da lei no controle e arbitragem dos assuntos humanos e a intervenção do governo para atingir uma ordem social justa vacilam sob o peso de suas próprias contradições”⁷; em seguida, aponta cinco fatores que teriam desorganizado e ao mesmo tempo regalvanizado a disciplina (criminologia): o aumento da taxa de criminalidade, a revelação de vítimas até então invisíveis (cifra oculta), problematização da criminalidade, consciência crescente da universalidade do crime e seletividade da justiça, problematização da punição e da culpabilidade.

Após discorrer sobre cada um destes pontos, Young sustenta ter surgido a “nova criminologia administrativa”, baseada no “atuarialismo”, ou seja, análise de riscos. Se o crime é algo normal, disseminado na sociedade, pouco importa buscar suas causas: a nova criminologia deveria focar suas atenções em criar barreiras para restringir oportunidade de crimes, a fim de construir uma política de prevenção da criminalidade que minimize riscos e perdas⁸. No capítulo III, denominado “Canibalismo e Bulimia” o autor aprofunda essa “nova criminologia”, baseada nos riscos.

⁶ YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente**: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2002.

⁷ *Ibidem*, p. 58.

⁸ *Ibidem*, p. 76.

O criminólogo relata haver dois tipos convencionais de se explicar as causas da criminalidade. A primeira, de índole cultural, baseada a fatores genéticos, familiares e de valores socializados incoerentes, inconsistente e contraditórios, que influenciam na socialização – o crime ocorreria por um *deficit* cultural; outra, estrutural, decorrente da falta de bens materiais, desigualdade, pobreza, desemprego etc – o crime seria cometido por privação absoluta, as pessoas o cometeriam porque não estão incluídas na economia. O autor critica ambos os positivismo, um alinhado à direita, outro à esquerda do espectro político dos países ocidentais, pois eles desconsiderariam a subjetividade do cidadão, sua capacidade de apoiar e estimar o valor da justiça e sua capacidade de criar diferença cultural em vez de apenas (re) produzir uma cultura dada, monolítica. Além disso, defende que o crime seria uma resposta “normal”, gerada pela cultura e pela estrutura da sociedade. Pondera contra o “realismo de esquerda”, ainda, a circunstância de os EUA dos anos 1960 apresentar, ao mesmo tempo, cenários de pleno emprego e ascendentes padrões de vida com crescente criminalidade. Explica o estudioso que isso ocorre porque não é a privação absoluta, mas a relativa, que explica a inquietação social. O comportamento antissocial é resultado da famosa contradição entre objetivos culturalmente induzidos e (falta de) disponibilidade de meios, e é incrementado por uma ênfase individualista no sucesso, nos fins sobre os meios. Resume em uma frase: o crime ocorre quando há inclusão cultural e exclusão estrutural.

Ao criticar a política de tolerância zero, originariamente instalada nos EUA e depois transposta, sem qualquer adaptação a contextos culturais diversos, para a Europa e América Latina, sustenta Wacquant (2012):

Na visão da "sociedade exclusiva", proposta por Jock Young, e na descrição da "cultura do controle", feita por David Garland, bem como nas mais recentes concepções eliasianas, neodurkheimianas e neofoucaultianas da penalidade, as mudanças contemporâneas na reconfiguração política do crime e da punição resultam da chegada a um estágio social – modernidade tardia, pós-modernidade e sociedade de risco – e despontam, de maneira endógena, em resposta ao aumento da insegurança criminal e suas reverberações culturais por todo o espaço social. No modelo delineado em *Prisões da miséria* (e revisado em publicações subsequentes), a virada punitiva da política pública, aplicando-se tanto ao *welfare* quanto à Justiça Criminal, faz parte de um projeto político que responde à crescente insegurança social e a seus efeitos desestabilizadores nos degraus mais baixos da ordem social e espacial.

Garland (2008) faz uma breve incursão pelo que denomina “Justiça criminal moderna e Estado penal-previdenciário”, vigente nos EUA e Inglaterra até os anos 1970, caracterizando-os como um ecletismo histórico. Para ele as modernas estruturas da justiça criminal foram primeiramente erigidas em sua forma liberal clássica e, em seguida, orientadas

pra um programa de ação de cunho correcionalista. Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário e sistema penitenciário há mais de 150 anos pautavam suas ações por meio de procedimentos legais e princípios penais liberais, que forneceriam suas ideologias oficiais. Mas no século XX foram introduzidos vários “motes correcionalistas”, como reabilitação, tratamento individualizado, sentenças indeterminadas (v. g., medidas de segurança para inimputáveis), pesquisa criminológica (na pessoa do sujeito desviante), as quais vieram acompanhadas de práticas especializadas que os materializavam – livramento condicional, liberdade vigiada, juizados de menores, programas de tratamento etc. O resultado seria uma estrutura “penal-previdenciária” híbrida, que combinava legalismo liberal e punição proporcional, com um compromisso correcionalista de reabilitação, bem-estar e o saber criminológico. Ao final desse período (anos 1970), países do chamado “primeiro mundo” passaram a ostentar altas taxas de criminalidade, mesmo após tais sociedades experimentarem altas taxas de crescimento em momento de relativa prosperidade – a aparente contradição já foi explicada por Young (2002), com o conceito de privação relativa.

Garland relata que nas décadas de 1980 e 1990, com o derrocada do *welfare state* (estado previdenciário, para utilizar sua gramática e ascensão do neoliberalismo, começa a ocorrer o gradual desmonte do Estado-providência. Segundo esse importante jurista e sociólogo escocês, EUA e Inglaterra (comandados, à época, pelos neoliberais Reagan e Thatcher) passam a patrocinar dois novos e distintos padrões de controle do crime: uma estratégia de adaptação, que enfatiza a prevenção e a parceria; outra estratégia, de “Estado soberano”, que postula maior controle e punições expressivas. Esse dilema decorreu do fato da justiça criminal ter falhado em prover níveis adequados de segurança em contexto de alta criminalidade na sociedade pós-moderna.

Com relação à “estratégia de adaptação”, há quem sustente nascer aí a doutrina da governança democrática atual, especialmente na segurança pública: não uma tentativa de trazer a sociedade para a discussão e encaminhamento dos assuntos públicos, mas uma confissão de incapacidade do poder público responder a tais demandas através do modelos gerencial clássico. Mas outros posicionamentos, fundados na gramática da democracia participativa, estimulados pelas Constituições Modernas que trazem grande catálogo de direitos humanos, criação da ONU, dentre outras instituições jurídicas, veem na governança participativa um exercício (mais) direto de cidadania. Esse assunto é aprofundado nos capítulos “Governança, Rede e Segurança Pública Integrada” e “Sociedade Civil e Participação Comunitária”. Segundo Garland, nesse cenário, o Estado trabalharia *através* da

sociedade civil e não *sobre* ela, enfatizando a prevenção proativa em vez da perseguição e punição dos indivíduos. Isso resultaria na formação de “instituições híbridas”, que transitariam por na fronteira dos limites do público/privado, ativando “ações preventivas da parte das comunidades, empresas e cidadãos”, bem assim redefinindo as “missões institucionais das agências, tais como a polícia e a prisão”. O policiamento comunitário, que aparece em algumas das ações do CISP como na “Ronda Maria da Penha”, seria fruto desse viés. O autor critica, entretanto, essa ambivalência das autoridades governamentais, sobretudo as eleitas, as quais não se constroem em rapidamente “ressuscitar o mito do Estado soberano”, tendo como resultado a “emergência de modelos expressivos e intensivos de policialmente e punição que objetivam canalizar o sentimento público e a força total da autoridade do Estado”. Tentando conciliar duas estratégias diametralmente opostas, o estudioso conclui que as de segregação punitiva somente são viabilizadas por amplo apoio popular que despertam; já as parcerias preventivas, embora não despertem grande visibilidade política, envolveriam “novos modos de pensar e agir, bem como surgimento de novos hábitos e rotinas da parte de organizações e atores privados” - verdadeiro laboratório social.

Sobre as linhas de ação do projeto pesquisado, são elucidativas as conclusões de Garland (2008):

parcerias preventivas envolvem toda uma nova infraestrutura na qual agências estatais e não-estatais coordenam suas práticas de maneira a prevenir o crime e aumentar a segurança da comunidade através da redução de oportunidades e da conscientização quanto ao crime. Em ambos os lados do Atlântico, temos visto o crescimento do policiamento comunitário em suas várias formas. Temos presenciado a coordenação de agências governamentais locais, relacionadas a habitação, transportes, planejamento, educação e assistência social, no esforço de aumentar suas responsabilidades para com o controle do crime. Temos presenciado a criação de parcerias público-privadas como os *Business Improvement Districts* (estímulos às empresas para promover melhorias na comunidade), painéis de prevenção do crime e mecanismos de vigilância nos bairros, que procuram direcionar as energias e interesses dos cidadãos privados e associações comerciais para objetivos ligados à prevenção do crime. Essa estratégia [...] implica um conjunto de crenças criminológicas (as novas criminologias da vida cotidiana); um estilo de governança (responsabilização, governar à distância); e um repertório de técnicas e conhecimentos, todos muito recentes e distantes do modo de pensar e agir até então praticados.

Aqui se vê uma aproximação do pensamento de David Garland com o de Pierre Bourdieu, referencial teórico da pesquisa, sobretudo nas noções de poder simbólico, que o Estado impõe aos indivíduos através das crenças inculcadas pelos diversos meios de reprodução de cultura (*habitus*), sobretudo a escola; dominação e legitimidade pelas trocas simbólicas de sentido entre os diversos campos sociais.

Silva Júnior (2010) já tinha detectado essa dubiedade nas ações de enfrentamento ao crime no Brasil contemporâneo, quando defende que:

as estratégias seguem duas linhas diametralmente opostas, mas que se tornaram recorrentes nas sociedades ocidentais a partir do último quartel do século XX. Tomando como referência de análise teórico-metodológica David Garland, assume-se, como hipótese, que os atores políticos brasileiros na contemporaneidade formulam e implementam políticas públicas de segurança tendo uma postura de caráter estratégico de parcerias preventivas, por um lado, e de segregação punitiva, por outro, engajando-se assim aos modelos anglo-saxônicos neoliberal e neoconservador que surgiram no final da década de 1970 em contraposição ao modelo previdenciário do Estado de bem-estar social.

Serão também utilizadas na pesquisa ferramentas da chamada “Justiça Restaurativa”. O professor americano Howard Zehr (2012), tido como precursor deste movimento, aponta os três pilares da Justiça Restaurativa: primeiro, o crime é visto como um dano causado a pessoas e comunidades (não mera violação da lei e contra o Estado, ente abstrato); em segundo lugar, enfatiza a responsabilização do ofensor, não apenas como cumpridor de sanções penais formais, senão que devem ser estimulados a compreender o dano que causou, as consequências do seu comportamento, devendo “assumir a responsabilidade por corrigir a situação, na medida do possível, tanto concreta quanto simbolicamente”; por fim, preconiza a necessidade engajamento das partes afetadas pelo crime – vítima, comunidade e ofensor -, os quais precisam receber informações uns sobre os outros, o que pode significar diálogo direto entre as partes, obtenção de consensos, mesmo parciais. O sistema comum de justiça criminal, baseado na noção weberiana do monopólio do uso legítimo da força, alija a vítima do processo, já que o Estado assume tal papel – a maioria dos crimes tem como sujeito passivo a “sociedade”, não oferecendo respostas adequadas para o enfrentamento das raízes do conflito. O resultado do processo penal é imposto por instâncias – lei e juízes – alheios ao conflito básicos, muitas vezes adotando soluções que desagradam não apenas ao ofensor, mas também vítima e comunidade.

A Justiça Restaurativa, ao aproximar os atores diretamente envolvidos no drama, com participação da comunidade (vítima “secundária” do delito), pode contribuir para um maior equilíbrio dessa delicada equação social. Pauta-se em “processos colaborativos e inclusivo”, ao contrário da típica atuação cogente da justiça criminal comum. O sistema é operacionalizado basicamente com encontros, que podem ser face a face entre agressor e vítima, conferência de grupos familiares, “círculo restaurativo”, entre outras formas. O encontro permite que vítima e ofensor façam perguntas um ao outro diretamente, negociem

um modo de corrigir a situação, possibilitando que a vítima conte ao ofensor o impacto da ofensa e faça perguntas; o ofensor ouvirá e poderá compreender os efeitos do seu comportamento; poderá ocorrer aceitação de responsabilidades e pedidos de desculpa, constituindo o diálogo, em alguns casos, vivência forte e positiva. O autor destaca ainda que em algumas situações o encontro direto é impossível ou até indesejável; nestes casos, pode-se promover encontros indiretos, mediante envio de cartas, vídeos ou realizados por intermédio de representantes.

Em seguida, o sociólogo americano oferece um conceito de Justiça Restaurativa para “fins operacionais”:

Justiça Restaurativa é um processo para envolver, tanto quanto possível, todos aqueles que tem interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidade e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e endireitar as coisas, na medida do possível.

e estabelece suas metas: “colocar as decisões-chave nas mãos daqueles que foram mais afetados pelo crime; fazer da justiça um processo mais curativo e, idealmente, mas transformador e reduzir a probabilidade de futuras ofensas”. Pondera que para lograr tais desideratos seria necessário que “as vítimas estejam envolvidas no processo e saiam dele satisfeitas; que os ofensores compreendam como suas ações afetaram outras pessoas e assumam a responsabilidade por tais ações e que o resultado final do processo ajude a reparar os danos e trate das razões que levaram à ofensa e que vítima e ofensor cheguem a uma sensação de conclusão ou resolução e sejam reintegrados à comunidade. Segundo o estudioso, “a Justiça Restaurativa é um convite ao diálogo [...], é um lembrete de que estamos todos interligados de fato”.

Algumas ações do CISP, como os grupos reflexivos voltados para o público masculino envolvido em violência doméstica, possuem notas do que hoje se convencionou chamar de “Justiça Restaurativa”, em que se procura promover o diálogo entre agressor e vítima, ou, pelo menos, a escuta de alguma das partes, visando procurar descobrir as causas primárias do conflito, com vistas a sua pacificação. As ações da CEAPA no acompanhamento dos cumpridores de medidas alternativas igualmente é campo fértil para promover “responsabilização que cuide dos danos resultantes (não necessariamente patrimoniais) [...], oportunidade de tratamento para dependências químicas e/ou outros problemas, aprimoramento de competências pessoais, estímulo e apoio na reintegração à comunidade” (ZEHR, 2012). O fato de o Comitê possuir representantes da própria comunidade, focar sua

atenção em problemas concretos e localizados pode constituir campo fértil para práticas restaurativas e talvez a pesquisa aponte caminhos nesse sentido.

O Projeto do CISP, conforme já salientado, busca integrar as instituições dos sistemas de defesa social, justiça criminal, órgãos públicos promotores de direitos sociais básicos e sociedade civil, sempre na busca por soluções que evitem ou, quando menos, minimizem os efeitos da criminalidade e violência, de modo que, ao buscar parcerias com universidades com vistas à elaboração de diagnósticos sobre criminalidade, a fim de subsidiar elaboração de políticas públicas locais, o projeto analisado se vale das contribuições da criminologia, procurando aplicá-las em nível local.

Outros estudos criminológicos serão utilizados na pesquisa quando da análise das ações específicas do CISP.

5.4 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INDUTOR DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Política Pública no senso comum pode significar diretrizes e planos de ação, porém, enquanto disciplina acadêmica, abrange tanto o estudo das relações e do exercício do poder como, também, a formulação, a condução e a implementação de políticas públicas. “Política”, tem várias acepções: *polity* (organização do sistema político), *politics* (processo político, negociações e conflitos) e *policy* (conteúdos concretos dos programas políticos político). Entre as fases do “ciclo da política pública” (SOUZA, 2006), há o reconhecimento do problema (entrada na agenda), definição de propostas de soluções (formulação da política), escolha de solução (tomada de decisão), pôr uma solução em andamento (implementação da política) e monitoramento dos resultados (avaliação da política). “Sistema de Segurança Pública” pode ser compreendido como um “conjunto de instituições (públicas e/ou privadas) que coordenam, regulam, produzem ou controlam a produção de bens e serviços relacionados com a promoção da segurança, prevenção da violência e assistência a vítimas, incluindo os campos jurídico, policial, de assistência social e saúde”.

Loche (2014) traz estudo específico sobre avaliação de políticas públicas em segurança pública⁹, onde aponta que “a prática de monitorar e avaliar a implementação de

⁹ Artigo homônimo In: LIMA; DE AZEVEDO, p. 604-616.

políticas públicas ajuda a verificar a efetividade de uma política, comparando seus resultados aos objetivos assinalados” - o “por que avaliar?”. Em seguida descreve em que consiste uma avaliação, seus tipos e desenhos, e finaliza com exemplos de avaliação de políticas públicas e programas na área de segurança pública.

Em ensaio sobre o papel do Ministério Público sobre o tema¹⁰, o promotor de Justiça do Paraná Márcio Berclaz preconiza que “segurança pública é um direito constitucional fundamental de dimensão social, nos termos dos artigos 5º, “caput” e 6º da Constituição da República”. Nessa esteira, defende que a polícia aja de forma menos violenta (para não se igualar aos “marginais”), com maiores recursos à inteligência (policial) e com respeito à dignidade da pessoa humana, obrando, assim, não apenas legal, mas legitimamente. Enumera, assim, algumas medidas:

Selecionar adequadamente o quadro de policiais e dos demais agentes de segurança pública, formá-los e treiná-los (de modo permanente) numa cultura de direitos humanos[1], dar-lhes ambiente, estrutura, instrumentos, condições e tecnologias para o trabalho, incluindo a perícia científica, cuidar de fatores inibitórios ou capazes de reduzir a criminalidade, apostar em eficiente policiamento ostensivo e comunitário, avaliar a geografia e o mapa dos delitos, estimular políticas públicas de esporte, lazer e cultura nas comunidades, todas essas são medidas e providências que contribuem para que a segurança pública seja desenvolvida como política.

Não por acaso o artigo 144 da Constituição estabelece a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, esta sim exercida para preservação da ordem pública pelos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Assim, percebe-se que ao Poder Executivo Estadual compete, primariamente, a responsabilidade por segurança pública; em regime federativo desequilibrado, por mais que a União possa concorrer com recursos e que o Município possa esforça-se para contribuir de algum modo para gerir cidades mais sustentáveis, menos desiguais e, portanto, mais seguras - a competência precípua para a política de segurança pública depende da Secretaria específica criada para esta finalidade, a qual deve(ria) trabalhar de modo articulado com outras pastas. (BERCLAZ, 2016).

E chega ao ponto do papel do MP nesta seara:

Indaga-se, então: qual o papel dos membros do Ministério Público para resguardar o direito constitucional à segurança pública? Conforme diagnóstico de Marco Antônio Lopes de Almeida, em específica reflexão sobre o tema, “*O Ministério Público carece de uma metodologia de trabalho, com diretrizes institucionais e planos concretos*”.

Cabe, no exercício das atribuições extrajudiciais de controle externo da atividade policial (artigo 129, VII, da Constituição), a defesa do patrimônio público e direitos humanos, seja porque se questiona a presença de policiais militares em funções ostensivas e não administrativas, seja porque se cobra a realização de concurso

¹⁰ BERCLAZ, Márcio. Qual o papel do Ministério Público na segurança pública? Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/04/25/qual-o-papel-do-ministerio-publico-na-seguranca-publica/>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

público para provimento de cargos públicos vagos para a estruturação das polícias (e não contratações temporárias como hipótese simplesmente absurda, já adotada em alguns Estados brasileiros), seja porque sustenta-se que a formação dos policiais respeite a programática dos direitos humanos, seja porque abre-se possibilidades para que haja participação popular no controle desse serviço (ex: conselhos comunitários de segurança pública), como, por exemplo, permite a realização de audiência pública [2]. Todos esses são aspectos que, inegavelmente, concorrem para melhorar a segurança pública como direito e como política.

Do mesmo modo, louvável a iniciativa de se pensar na criação de órgãos de execução específicos para a tutela coletiva da segurança pública como política, o que fez recentemente, em caráter inovador e elogiável, o Ministério Público de Santa Catarina. Ao invés de uma atuação simplesmente reativa e alienada, que “come na mão da Polícia” pelo que se recebe sem nenhuma perspectiva transformadora, sem dados, sem estatística e sem ferramentas de inteligência, tenta-se fazer algo “novo”. É de se esperar, contudo, que exista um adequado suporte de noções de gestão conjugada com conhecimento criminológico para que a ideia possa prosperar do melhor modo, pois na essência reside o debate de soluções que possam resultar na prevenção de crimes ou na potencialização de meios para que, quando isso não for possível, as investigações ocorram de modo adequado e propício à finalidade. (BERCLAZ, 2016).

O articulista se refere a recente iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina¹¹, que criou promotorias de justiça específicas de segurança pública, diversas das criminais e das protetoras dos demais direitos fundamentais (saúde, educação, assistência social, idoso, criança, mulheres etc.).

Durante o Congresso Nacional do Ministério Público de 2009, que teve como tema “O Ministério Público como Fator de Redução de Conflitos e Construção da Paz Social”. Freire (2009), defendeu a parceria entre o Ministério Público e a sociedade na tutela difusa do direito constitucional da segurança pública. Defende a autora um papel mais proativo do MP nessa área, sobretudo extrajudicialmente, inclusive com projetos de intervenção na realidade, elaborados em parceria com a sociedade civil diretamente envolvida.

O projeto dos CISP's Regionais também se constitui numa iniciativa do Ministério Público do Estado com vistas a induzir a implementação da política de segurança pública do Estado da Bahia, dentro de marcos legais, constitucionais, com respeito aos direitos humanos e buscando a articulação e integração dos atores dos sistemas de Justiça Criminal, Segurança Pública, direitos sociais básicos (saúde, educação, assistência social, lazer, esporte etc), garantindo ainda a participação de diversos setores da sociedade civil.

¹¹ Instalada primeira Promotoria de Justiça da Segurança Pública no Estado. Santa Catarina. MPSC Notícias. Disponível em: <<https://www.mpsc.mp.br/noticias/instalada-primeira-promotoria-de-justica-da-seguranca-publica-no-estado>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

5.5 O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE VIOLÊNCIAS E PROVIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Já foi salientado que embora segurança pública seja, em princípio, atribuição constitucional dos Estados, o Município pode e deve desenvolver ações preventivas e até repressivas de violências e criminalidade, para além da atribuição conferida de instituir Guardas Civis Municipais, algumas até armadas.

Com efeito, os diversos estudos já mencionados enfatizam a necessidade de atuação intersetorial e até interinstitucional entre os sistemas de defesa social, justiça criminal, direitos sociais básicos, com participação comunitária.

O município é responsável por promoção de educação, saúde, assistência social e outras prestações públicas, o que justificou sua participação no CISP não apenas através do Prefeito ou um representante local, mas com o efetivo engajamento de várias instituições, como conselho tutelar, superintendência de trânsito, centros de referência da mulher, de assistência social (CRAS), especializado de assistência social (CREAS), secretarias de educação, saúde, guarda municipal, entre outros órgãos.

Diversos municípios, visando articular e integrar ações, passaram a elaborar planos municipais de prevenção de violência, uma das metas atuais dos CISP's Regionais. Ribeiro e Patrício (2008) analisaram a Política Municipal de Barra Mansa, destacando a implementação das seguintes ações: reestruturação da secretaria municipal de ordem pública; criação do Gabinete Integrado de Segurança Pública; criação de fóruns locais (bairros e localidades) de prevenção à violência; reestruturação do Conselho Comunitário de Segurança Pública; realização de cursos, criação de sistemas de informação e construção do plano de carreiras da Guarda Municipal; construção de um programa de redução e prevenção à violência doméstica e de gênero e construção de um projeto de prevenção à violência juvenil.

Gärtner (2008) destaca que a gestão, o planejamento urbano e o gerenciamento integrado de espaços públicos possuem papel decisivo para melhorar a segurança nas cidades e têm que ser reconhecidos, pois trata-se de importantes ferramentas para integração social, desenvolvimento de uma observação informal e apoio a estratégias de prevenção de vários tipos, tais como recreação, cultura, arte e participação civil. Defende que o planejamento urbano deve incluir a temática da segurança, sobretudo as necessidades da população menos privilegiada e vulnerável, como crianças e jovens, muitas vezes as vítimas e os perpetradores

principais da violência, e preocupações de gênero. Considera que a ênfase deve ser na dimensão social de espaços públicos e direciona-se a fatores que aumentem a sensação de segurança nestes espaços, através de estratégias para prevenção do crime e da violência, combinando respostas situacionais, sociais e institucionais para melhorar a qualidade de vida. Finaliza corroborando a tese de que todas as estratégias devem incorporar processos multidisciplinares e interinstitucionais, cujos atores incluem as forças da lei, urbanistas e arquitetos, autoridades municipais, membros de conselhos locais e de comunidades, educadores e demais organismos e pessoas que trabalham no desenho de espaços públicos.

Kahn e Zanetic (2005) defendem um maior protagonismo do poder público municipal na temática da segurança pública. Critica a centralidade estadual, em razão da “erosão da atuação do governo, provocada pelas iniciativas comunitárias de autodefesa, pela expansão das atividades da indústria da segurança e pela crescente participação do governo Federal e dos municípios no tema da segurança pública”. Aponta como causas desta erosão da atuação do governo estadual sobre a segurança estão o aumento do crime, do sentimento de insegurança e o reconhecimento de que o poder público estadual não pode sozinho atender a todas às necessidades específicas de segurança demandadas pela sociedade. Pontua que, embora a Constituição Federal coloque os Estados como os principais responsáveis pela gestão da segurança, cabendo ao governo municipal diminuta parcela desta responsabilidade. O estudo mostra que os municípios têm em suas mãos instrumentos extremamente importantes para colaborar com a questão da segurança, como criação de novas guardas municipais, agora com funções que extrapolam na prática a proteção do patrimônio da cidade; elaboração de Planos Municipais de Direitos Humanos e Segurança Pública; criação, incentivo e divulgação de Disque-Denúncia; adoção leis para restringir o uso de bebidas alcoólicas. Diversas pesquisas de opinião pública revelariam que a criminalidade, ao lado do desemprego, são os maiores preocupações do eleitorado e os prefeitos não poderiam ficar alheios ao problema, daí as iniciativas citadas e muitas outras. Por fim, o artigo destaca que uma efetiva prevenção ao crime deveria ser baseada em projetos que têm as seguintes características: um diagnóstico preciso que determine os desafios, fatores de risco e recursos da comunidade; um plano de ação que estabeleça prioridades, identifique programas que podem ser modelos úteis e defina objetivos de curto e longo prazo; um processo de implementação rigoroso que inclua o treinamento e coordenação dos parceiros envolvidos; avaliações que forneçam retornos tanto sobre os processos quanto sobre os resultados obtidos; uma coalizão de atores-chave com lideranças fortes e *staff* de apoio administrativo; uma

estratégia de comunicações que pode mobilizar profissionais e cidadãos e é sensível à idade, gênero e diferenças culturais.

Marchiori (2011) mostra a experiência de Diadema/SP, que apresentava índices altíssimos de homicídios em 1999 - 389 homicídios para uma população estimada de 350.786 habitantes, uma taxa de 110,89/100.000 , mas que com esforços da população e poder público, sobretudo municipal, conseguiram reduzir esses índices. O estudo aponta como possíveis fatores para o êxito da redução das mortes violentas a democratização das relações entre Estado e sociedade civil, que produziu uma sensação de participação nos processos decisórios e a pulverização da responsabilidade do tratamento do crime trouxe o dever; elaboração de plano de segurança pelos próprios conselhos comunitários; elaboração da Lei de Fechamento de Bares – a maioria dos homicídios ocorria nestes locais, tarde da noite; elaboração de um Plano Integrado de Segurança Pública.

O Governo Federal, verificando a necessidade de uma maior atuação dos municípios na prevenção da violência, elaborou, através da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e em parceria com o UNICEF, a ONG Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência da UERJ o “Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens” (BRASIL, 2012). Este documento prevê sete etapas:

- 1) criação da “arquitetura institucional”, com um comitê gestor, responsável pela realização de todas as etapas do processo;
- 2) estratégias de sensibilização dos atores estratégicos;
- 3) capacitação e formação dos agentes responsáveis pela formulação e execução do plano;
- 4) elaboração de diagnóstico das mortes violentas de jovens e adolescentes, buscando os diversos fatores que interferem no fenômeno;
- 5) divulgação do diagnóstico entre os atores estratégicos e criação da Comissão de Prevenção da Violência Letal contra Jovens e Adolescentes, visando incluir a sociedade civil na discussão e elaboração dos estudos e plano;
- 6) instituição de mecanismos de consulta social de prioridades e políticas aplicáveis, como audiências públicas, reuniões nas comunidades com maiores índices de violência e pesquisas de opinião;
- 7) elaboração do plano municipal de prevenção de violência letal de jovens e adultos.

O documento deixa claro a necessidade de união de esforços dos diversos entes, mas destaca a necessidade de articulação dos órgãos de defesa social e justiça criminal com o

município, bem assim o apoio da universidade e a necessidade de participação comunitária na elaboração de políticas públicas de prevenção de violência.

Santos (2010) analisou a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em cinco municípios baianos e cinco pernambucanos, e constatou que as relações estabelecidas pelo Governo Federal com as municipalidades nacionais no âmbito da execução do SUSP não são homogêneas, pois a União pode atuar de forma passiva, apenas analisando as demandas dos governos locais e sugerindo adequações aos critérios do SUSP, ou de forma mais ativa promovendo espaços de discussão sobre as políticas de prevenção, disponibilizando técnicos para esclarecimento de dúvidas e orientações para a elaboração de projetos e/ou mesmo propondo intervenções locais. Os processos de implementação do SUSP em municípios da Bahia e de Pernambuco perpassam, essencialmente, pelo estabelecimento de uma relação intergovernamental (União-Municípios) verticalizada, na qual a interferência direta da União é tão relevante quanto a disponibilização de recursos financeiros e materiais. Prossegue o estudo, sinalizando que os convênios firmados para a implantação do SUSP nos municípios transcorrerem para um processo de modernização dos órgãos municipais existentes mais direcionados às questões infraestruturais e técnicas do que institucional e que a formulação e implementação de políticas preventivas demandam uma revisão dos legados e padrões de relações constituídos entre Prefeituras e Burocracias militares para o desempenho da segurança pública em nível local. Outrossim, uma maior complexidade das políticas locais e das relações intergovernamentais no nível horizontal parece interferir substancialmente para a existência de comportamentos e estágios diferenciados nos processos de implementação da política.

5.6 SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

As Políticas Nacionais de Segurança Pública formuladas após o Governo Fernando Henrique Cardoso, partindo da concepção de segurança cidadã, apregoam a necessidade de participação da comunidade na discussão de planos e elaboração de estratégias de ação para o enfrentamento da criminalidade e violências. Tais formulações se baseiam em diversos estudos nacionais e internacionais, já referidos, que também colocam essa premissa –

participação comunitária – como condição de legitimidade da ação governamental, bem assim possibilita seu maior controle social.

Após discorrer sobre o surgimento do Estado Moderno e suas teorias explicativas – consensuais e negativas, Berclaz (2013) designa, por exclusão, sociedade civil como tudo aquilo que não está contido no Estado, na sociedade política. Citando Habermas, pontua que sociedade civil e espaço público são “instrumentos essenciais para a consolidação da democracia deliberativa, como espaço autônomo de contraposição e controle de Estado. Entende que nessa perspectiva “a sociedade civil exerce a função de transmitir os problemas sociais que ecoam na esfera privada para a esfera pública política, o que bem sinaliza a separação entre Estado e sociedade civil”. Já com base em Dussel (2012), pontua que a sociedade civil seria um campo de sujeitos, dentro os quais os cidadãos e os movimentos sociais exerceriam um protagonismo especial. Por fim e com Gramsci, diferencia Estado e sociedade com base numa compreensão ampliada de Estado, de modo que seria no nível superestrutural que conviveriam sociedade política e sociedade civil, sendo a primeira a expressão da coerção, que teria como resultado a “guerra de movimento”, enquanto a segunda se pautaria pelo consenso e atua pela estratégia de “guerra de posição”.

Pelo escopo deste trabalho não serão aprofundadas tais reflexões teóricas, mas logo se percebe que a ideia de governança, de viés democrático, já referido alhures, mostra o quão tênue é a linha divisória entre sociedade civil e Estado.

A Constituição Federal proclama já no seu art. 1º que a República Federativa do Brasil se constitui como Estado Democrático de Direitos, tendo como fundamentos, entre outros, a soberania, a cidadania e o pluralismo político. Em seguida, reforça no seu parágrafo único que o poder será exercido tanto pelos representantes eleitos quanto diretamente, na forma prevista na Constituição Federal. Desta forma, a democracia direta apenas deve ceder espaço à democracia representativa por questões de factibilidade, operacionais, sobretudo em um país de dimensões continentais, com população superior a 200 milhões de habitantes – obviamente que o povo não pode nem deve ser consultado a todo instante sobre tudo! Mas não menos óbvio é que, em situações locais a participação direta é não apenas possível e recomendável como imperativo de concretização desses direitos fundamentais inscritos logo na abertura da Carta Magna.

Os conselhos sociais e outras formas de participação comunitária na formulação de políticas públicas constituem expressão do Estado Democrático de Direito. Aliás, o qualificativo “democrático”, visto por alguns juristas e políticos liberais como pleonasmo –

pois na noção moderna de direito estaria implícita a de democracia – deixa claro que o Constituinte não se contentou com uma noção meramente legalista, senão exigiu maior coeficiente de legitimidade para o exercício do poder.

Citando Boaventura de Sousa Santos, Berclaz (2013) arremata: democratizar a democracia é apostar em formatos complementares à democracia representativa, tais como a participação e a deliberação; é ter em conta que há muita inovação democrática emergindo no Sul, ainda que a teoria da democracia continue sendo produzida no Norte”; seria importante pensar e projetar uma “democracia radical de alta intensidade”, “uma das soluções possíveis para resgatar o sentido da democracia. Seria necessário substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada, o que se aproxima do conceito de governança, como visto. Pondera ainda o jovem promotor de Justiça do Paraná que “no atual cenário de crise do paradigma democrático mostra-se fundamental combinar a proposta vigente de democracia representativa com o exercício de uma democracia participativo-deliberativa capaz de se expressar localmente”.

Embora tratando de colegiados criados por lei para controle e acompanhamento de políticas oficiais, Berclaz (2013) enaltece a “dimensão político-jurídica dos conselhos sociais”, enfatizando seu papel de espaço de revigoração da democracia e radicalizando para situar suas deliberações como ato administrativo relevante para o controle da discricionariedade administrativa. Exemplos concretos de exigência de controle social constam do Texto Constitucional nas áreas de saúde, educação e infância e juventude – arts. 198, III; 204, II e 227, § 7º, mais tais diretrizes se espraiaram para as demais políticas públicas, não se devendo olvidar que o art. 144 da Constituição Federal, ao prelecionar que a segurança pública é dever do Estado e, ao mesmo tempo, direito e responsabilidade de todos, abre campo fértil para que nas suas políticas públicas contemplem mecanismos de participação comunitária.

Mutatis mutandis, as linhas gerais do pensamento podem ser aplicadas aos CONSEG’s e às deliberações de órgãos colegiados como os GGI’s e CISP’s.

Em estudo sobre os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Sento Sé (2014, p. 110) conclui que embora estudos e normas elaboradas apontem para sua grande importância no aprimoramento das políticas de segurança pública, a prática evidencia sua precária institucionalidade e baixa autonomia em relação às instituições do sistema de justiça criminal e articulação com atores da sociedade civil organizada. Daí que iniciativas com a do

CISP, que buscam integrar órgãos públicos e também da sociedade civil, podem ajudar na superação do deficit cidadão.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam a proporção de conselhos que tratam de políticas públicas instalados nos municípios brasileiros, destacando-se o baixo percentual de Conselhos de Segurança Pública (%):

Quadro 3 – Conselhos de Políticas Públicas no Brasil

Saúde 99,7	Política Urbana 22,1
Acompanhamento do FUNDEB 98,1	Turismo 22,1
Direitos da Criança e Adolescente 97,9	Direitos da Mulher 17,5
Alimentação Escolar 95,3	Desenvolvimento Econômico 16,6
Assistência Social 93,1	Direitos da Pessoa com Deficiência 14,2
Educação 84,8	Esporte 11,2
Escolar 76,2	Segurança 10,4
Meio Ambiente 67,9	Transporte 6,4
Habitação 58,2	Juventude 5,4
Direitos do Idoso 51,5	Orçamento 4,9
Emprego/Trabalho 33,9	Igualdade Racial 3,5
Defesa Civil 25,3	Saneamento 3,5
Cultura 24,7	Direitos Humanos 2,2
Transporte Escolar 24,6	Direitos LGBTTT 0,2

Fonte: MUNIC-IBGE, 2001-2013.

É possível especular que a baixa quantidade de conselhos de segurança pública implantado nos municípios decorre do fato de que vários congêneres, como saúde, acompanhamento do FUNDEB e CMDCA, são frutos de imposição legal, prevendo sanções para os gestores locais na sua implantação. Outros fatores que pode estar relacionado a essa baixa institucionalidade é a circunstância de o município não ser constitucionalmente considerado responsável direto pela política de segurança pública, além dos diversos constrangimentos já apontados no capítulo “segurança pública integrada”.

Ao discorrer sobre empoderamento e participação da sociedade civil em políticas sociais, Gonh (2014) sustenta que “a participação da sociedade civil na esfera pública - via conselhos e outras formas institucionalizadas - não é para substituir o Estado (caracterizado por democracia representativa), mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos. Já se viu alhures que os mecanismos de democracia participativa são complementares – e não excludentes – da democracia representativa.

Buscou-se investigar se, no caso do CISP, a maior autonomia e institucionalidade resultou em melhor articulação com a participação social, gerando empoderamento às comunidades locais.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SERRINHA E REGIÃO DO SISAL – CISP/SISAL: IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O Comitê Interinstitucional de Segurança Pública de Serrinha e Região do Sisal – CISP/SISAL teve sua primeira reunião em 5 de maio de 2014, no auditório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus Serrinha. Foram convidadas instituições dos sistemas de segurança pública, justiça criminal, universidades, CONSEG's, prefeitos e presidentes de câmara de vereadores dos 18 municípios da microrregião e que faziam parte da Promotoria Regional de Serrinha - Araci, Capela do Alto Alegre, Cipó, Conceição do Coité, Gavião, Ichu, Nordestina, Nova Fátima, Nova Soure, Pé de Serra, Queimadas, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia e Valente -, bem assim outros órgãos municipais, estaduais e federais.

Compareceram ao primeiro encontro as seguintes instituições: Ministério Público, através da 1ª e 5ª promotorias de Justiça; 16º Batalhão da Polícia Militar, 12ª Diretoria Regional de Saúde do Estado da Bahia (DIRES); Prefeitura Municipal de Serrinha; Defensoria Pública; Conselho Tutelar de Serrinha; Diretoria Regional de Educação da Bahia (DIREC 12); Guarda Municipal de Serrinha; Secretaria de Desenvolvimento Social de

Serrinha; Câmara dos Dirigentes Lojistas de Serrinha; Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos; Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus XI; Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) - Núcleo Serrinha; CONSEG/Serrinha; Coordenação Geral de Trânsito de Serrinha e Câmara Municipal de Vereadores de Serrinha.

A ata registra os principais acontecimentos deste primeiro encontro:

A reunião foi iniciada pela Promotora de Justiça, Núbia Rolim dos Santos, explicando o motivo do encontro e da importância do trabalho em grupo, vez que todos os órgãos presentes exercem o mesmo papel frente a sociedade. O Promotor de Justiça, Gilber Santos de Oliveira dá continuidade, apresentando-se e falando do CISP [...]. O Major Lúcio parabenizou a iniciativa do Ministério Público à medida que argumentou que é um projeto necessário para manter a segurança pública, inclusive mencionou a satisfação e disposição no engajamento do projeto; admitiu apoio na implantação do Comitê e mencionou que houve um decréscimo no índice dos crimes mais violentos. O Capitão Gilvan, Comandante da 1ª CIA Cidade Nova destacou o artigo 140 da Constituição Federal e ressaltou a importância da sociedade civil e da diversidade dos órgãos na busca de soluções e nas propostas de atividades para evitar o cometimento de crimes. O Conselho tutelar parabenizou o Ministério Público pela iniciativa, destacando o aumento da criminalidade no âmbito da juventude. O Presidente da CDL, Antônio Carlos também parabenizou o Ministério Público e abordou como o comércio está vulnerável, em razão do alto índice de violência no município. Dando continuidade às apresentações, o Defensor Público, Tiago Guimarães destacou o papel social da Defensoria pública na segurança pública e colocou-se à disposição para o que for necessário. Posteriormente, deu seguimento às apresentações os seguintes órgãos: SEDES, DIRES 12, Procuradoria do Município, DIREC 12, Vereadores do Município de São Domingos e a Promotora de Justiça Fernanda Presgrave, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha. Thays Pascoal, coordenadora local da CEAPA explicou sobre a Central, suas competências e quem a compõe, apoiando a proposta do CISP. Antônio Carlos Batista, representante do CONSEG abordou a falta de compromisso da população em termos de participação social nos conselhos. A Diretora da UNEB saudou todos os presentes e destacou o grande desafio do Comitê, bem como a importância do seu desenvolvimento para o município, em razão da segurança pública [...].

Em síntese, foi exposto o projeto, que teve a adesão dos presentes; definiu-se periodicidade mensal para as reuniões, com rodízio entre as próprias instituições sediantes; encaminhou-se por e-mail a ata e minuta do regimento interno, que deveria receber sugestões de alterações até o encontro seguinte, onde seria votado.

Importante notar que cada agente se expressou em coerência com sua posição social nos respectivos campos da segurança pública, justiça criminal, academia etc, visto que analisaram as possibilidades do colegiado sob os respectivos pontos de vistas.

A segunda reunião ocorreu em 2 de junho de 2014, no auditório da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), sendo discutido e aprovado o regimento interno.

Algumas instituições não estiveram presentes nas primeiras reuniões, mas manifestaram informalmente em outros encontros, contatos telefônicos, por e-mail etc., o interesse em participar do coletivo, sendo elas incorporadas ao Comitê, totalizando 34 instituições da região.

Em 8 de julho de 2014 o Comitê foi formalizado através do Ato Normativo n. 010/2014, prevendo no seu art. 1º:

art. 1º Fica instituído o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública – CISP Regional de Serrinha e Região do Sisal, com a finalidade de organizar, no âmbito regional, uma rede articulada e integrada, visando ampliar e multiplicar ações e iniciativas interinstitucionais em segurança pública e defesa social, nos termos dos Atos 346/2010 e 574/2013.

O Ato 346/2010 cria o CISP/Bahia e o 574/2013 autoriza a sua regionalização.

O primeiro documento detalha a competência do comitê, destacando-se o fomento a redes de cooperação, no âmbito local e regional, visando auxiliar o exercício das funções institucionais do Ministério Público; colaboração com os órgãos e instituições públicas e com instituições privadas em campanhas educativas tendentes a abordar a temática da violência; a promoção de estratégias e ações que assegurem a inserção transversal da temática de segurança pública, a atuação integrada, cooperada e articulada das instituições que tenham atuação na região; identificação de oportunidades de parcerias com instituições públicas e privadas e a sociedade civil, especialmente na promoção de ações proativas, locais e regionais, de defesa social e segurança pública; estímulo da participar no intercâmbio de ideias, experiências e informações voltadas às questões de segurança pública e sua contínua e ampla aquisição e compartilhamento; contribuição na coleta, sistematização e armazenamento de informações relativas à temática de segurança pública, no âmbito regional, especialmente aquelas relativas ao controle externo da atividade policial e estatísticas criminais; realização e participação em de audiências públicas, encontros, seminários, debates e eventos similares voltados à divulgação de informações e de conteúdos relativos à finalidade do CISP REGIONAL e à temática de segurança pública, no âmbito da região.

A análise das atas mostra que diversas instituições, sobretudo de outras cidades da região, que expressamente aderiram ao projeto deixaram de participar das reuniões; em contrapartida, várias outras instituições que não constam do ato normativo se somaram ao coletivo, em momento posterior.

O regimento interno aprovado à unanimidade disciplina o funcionamento do CISP/Sisal. As instituições deliberaram que as reuniões ordinárias seriam mensais; as

deliberações tomadas por maioria simples; as atas seriam encaminhadas por e-mail, a fim de as instituições proporem eventuais retificações e acréscimos; foi prevista a criação de câmaras temáticas; estabelecida as atribuições da Secretaria-Executiva do comitê; estipulou-se a forma de guarda dos documentos, entre outras previsões operacionais.

Importante destacar, da análise das atas, o caráter informal, de consenso, do colegiado, não havendo registro de consulta e invocação do regimento interno nas reuniões.

Ainda no segundo encontro das instituições passou-se a discutir os assuntos de segurança pública e criminalidade, sendo destacada a necessidade de reativação dos dois CONSEG's de Serrinha, que existiam há algum tempo, mas cujos mandatos dos diretores se encontravam vencidos e paralisadas as atividades; foram exibidas pela Polícia Militar alguns dados estatísticos de Serrinha e região; começou-se a discutir a implantação em Serrinha de um disque-denúncia local e de um sistema de videomonitoramento:

II. REATIVAÇÃO DOS CONSEG'S DE SERRINHA: Foi informado que em 22.05.14 foi realizada reunião na Promotoria de Justiça Regional, com participação do MP, PM, PC e representantes dos dois CONSEG'S, onde se analisou a situação de ambos. Constatou-se algumas pendências documentais, solicitando-se aos representantes o saneamento, com as devidas alterações, bem assim realização de eleição para eleição das duas diretorias, já que os mandatos estão vencidos. Os CONSEG'S Serrinha se comprometeram a trazer para a reunião do CISP editais com data das eleições. O CONSEG Norte informa que realizará as eleições da nova Diretoria no dia 17 às 19 horas, no auditório da FUNASA; O CONSEG Sul informa que realizará eleições no dia 05.06.14, às 19 horas, no INFOCENTRO da Cidade Nova, Serrinha/BA [...]

III. ANÁLISE DE ESTATÍSTICAS.

Foram exibidos e discutidos pelo Major Lúcio dados estatísticos relacionados à composição do 16º Batalhão, atual efetivo e viaturas disponíveis, bem como uma exibição feita análise dos crimes letais intencionais contra a vida e crimes violentos contra o patrimônio na área do 16º BPM, bem assim da sede, em Serrinha.

IV. DISQUE-DENÚNCIA:

Explicado Pelo Major Lúcio a estrutura de funcionamento do Disque Denúncia, respondendo dúvidas e citando exemplos. Mencionada possibilidade de parceria com o Executivo no sentido de disponibilização de funcionário. Citados exemplos bem-sucedidos. Feita a proposta da implementação do “Disque Denúncia”, cuja necessidade seria: 1 linha telefônica, 1 atendente, instalações físicas, treinamento call center, 2 computadores por central e campanha publicitária. Seriam criadas bases em Serrinha, Araci, Coité e reativação da base em Riachão do Jacuípe. [...]

V. MONITORAMENTO ELETRÔNICO:

Foi informado pelo Sr. Antônio Carneiro que existe um projeto de monitoramento na Câmara de Vereadores; já existem alguns pontos de monitoramento de trânsito em Serrinha, bem como uma comissão no Município estuda a implantação do projeto; comprometeu-se a solicitar a Gilberto, responsável pelo projeto, para fazer uma explanação na próxima reunião do CISP. A PM se encarregará de agendar reuniões com os órgãos envolvidos na implantação do monitoramento eletrônico e do disque

denúncia, tendo o Ministério Público se colocado também à disposição para colaborar. [...]. (2ª REUNIÃO – 02.06.2014, auditório da FUNASA)

A partir de então o CISP/Sisal efetivamente se reuniu com frequência mensal, sempre monitorando as deliberações das reuniões anteriores e mensagens trocadas por e-mail e *whatsapp* no período, e discutindo outras ações. Até maio de 2017 o Comitê realizou 35 reuniões. Importante consignar que as reuniões do CISP Sisal são itinerantes, realizadas nos órgãos parceiros, associações e outros locais públicos ou comunitários, o que possibilita um maior contato dos integrantes com a realidade local, bem assim faz com que as instituições se sintam parte importante do funcionamento do comitê.

Em 1º de dezembro de 2014 foram criadas as Câmaras Temáticas Análise de Estatísticas, Violência Doméstica e Direitos Humanos (Defensoria Pública, CONSEG's, MP, entre outros órgãos). A Câmara de Análise de Estatísticas foi criada na reunião de 2 de março de 2015, com a seguinte composição: MPBA, PM, Polícia Civil, DPT e UNEB.

6.2 O CISP/SISAL PARA SEUS INTEGRANTES: CONCEPÇÕES SOBRE SEU PAPEL

Os integrantes do CISP/Sisal demonstraram conhecimento sobre o processo de implantação e funcionamento do comitê. Todos os entrevistados informaram que a iniciativa de implantação do CISP/Sisal foi do Ministério Público, o que é natural, por se tratar de um projeto criado por essa instituição. Os informantes relataram também que o Comitê tem realizado reuniões mensais desde sua implantação, sem solução de continuidade.

Cinco representantes participam do CISP/Sisal desde sua implantação, os quais informaram que foi marcada uma reunião para a qual foram convidados diversos órgãos públicos e comunitários dos municípios da região; todos referiram ter recebido material explicativo sobre o comitê, em meio físico e/ou digital. Os outros dois entrevistados, integrantes do órgão de trânsito e Secretaria Municipal de Administração não souberam informar sobre a implantação, mas relataram que começaram a participar das reuniões a convite do Ministério Público.

Merece destaque a fala da representante da CEAPA sobre o processo de implantação do CISP/Sisal:

[...] fomos fisgados pela ideia e comparecemos a primeira reunião onde todos os órgãos foram apresentados, dentro das suas finalidades, onde a proposta do comitê foi exposta. Aconteceu dessa forma, foi um convite formal como um (*) dessa forma que a gente passou [...] Vou ser bem sincera, quando o CISP começou achei que seria um pouco complicado dele caminhar, existia uma certa desconfiança, não sei se... acredito que tudo que está iniciando. Acredito que pelos esforços dos atores, das pessoas envolvidas, do Ministério Público de todos, o CISP ele foi criando uma identidade, hoje eu vejo o CISP com outros olhos. Eu não imaginei que ele fosse chegar e desenvolver atividades tão bem como tem sido. Colocou a Polícia Militar para dialogar com representantes da comunidade, Ministério Público, e chamando outros atores e chamando e responsabilizando a gestão municipal por isso. Porque muitas das questões de segurança pública envolvem outros setores de políticas públicas, por que não esgota na Polícia Militar e nem no Ministério Público, criminalidade e violência são sintomas sociais. Então eu acredito que se deu de forma interessante, eu tinha algumas críticas, quanto a pouca apropriação, pouco conhecimento da comunidade, mas quando eu volto para o nome do comitê, eu vejo que ele está cumprindo a finalidade que se proponha, porque é um comitê interinstitucional de segurança pública, então é entre instituições, fazer essas instituições dialogar. Então acredito que a implantação nesse sentido tem dado muito certo. Apesar de nem todos os órgãos colaborarem devidamente, aqui a gente também devido ao tamanho da equipe as vezes se ausenta de algumas reuniões, nem sempre a gente está presente. Mas esses diálogos estão acontecendo não é à toa que as ações estão aí.

O representante da Polícia Militar destacou que o CISP foi uma iniciativa do Ministério Público, que num primeiro momento fez um trabalho de convencimento dos atores da região da necessidade de se discutir segurança pública e, especialmente no que tange à PM, a sua contribuição para o debate, bem assim promover troca de experiências. Destacou a necessidade de articulação e integração das instituições, evitando insulamento e promovendo a união de todos em prol do bem comum. Informou que foi repassado material impresso e em meio eletrônico, explicando os objetivos do projeto do CISP; narrou que as comunicações ocorrem presencialmente, mediante reuniões mensais e que essa regularidade fortaleceu o comitê; disse que são trocadas informações também por e-mail e whatsapp, dando maior agilidade e eficiência.

Inicialmente através da iniciativa do ministério público local, instituições e organizações foram convidadas à ter assento no CISP nesse comitê, com objetivo principal de discutir a segurança pública local, daqui de Serrinha e naquele primeiro momento de algumas cidades circunvizinhas. Esse chamamento para que a gente pudesse trazer essa contribuição da polícia militar, da visão da polícia Militar da questão da segurança pública local e discutir isso com outras entidades, essa troca de experiências com o objetivo de trazer frutos positivos para a comunidade.

[...]

Inicialmente foram reuniões de convencimento, de mostrar os objetivos, de mostrar quais frutos, quais derivados nós teríamos com esses encontros e principalmente a interação [...] a questão de segurança pública se pensarmos como ilhas, será algo temerário, e o CISP mostrou-se como uma ferramenta de união de entidades e de pessoas com esse objetivo comum.

[...]

Inicialmente Doutor Gilber, que é o promotor, fez esses chamamentos, fez esses convites, fez a demonstração do objetivo do CISP, e principalmente que essas entidades, elas teriam assentos e voz iguais durante as discussões nas nossas reuniões nos nossos encontros.

O coordenador do DPT endossou as narrativas acima, acrescentando que todos puderam se expressar já no primeiro encontro, contribuindo para a elaboração do regimento interno; o teor das atas também era produto dessa vontade comum:

Foi feita uma reunião, se marcou uma data para uma reunião com as instituições convidadas, e nessa reunião foi debatida, se debateu foi introduzida, se mostrou como funcionava o CISP e quais eram os objetivos, e depois passou a palavra pra cada integrante da reunião se manifestar, opinar, aí se elaborou um miniestatuto, vamos dizer assim, da forma como deveria funcionar, se pediu opiniões de quais instituições que a gente achava que deveria ser convidada, sugestões de participação. A partir daí se fez uma Ata, claro e depois dessa ata, passou pra todo mundo verificar se era aquilo mesmo, se alguém queria apresentar alguma coisa, eu, particularmente fiz, acrescentei alguma coisa que não me lembro o que agora, criou o estatuto e começou a funcionar.

Na análise dos sentidos do CISP/Sisal, a representante do Ministério do Público explicou detalhadamente o significado do comitê:

o CISP é um comitê que reúne não só órgãos públicos, mais a própria comunidade, e a gente discute questões de segurança pública que não se resume a órgãos próprios de segurança pública. Questões sociais, apresentações de projetos. Eu acho que, não sei se é uma pergunta mais a frente, mas, que um dos próprios méritos dos CISP, é agente olhar olho a olho. Dizer o que a gente tem de problema, de dificuldades e de solução. [...]

Nessas reuniões mensais a gente tem uma pauta. Agente parte da pauta da anterior, e vai incluindo outros assuntos. [...] a gente já atualiza quais são as medidas que estão sendo tomadas, quais são as dificuldades, o que o outro órgão pode ajudar para aquela meta de trânsito ser alcançada, o que o outro órgão pode aderir também naqueles projetos. Então, a gente vai atualizando. Vai abrindo. Cada órgão pode trazer a sua demanda, e vai completando com as demandas seguintes. Além dessa reunião mensal, a gente tem reuniões separadas, mais reduzidas, com os órgãos e instituições que são envolvidas especificamente com aquele tema. Então, na matéria de violência doméstica teve reunião com: promotor de violência doméstica, a polícia militar, o DANDARA que é a instituição municipal de atendimento à mulher vítima de violência, para tratar da Ronda Maria da Penha. E num dado momento, a guarda de trânsito, a guarda municipal, a polícia militar pra gente tratar da questão do trânsito, isso para dar mais eficiência, porque como o quórum é muito maior em relação as reuniões mensais, e órgãos de diferentes atuações, então, muitos assuntos podem se perder ali sem resultado. Então, essas reuniões garante mais cuidar ponto a ponto.

[...]A gente tem comunicação pelo WhatsApp [...] (e também) por e-mail [...]. Por exemplo, quando esse projeto foi ser apresentado, a formalização dele foi enviada por e-mail. As atas são encaminhadas por e-mail para todos os participantes. Então, um novo assunto, apareceu um material a respeito daquela matéria que agente tratou, o e-mail também é uma forma de comunicação.

O presidente do CONSEG destacou o papel do CISP na reativação de sua entidade e outras da comarca, considerando que o comitê tem contribuído para melhorar a segurança pública local:

É um conselho intersetorial de segurança Pública. Quando se fala em intersetorial é a união de vários setores que está responsável pela segurança pública para melhorar a segurança pública do cidadão.

[...] aqui em Serrinha além das reuniões, ele vai as comunidades através dos conselhos CONSEG Sul e CONSEG Norte, quando agendado nas comunidades ele vai para ouvir a comunidades, e daí tem os encaminhamentos para levar para quem é responsável resolver os problemas.

O integrante da SMTT destacou a importância do CISP como um espaço de discussão de violência e busca de alternativas e encaminhamentos sobre o tema, inclusive produção científica:

Olha, o CISP eu acho um conselho muito importante. É um único espaço que senta pra discutir as questões relacionadas a violência, e que busca alternativas e encaminhamentos no sentido de fazer audiências públicas, no sentido de fazer projetos para publicar números de telefones para que as pessoas tenham acesso, possam estar pedindo apoio à polícia em si, que é o caso, tem o número da guarda municipal, tem o telefone do (*) que é o 3261-6030.

[...]

eu vejo o CISP como um Conselho, um espaço muito importante para a comunidade, é um espaço que tem esse diálogo entre a comunidade e o poder público, e tira encaminhamentos importantes como campanhas educativas de transito que nós sempre fizemos, e tinha apoio do CISP, desse Conselho, tinham as discussões no conselho, no sentido de aprimorar alguns detalhes de referidas campanhas educativas de transito, audiências públicas, foi proposto a possibilidade da gente fazer, de pesquisa, teve até um professor da UNEB com a gente, sociólogo, professor Jandiroba, e foi um encaminhamento também para que a gente pudesse tá explorando tanto algumas pesquisas de repente existentes como também fazer outras pesquisas como a gente pudesse tá entendendo melhor essa realidade que se vive hoje no Brasil e na cidade de Serrinha no que se refere a violência. (Entrevistado 3 – SMTT)

A coordenadora da CEAPA, como visto, relatou desconfiança inicial com a articulação, haja vista que o órgão a que pertence tem uma perspectiva de ressocialização das pessoas condenadas, ao que passo que, na sua visão primeira, no CISP/Sisal seria priorizado o aspecto repressivo da segurança pública. Todavia, informa que com a participação nas reuniões, percebeu que a iniciativa visava tratar segurança pública de forma ampla, intersetorial e interinstitucional, trazendo para o debate de violência e criminalidade aspectos sociais, de garantia de direitos básicos e participação comunitária. Destacou o papel do Ministério Público como indutor das discussões e como órgão fiscalizador:

Como é o CISP pra mim como é que eu vou repetir, articula as instituições para tratar de segurança pública, a minha atuação nesse momento, como cidadã eu me vejo muito mais representada no CISP, as vezes muito mais que profissional, vou explicar porque: O CISP trabalha com segurança pública, a gente aqui não trabalha com segurança pública, apesar de trabalhar com todas as transversais do CISP, a gente lida com o pessoal que desenvolveu um trabalho integrado, mulheres vítimas de violência doméstica e as vezes nos atendemos os algozes os agressores no caso. Então a gente tem um ferramental interessante para contribuir, mais no ponto da segurança o núcleo da CEAPA enquanto órgão enquanto profissional, eu entro até no contrassenso, porque a gente atende aqui, faz entrevista, tem informações que nós não podemos utilizar, que de forma alguma por questões éticas eu não posso compartilhar no CISP; claro que isso nunca foi pedido, então a gente fica assim numa linha tênue sobre como proceder, mas sempre que possível a gente tenta contribuir com algum ferramental, com alguma questão teórica, técnica; nos últimos meses eu estive bem afastada por conta de demandas internas de trabalho, eu não pude ir em todas as reuniões, mais eu pretendo retomar, a equipe já está voltando a normalizar o contingente. Então eu vejo o CISP, a primeira foi como eu vejo o CISP não? Como essa institucionalidade acho que ele vem para dar conta, tem o projeto também de monitoramento trouxe uma visibilidade maior, uma aproximação maior da Polícia Militar com a comunidade, porque quando tem audiências públicas tudo aflora as pessoas falam e ai quando você cruza os dados de um órgão com outro você consegue chegar no cerne do problema, no cerne da questão, então acredito que as medidas e o CISP para fortalecer esse dialogo ele foi fundamental, o que não ocorria. A prefeitura financiando o projeto de videomonitoramento, os bancos que são beneficiados também ajudando a financiar um projeto de videomonitoramento, implantação do disque-denúncia. São ações efetivas, que se não houvesse esse dialogo através do CISP, não colocássemos instituições dentro de uma sala, com o Ministério Público em cima e cobrando e chamando cada uma para sua responsabilidade, não aconteceria.

O policial militar ouvido considera que o CISP não é uma ação desenvolvida apenas pelo Ministério Público, mas um colegiado de órgãos independentes, que trabalham em busca de um objetivo comum, ajudando as instituições a colher os anseios e necessidades da comunidade e contribuindo para um serviço mais eficiente e eficaz:

A gente entendeu o CISP não como um órgão ou um desdobramento do Ministério Público, a nossa visão é que é um comitê de órgãos independentes, mas voltados com o mesmo objetivo que é a segurança pública e a Polícia Militar entende que é um local onde a gente demonstre o nosso trabalho, colha necessidades e anseios dos outros órgãos e isso converta em uma atividade de mais eficácia e eficiência para aquela comunidade na qual nós somos responsáveis.

O coordenador do DPT entende que o CISP é um comitê que reúne as instituições de Defesa Social, Justiça Criminal, sociedade civil (CONSEG), bem assim outros órgãos públicos, para tratar de assuntos relativos segurança pública. Considera os CONSEG's essenciais no levantamento de problemas e situações para serem discutidos nas reuniões, após o que se busca as respectivas soluções:

CISP é um Comitê que reúne as instituições ligadas à Segurança Pública, no caso desse comitê aqui de Serrinha. Então, o comitê agrega a polícia militar, a polícia civil, o DPT, Ministério Público, os magistrados, defensoria pública, polícia

rodoviária federal, polícia rodoviária estadual, também faz parte [...] qual foi a outra pergunta?

[...] é o comitê que funciona com essas instituições, onde a cada reunião, são decididos os problemas que envolvem a sociedade, no caso. O CISP de Serrinha é muito, resolve os problemas de Serrinha, Barrocas e Biritinga. Ah sim, faltou a parte essencial que é os CONSEGs, os conselhos de segurança, que são geralmente quem traz os problemas para serem discutidos nas reuniões. Então, sempre que um problema é colocado, é discutido de forma geral e a gente procura soluções, ao invés de problemas. A prefeitura também participa. A gente vai lembrando aos poucos dos integrantes.

[...] (participação da prefeitura) Mais de um órgão. Mas, no caso de Serrinha, a prefeitura ficou mais ligada a secretaria de Administração. Mas já teve outras reuniões que participou: secretaria de educação.

A visão do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Serrinha não diferiu da dos demais entrevistados, acrescentando que CISP que é um comitê intersetorial de segurança pública, que aborda também questões de educação, saúde, trânsito, não apenas com as polícias, órgãos do sistema de Justiça Criminal e poder executivo local, mas também com diversos segmentos da sociedade civil, como os CONSEG's, algumas associações, universidade e igrejas, sob coordenação ao Ministério Público. Disse que o CISP não era um órgão de execução, mas de discussão, elaboração e proposição de políticas públicas. Elogiou a iniciativa como uma “experiência de participação cidadã”, mencionando que também faz parte dos conselhos municipais de educação e do FUNDEB. Destacou a iniciativa do videomonitoramento de vias públicas de Serrinha:

o CISP que é um comitê intersetorial de segurança pública, na minha opinião foi um dos espaços de discussão sobre segurança pública que mais me chamou atenção, primeiro que a discussão não era linear e tocante a segurança pública. Se discutia educação, se discutia saúde, se discutia questões de trânsito, se discutia diversas problemáticas vamos dizer assim, no âmbito do município, com diversos segmentos da sociedade civil e organizada e o poder público, podemos mencionar os conselhos de segurança, associações que participava, a universidade, desde polícia militar enfim. Coordenada obviamente pelo Ministério Público, foi uma experiência pra mim bacana, porque não era um órgão de execução de políticas públicas, mais era um órgão de discussão, de elaboração, de proposição e de debates dessas temáticas de modo que envolvia desde as igrejas evangélicas, as igrejas católica e as demais denominações enfim, e não era apenas o espaço de tencionar o poder público para executar as tarefas e ações, embora a maioria das tarefas eram concernentes ao poder público, mas era uma ação que nos percebíamos que envolvia todos nós os atores e atrizes que participava digamos assim do comitê. Então foi uma experiência eu diria de participação cidadã muito bacana. Atualmente eu faço parte do conselho municipal de educação, do conselho do FUNDEB, e sei o quanto a participação no CISP pode contribuir para essa participação mais cidadã vamos dizer assim, eu compreendia o CISP como esse espaço de concertação cidadã vamos dizer assim, então ajudou a gente a avançar em várias questões. Obviamente nós não conseguimos a contento todas as tarefas vamos dizer assim, mas uma ação que eu considero relevante, e que foi assim uma bandeira, que foi a pauta do CISP foi o sistema de videomonitoramento da cidade de Serrinha, e agora no final do ano com muito empenho conseguimos um recurso via o município de Serrinha que foi um recurso de 22mil aproximadamente, para aquisição de serviços de instalação uma

parceria com a secretaria de segurança pública do estado, eu diria mais coordenado pelo CISP e o Ministério Público, e os demais seguimentos que compõe o CISP, e hoje nós podemos perceber que já é realidade, o sistema de videomonitoramento já está instalado já está em funcionamento, portanto uma ação de política pública, na minha opinião relevante para a segurança de Serrinha, mais para o cidadão e cidadã serrinhense, oriunda das discussões do CISP.

Pode-se concluir que, de um modo geral, os integrantes compreendem o CISP como um espaço democrático, onde se discutem e implementam ações relacionadas à segurança pública, em que cada instituição tem direito igual a voz e voto. Consideram, também, que a composição do colegiado agrega as tradicionais instituições de defesa social e justiça criminal às das áreas sociais, universidade e sociedade civil, e essa composição plural possibilita tratar de violência e criminalidade de forma intersetorial e interinstitucional, não se restringindo segurança pública a “assunto de polícia”.

6.3 ANÁLISE DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS – CVLI

O CISP/Sisal começou a analisar os CVLI já no seu segundo encontro e as atas mostram que essa prática prosseguiu em praticamente todas as reuniões, sendo, costumeiramente, o primeiro item da pauta. São verificados os dados da cidade de Serrinha, bem assim na área de abrangência do 16º BPM, que é muito similar aos municípios que compõem a Promotoria Regional de Serrinha (Serrinha, Barrocas, Biritinga, Araci, Lamarão, Teofilândia, Santanópolis, Santa Bárbara, Conceição do Coité, Santa Luz, Valente, São Domingos, Ichu, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Nova Fátima, Pé de Serra, Capela do Alto Alegre e Candéal).

A Polícia Militar normalmente faz a exposição dos crimes ocorridos no mês anterior, mas também faz exposições semestrais e anuais. São feitas comparações dos últimos cinco anos; dos mesmos meses no ano anterior; cotejo mês a mês; proporção entre zonas urbana e rural; separação por bairros e localidades do município de Serrinha (maior cidade da região e com maior registro de crimes letais), inclusive com georreferenciamento e respectiva mancha criminal; comparativos por dia e horário da semana; tipo de arma empregada e veículo utilizado pelo autor do fato; existência de antecedentes criminais da vítima; comparação com cidades de porte similar a Serrinha.

Como os entrevistados referiram e as atas apontam, a Polícia Civil não costuma enviar representantes para as reuniões mensais, o que impedia profundidade na análise de cada caso concreto, inclusive com troca de informações sobre autoria, motivação e outras circunstâncias do delito. Desta forma, não pôde realizar uma análise para fins investigativos, mas apenas a chamada “análise criminal estratégica”, que Silva (2015) assim define:

Há certo consenso que a Análise Criminal Estratégica se preocupa com a análise do crime sob a perspectiva da busca de estratégias operacionais para solucionar problemas em curso ou que se manifesta como uma séria crônica de crimes que se repete a longo prazo. Bruce (2012) e Gotlieb, Arenberg, Sing (1998) admitem que a análise estratégica tem forte aplicação na avaliação de características criminais de tendências mensais, anuais e decenais ou até seculares. Busca-se compreender as flutuações sazonais e cíclicas do crime e quais as macroinfluências que determinam o comportamento da criminalidade. Embora a literatura internacional aponte uma concepção da Análise Criminal Estratégica voltada eminentemente para compreensão da criminalidade que se manifesta num território, avaliando suas tendências, é preciso ampliar tal modelo analítico para fins de dirigir as possibilidades de planejamento de aplicação de policiamento para solucionar problemas de segurança nos níveis local, regional, nacional e/ou global. Deve-se buscar explicações que possam auxiliar a tomada de decisões estratégicas e políticas para solucionar problemas de segurança pública. Visto dessa forma, a Análise Criminal Estratégica deve utilizar um conjunto de ferramentas e teorias que possibilitem a construção de cenários prospectivos do desenvolvimento do território, sob múltiplas perspectivas, para se prover as medidas sociais para conter o aumento e prover a redução da criminalidade.

Os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), como visto, reúnem “crimes de maior relevância social, beneficiando uma análise sociológica e científica, e que vão além do *homicídio doloso* apenas” (HERMES, 2017).

Lima (2017) aponta que são mais 50.000 mil homicídios por ano no Brasil e chama a atenção para a falta de atenção que governantes e sociedade civil dão para o problema; ressalta o papel do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade composta por pesquisadores, profissionais dos sistemas de segurança pública e justiça criminal, outros órgãos governamentais e instituições representantes da sociedade civil; pontua que boa parte dessa violência extrema é provocada por agentes do Estado, que em compensação apresenta altíssima letalidade de policiais, embora a maioria fora de serviço; ressalta que a grande maioria das vítimas são jovens negros de periferias das grandes cidades, os mesmos carentes de atenção do Estado quanto a políticas públicas básicas; conclui, todavia, com contido otimismo, em face de números positivos apresentados por alguns Estados que priorizaram o enfrentamento da violência com planos específicos de prevenção e redução de CVLI, com articulação e integração de atores como os integrantes do CISP/Sisal.

Todos os sete entrevistados do CISP/Sisal destacaram a importância desta ação. A integrante do Ministério Público pontua:

Normalmente a gente é o primeiro ponto da pauta de todas as reuniões mensais. A polícia militar, ela apresenta os dados CVLI não só da Comarca, mas da própria região, do batalhão, e de uma forma interessante até de uma forma comparativa, eles colocam os gráficos comparando Serrinha com outras cidades com estrutura parecida. Com número de habitantes parecidos, para que a gente tenha a sensação, qual é a sensação que a gente tá. Se estamos num grau de violência maior ou menor do que outras cidades do mesmo porte” E o interessante, por exemplo, nessas circunstâncias, a polícia militar traz uma problemática sobre determinado bairro que tá com a violência maior de CVLI como nós tivemos aqui no bairro de Fátima. Então, ela traz quais são as ações que foram tomadas, o que foi feito, o que se descobriu, é um *feedback*, a gente saber qual o passo da polícia, o que ela fez, e depois ver o resultado daquilo, perceber que o que ela tomou como medida, melhorou a situação daquele bairro [...] No primeiro ano do CISP agente teve um número alto de CVLI. E, depois das reuniões, fazer até uma menção aqui, que nós temos as reuniões nos bairros, mensalmente a gente vai até o bairro da cidade presenciar. [...] O primeiro bairro foi escolhido com base no número CVLI, que foi o bairro de Fátima. A gente ouviu a comunidade, e percebemos que aquele CVLI e outras violências, elas não decorrem somente de uma questão de policiamento, ela decorre de questões sociais. Então, essa comunicação com o bairro, ela também é um *feedback*. É uma forma de dizer o que a gente tem e que a gente pode fazer. Então, assim, no caso de Vila de Fátima, salvo engano, acho que teve um mês que teve 7 homicídios somente naquele bairro. E foi trazido pro CISP, e a polícia militar falou de sua atuação, e depois daquela reunião e daquelas ações promovidas pela polícia militar e externada por ela, publicada por ela na reunião, aquele bairro teve redução razoável de CVLI. Então, é importante que a gente saiba o que a polícia está fazendo, pra gente dar opinião, pra gente defender a atuação da polícia até em outros lugares. E pedir que isso se replique, em outras situações que a gente percebe que há CVLI ou outros índices de violência. (Entrevistado 1 – MP)

O coordenador da SMTT conta que a PM faz a referida exposição, inclusive trazendo dados de outros batalhões, bem assim a participação dos demais parceiros na análise mensal:

[...] a apresentação desses dados. Quem faz isso é a polícia militar, que traz alguns números depois de alguns eventos, como também ordinariamente ele traz esses dados, geralmente mensais. Em cada reunião. Não só do 16º batalhão, aliás traz não só do 16º batalhão, e traz alguns comparativos com alguns outros batalhões da Bahia, para que a gente possa estar observando como vem se dando. [...] Logo em seguida a gente faz uma análise desses dados, tem algumas cidades vizinhas que participam da reunião como Biritinga, Barrocas, e é comentado sim sobre esses dados. (Entrevistado 3 – SMTT).

A representante da CEAPA pontua a análise integrada de algumas instituições parceiras, mas detecta a ausência da Polícia Civil:

[...] Inclusive, com apresentação de estatística e metas também para diminuição, Polícia Militar e Ministério Público tem dialogado sobre isso. [...] O que eu não vejo tanto, não posso nem dizer das últimas reuniões o que eu vejo é uma menor contribuição é com relação a Polícia Civil. Mas quanto aos outros sim, tem comparecido periodicamente isso apresentado periodicamente todas as estatísticas por bairro, informa sim. Deus até para a gente ter um panorama sobre CVLI aqui na

cidade no município de Serrinha. (Entrevistado 4 – CEAPA)

O representante da PM responsável pelas exposições reitera a importância do trabalho:

[...] a minha função enquanto coordenador é trabalhar esses dados e traduzir isso em policiamento ostensivo. Nós tínhamos essa fala basicamente quase sempre para nosso público interno, o CISP nos deu essa oportunidade de levar esses dados para as comunidades mais próximas. Para o cidadão serrinhense, para o presidente de associação, para o líder comunitário, então dentro desse roteiro de trabalho das nossas reuniões mensais uma das pautas é a apresentação desses dados [...] a Polícia Militar adotou esse mecanismo de apresentação e o CISP é o porta-voz dessa atividade. [...] No momento que estamos apresentando esses dados as pessoas que estão participando da reunião, nos trazem outras informações, tomam conhecimento da questão da produtividade, a questão de como as ocorrências elas veem acontecendo no município, elas trazem contribuições de horários de locais. Então esse compartilhamento tem sido para nós bastante significativo. (Entrevistado 5 – PM)

O coordenador do DPT também elogiou a ação, destacando a intervenção no bairro Vila de Fátima, assolado com uma grande quantidade de homicídios em curto espaço temporal:

[...] (sobre o) CVLI a cada reunião, a polícia militar expõe a estatística mensal, acumulada, semestral, da quantidade de CVLI, então ali sempre é discutido. A gente percebe ali as melhoras, as piores, de repente você que tem um bairro ali que aumentou, eu cito muito o caso de Vila de Fátima que, salvo engano em 2014, que teve um índice alto e chamou atenção, eu creio que se não tivesse uma reunião como essa para se discutir, aquele evento pontual que aconteceu em Vila de Fátima, talvez a gente não tivesse resolvido de forma tão rápida. [...] foi discutido com a polícia militar, [...] criou ações que atacasse aquele problema em Vila de Fátima, junto também com a Polícia Civil, Ministério Público, com a Polícia Militar, foi feita reunião lá naquela época e de lá pra cá mudou bastante o CVLI daquela região. (Entrevistado 6 – DPT)

Já o representante da Secretaria de Administração destacou a oportunidade dos integrantes do CISP participarem e intervirem na exposição da Polícia Militar:

[...] toda a reunião do CISP a Polícia Militar, articulado e coordenado pelo Capitão Lessa, fazia a explanação desses dados de modo que apontava quando havia crescimento, quando havia redução, os fatores que eventualmente o levaram aquilo, então era apresentado para os membros, os membros do CISP tomavam conhecimento, e ali também se discutia qual a ação que poderia fazer em tal município em tal bairro ou em tal localidade onde os indicadores de violência estavam crescendo ou porque reduziu e em função de que. Então era feito esse processo de apresentação pela Polícia Militar, e de modo que era aberto vamos dizer assim para opinião, para intervenção vamos dizer assim, para todos aqueles membros que compunha o CISP. (Entrevistado 7 – Secretaria de Administração)

Na reunião de 4 de agosto de 2014, além da exposição das estatísticas de julho, foi também exposto pela Polícia Militar o Programa do Governo Estadual “Pacto pela Vida”, o qual, como já referido, tem como meta prioritária a redução de CVLI.

Com a criação da Câmara Temática de Análise de Estatísticas, em março de 2015, integradas pela PM, MP, Polícia Civil, Guarda Municipal e UNEB, buscou-se aprofundar no estudo da dinâmica dos crimes em Serrinha, especialmente CVLI. Houve reuniões extraordinárias desta Câmara no Ministério Público, inclusive com a participação de professores da sociologia e economia da UNEB. A ideia foi repassar os dados da Polícia Militar e Polícia Civil para que a universidade desenvolvesse projetos de pesquisa e extensão nesta temática.

Em 4 de maio de 2015, na Câmara de Vereadores de Serrinha, a ata registra:

III. ESTATÍSTICAS/CÂMARA TEMÁTICA:

Prof. Rogério informou que desenvolveu um projeto para dar suporte na elaboração de mapas e informações, pedindo liberação de informações pelo Comitê. Concorrendo a bolsas de estudos, porém citou a dificuldade pela contenção de despesas do governo. Caso não consiga disse que poderá ser feito gratuitamente. Fábio de Biritinga, aluno da UNEB, disse que seu TCC é sobre georreferência da violência e se dispôs a ajudar. Prof. Jandiroba se apresentou e colocou-se a disposição para ajudar. Dra. Núbia explicou acerca da função do CISP. Átila informou que na última reunião foi informado que 2 alunos se colocaram a disposição para ajudar com seus estudos.

Na reunião seguinte, em 1º de junho de 2015, na Câmara dos Dirigentes Lojistas de Serrinha (CDL), a UNEB não mandou representantes:

III. ESTATÍSTICAS/CÂMARA TEMÁTICA:

Foram discutidos os CVLI's do mês de maio. Diante da ausência dos parceiros da UNEB, não há notícias sobre a pesquisa.

Os encontros do segundo semestre de 2015 destacam a redução de CVLI na área do batalhão, embora com alguns aumentos pontuais (Anexo 4).

Em setembro de 2015 já se começou a discutir a elaboração de um plano de redução de violência no município de Serrinha, onde, conquanto os índices de CVLI apresentavam queda, os números absolutos e a taxa ainda era a maior da região, sendo ele tratado na reunião seguinte, agendada propositadamente para a UNEB, a fim de verificar o andamento dos estudos sobre violência:

I. ESTATÍSTICA CRIMINAL/CÂMARA TEMÁTICA DE REDUÇÃO DE CVLI/PLANO DE REDUÇÃO DE VIOLÊNCIA:

O Capitão Lessa apresentou estatística criminal referente ao mês de setembro de 2015, enfatizando que Araci/BA continua sendo apresentando os piores índices do

Batalhão e que continuam sendo adotados procedimentos ostensivos em combate à criminalidade. Registrou o comparativo de CVLI – Serrinha, em 2014: 24 e em 2015: 18, sendo que em 2014, ocorreram 02 homicídios no mês de setembro, enquanto que em setembro de 2015, não ocorreu nenhum homicídio.

Conforme compromisso firmado em reunião anterior, o Capitão Lessa apresentou rascunho de plano de enfrentamento à violência para o município de Serrinha e sugeriu, através de parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social, propor oficinas de prevenção da violência, para crianças e adolescentes, enfatizando a importância de fortalecer os jovens como sociedade civil, já que são os próprios jovens que estão sendo cada vez mais vítimas e/ou autores de violência, entregando material em meio eletrônico.

Dr. Gilber frisou que não pode fechar os olhos para a realidade, ou seja, grande número de homicídios praticados por menores de idade, inclusive que reincidem na criminalidade.

Dr. Gilber registrou que é imprescindível a participação da Coordenação de Trânsito, da Guarda Municipal e da Secretária de Administração, com a Polícia Militar, Polícia Civil, Departamento de Polícia Técnica, CONSEGS e Ministério Público, na Câmara Temática, inclusive perguntou a Professora Elivânia, sobre os professores Jandiroba e Rogério e ela informou que não teve como contactá-los para a reunião, mas se comprometeu a agendar reunião com eles, bem assim com o ex-aluno Fábio, no Escritório Regional, antes da próxima reunião do CISP. Dr. Gilber informou que, após a indicação da data pela UNEB, convidará também os especializandos em Segurança Pública que participam do CISP. (5 de outubro de 2015, Auditório da UNEB – Campus XI)

Nas reuniões seguintes as estatísticas continuaram sendo discutidas, sendo reiterada a necessidade de elaboração de um plano específico de redução de violência letal (Anexo 4):

III. CÂMARA TEMÁTICA CVLI. PLANO DE REDUÇÃO DE VIOLÊNCIA:

Dr. Gilber explicou a importância de se traçar planos específicos, baseados em diagnósticos das instituições integrantes do CISP, ressaltando que o ideal é haver previsão de ações de curto, médio e longo prazos, relativamente às diversas instituições do Comitê; as instituições devem fazer o levantamento sobre os crimes, sua incidência, e traçam planos de ação visando sua redução/eliminação. Cap. Lessa informou que a PM possui um plano de metas, e Dr. Gilber ressaltou a necessidade de haver um plano “geral”, não só da PM, contando com a colaboração dos demais parceiros. Ficou decidido que na próxima reunião serão apresentados os primeiros recortes do Plano de Redução de Violência Intencional (CVLI, tentativa de homicídio e CVP), com os objetivos e metas a serem atingidas por cada órgão. A PM apresentará na próxima reunião a primeira versão e os demais parceiros farão as colaborações devidas” (9 de novembro de 2015, Salão Paroquial Bom Pastor)

I. ESTATÍSTICAS CRIMINAIS:

O Capitão Lessa apresentou estatística criminal quanto a CVLI, referente ao ano de 2015, registrando que Serrinha alcançou a meta, com redução de 10,34% [...]

II. CÂMARA TEMÁTICA CVLI. PLANO DE REDUÇÃO DE VIOLÊNCIA:

O Cap. Lessa informou que o plano de redução de violência, no que se refere a PM, continua em fase de elaboração e Dra. Núbia registrou que houve um encontro do Ministério Público com a Polícia Militar e foram sugeridos alguns pontos, no sentido de que todos os órgãos colaborem” (3 de fevereiro de 2016, Centro Social Urbano – CSU, Setor da Guarda Civil Municipal)

II. CÂMARA TEMÁTICA CVLI. PLANO DE REDUÇÃO DE VIOLÊNCIA:

O Cap. Lessa informou que está sendo feito um refinamento no plano de redução de violência; que a Polícia não tem como zerar a criminalidade e é necessária a presença de outros órgãos e a junção de ideias na elaboração do plano, sendo

sugerido por Dr. Gilber uma reunião no Escritório Regional (Ministério Público, Polícia Militar, Defensoria Pública, Polícia Civil, Trânsito e Guarda Municipal), para articulação do plano. (7 de março de 2016, Auditório do NRE04, antiga DIREC)

Na reunião de 6 de junho de 2016, a UNEB informou que faria um mapeamento dos locais de crimes em Serrinha, para fins de elaboração de um plano geográfico. Foi articulado que o CONSEG buscaria recursos para financiar o pagamento de bolsas aos estudantes da universidade envolvidos no projeto. Para tanto, a UNEB encaminharia à PM a minuta de um convênio para ser firmado pelas três instituições: UNEB, CONSEG e PM.

Neste ano de 2017 continuaram sendo analisadas as estatísticas criminais, destacando a grande queda dos homicídios em 2016 em relação a 2013, primeiro ano analisado nas reuniões do CISP:

Cap. Lessa iniciou apresentando as estatísticas referentes aos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI. Conduzidos a Delegacia 1.101, sendo a terceira região que mais conduziu; 549 adolescentes apreendidos; armas apreendidas: 101; abordou mais de 286 mil pessoas, sendo a região que mais abordou; com relação ao CVLI janeiro a dezembro de 2016, em nossa ISP houve aumento, porém no 16º Batalhão houve redução em 2%; a ISP que obteve melhor desempenho na região foi Alagoinhas, com crescimento de 0,5%; dentro do 16º batalhão, em Serrinha houve redução em 34%, na 3ª CIA redução de 20%, 4ª e 5ª CIA houve aumento. Em Serrinha houve redução de 26 para 17 homicídios em 2016. Apresentou ainda um gráfico que aponta que houve queda no número de homicídios entre 2013 (35) e 2016 (17). O Estado da Bahia houve aumento de 7,5% no número de homicídios.” (6 de fevereiro de 2017, Auditório da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL/Serrinha, grifo nosso)

“I. ESTATÍSTICAS CRIMINAIS:

A reunião foi iniciada pelo Cap. Lessa, com apresentação de estatística dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, referente ao primeiro bimestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano passado: tratando-se de Estado, houve um aumento de 3,2% (2016, 1.060 e 2017, 1.094); Risp Leste, equiparado (tanto 2016 e 2017, 206); Aisp 54, aumento de 24,81 % (2016, 19 e 2017, 24 – 05 homicídios a mais que o ano de 2016); 16º BPM (2016, 16 e 2017, 17 – 01 homicídio a mais que o ano de 2016 – especificamente: Serrinha, em 2016 – 03 homicídios e 2017 – 04 homicídios; Biritinga, em 2016 – 02 homicídios e 2017 – 00 homicídio e Barrocas, em 2016 – 01 homicídio e 2017 – 00 homicídio (6 de março de 2017, Câmara de Vereadores de Serrinha).

E foi apresentado um plano de metas da Polícia Militar:

Cap. Lessa apresentou o plano de meta da Polícia Militar: 1) aumentar, em 20 % apreensão de arma de fogo e por violência doméstica. 2) aumentar, sistematicamente, a ostensividade e resolutividade policial. 3) valorizar os profissionais de segurança pública, com ênfase em proatividade e resolutividade. 4) manter ótima disponibilidade de recursos operacionais para os policiais militares. 5) aumentar a interação comunitária e confiabilidade da Polícia Militar. (6 de março de 2017, Câmara de Vereadores de Serrinha).

Apesar do aparente viés reativo do item 1, os estudos citados no item 5.2 defendem que os planos de atuação policial devem combinar repressão qualificada com estratégias de prevenção. A retirada de circulação de arma de fogo por parte da Polícia Militar, além de configurar uma atuação repressora, tem efeitos preventivos em relação a violência decorrente de sua utilização, como a prática de homicídios e roubos.

Os policiais militares apontaram possíveis razões para a grande diminuição do CVLI entre 2013 e 2016, combinando repressão com prevenção:

I. ESTATÍSTICAS CRIMINAIS:

[...] diante do grande número de homicídios, no ano de 2013, ou seja, 35 homicídios, houve uma intensificação de policiamento e a partir daí, uma diminuição dos crimes violentos; Ten. Vailson apresentou o que a Polícia Militar fez para diminuir a criminalidade na cidade de Serrinha: 1- intensificação das abordagens (04 viaturas em média); 2- fiscalização de trânsito; 3- projetos sociais (Ex. PROERD); 4- policiamento em eventos; 5- ações de prevenção (prevenção ao uso de drogas, melhoria de iluminação pública, apoio da guarda municipal, incentivo aos CONSEGS, controle da poluição sonora “paredão”. Quanto a questão da falta de iluminação pública, Dra. Núbia informou que a reclamação ocorreu em todas as reuniões de bairros, em comunidades da zona urbana e rural, onde estiveram presentes representantes do Ministério Público, Polícia Militar e sociedade civil. O vereador Jorge Gonçalves disse que a Câmara de Vereadores tem feito, constantemente, cobrança à administração municipal, no que diz respeito a falta iluminação pública e que segundo informações, já houve contrato” (3 de abril de 2017, Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL/ Serrinha)

O plano de prevenção e redução de violência, envolvendo os diversos componentes do CISP, todavia, não foi mais discutido nas reuniões, tampouco a UNEB cumpriu o pactuado de enviar uma minuta de convênio à PM ou ao CONSEG, para que este último pudesse captar recursos financeiros para custear bolsas de estudos a discentes e/ou docentes que realizassem pesquisas, diagnóstico da violência local e subsídios para planos, projetos e ações correlatas. Isso demonstra a dificuldade da ação coletiva quando o protagonismo é exigido de outras instituições, que muitas vezes, não estão engajadas nos objetivos do arranjo interinstitucional.

As atas mostram que a UNEB participou pouco das reuniões do CISP nesse período, tampouco retornou os pleitos do Comitê sobre os projetos de pesquisa e extensão universitárias. As demais instituições tampouco apresentaram suas contribuições escritas para elaboração de um plano de ações para redução de violência, o que talvez se explique pela falta de diagnóstico prévio ou de dados consistentes.

As análises mensais dos homicídios (quase a totalidade dos CVLI) continuam sendo feitas nas reuniões do CISP, podendo ser verificada grande redução desse agravo durante o funcionamento do Comitê: 35 em 2013 e 17 em 2016. A população de Serrinha é de 82.621

habitantes em 2016, segundo o IBGE. Desprezando o acréscimo populacional do período (que elevaria a taxa de 2013), o município apresentou taxas de 42,4 e 20,6 mortes por 100.000 habitantes. Para fins de comparação, o Brasil e a Bahia apresentaram, respectivamente, as seguintes taxas de homicídios em 2015 (último dado disponível): 25,7 e 37,5 (LIMA, 2017). Assim, Serrinha apresentava em 2013 um cenário de CVLI pior que a média baiana que, por sua vez, retrata um dos Estados mais violentos do país, para uma realidade melhor que a média nacional em 2016.

A análise das atas não aponta claramente que fatores podem ter contribuído para tal redução. Pesquisas poderão fornecer pistas sobre esse fenômeno na cidade.

As entrevistas evidenciam, por outro lado, que a discussão frequente do assunto, através das exposições mensais e outros contatos interinstitucionais (presenciais, e-mail, *whatsapp* etc), podem ter ajudado a Polícia Militar nas suas estratégias de policiamento e, conseqüentemente, eficácia na prevenção de violência. Contudo, essas evidências não são conclusivas.

No exercício do controle externo da atividade policial e das atribuições atinentes a crimes contra a vida, o Ministério Público solicitou o envio de todos os inquéritos de homicídios com investigações paralisadas na Delegacia de Polícia. Dessa análise, observou-se que a maioria dos aproximadamente 100 procedimentos devolvidos à Delegacia para cumprimento de diligências retornaram para a Promotoria de Justiça com produção de provas em menos de 10 casos. Na análise dos inquéritos chamou a atenção a reiteração delitiva por parte alguns poucos indivíduos, em relação aos quais a Polícia Civil não solicitou medidas investigativas mais efetivas, como busca e apreensão, prisões temporárias e preventivas, interceptações telefônicas, faltando, em alguns casos, até oitivas de testemunhas e interrogatórios dos suspeitos. Diante desse quadro, após o segundo retorno dos inquéritos, o Ministério Público obteve no Poder Judiciário o deferimento de buscas e apreensões, prisões temporárias e outras medidas contra 16 indivíduos, inclusive sendo preso um apontado pelos próprios policiais como o maior traficante local, suspeito de envolvimento, pelo menos, em oito homicídios.

Não puderam ser colhidas informações mais precisas sobre a proporção de CVLI's elucidados, haja vista que a Polícia Civil frequentou pouquíssimas reuniões do CISP, valendo ressaltar que um dos critérios de seleção dos entrevistados foi a frequência aos encontros. Essa é uma lacuna desta pesquisa que deverá ser preenchida com estudos específicos sobre tal ponto.

Esta iniciativa do CISP se afina com as concepções de governança, atuação em rede, com vistas a uma segurança pública integrada (KLAUS, 2007; SOARES, 2000; 2007; SAPORI; ANDRADE, 2009; BISCAIA, 2015).

As análises dos crimes, como visto, não são pautadas por um único viés criminológico, mas tenta conciliar estratégias de parcerias preventivas e segregação punitiva (SILVA JUNIOR, 2010; GARLAND, 2008), valendo destacar a maior ênfase na primeira, em razão de não aprofundamento dos dados dos crimes pela ausência da Polícia Civil nos encontros. Os assuntos discutidos no CISP de uma forma geral e, particularmente, as análises de CVLI, deixam claro que a mera aplicação da lei não dará conta dos graves problemas de criminalidade, o que levou os parceiros a desenvolver outras estratégias para enfrentar o problema (YOUNG, 2002), inclusive o “policimento orientado para solução de problemas – POSP¹²” (ROLIM, 2006). As discussões deixam claro que não será a política de tolerância zero que resolverá os altos índices de criminalidade violenta (WACQUANT, 2012).

A atenção dada pelo comitê ao CVLI constitui também utilização do direito penal como concretizador dos direitos fundamentais à vida, integridade física, dentre outros, na medida em se buscam ações de prevenção e, conseqüentemente, preservação de tais valores constitucionais (FELDENS, 2008).

O Ministério Público induz a concretização de políticas públicas ao instigar e participar dos debates, bem como articular as instituições encarregadas da prevenção e combate das mortes violentas, fazendo com que o assunto entre na agenda de tais instituições, ajude na definição, escolha e tomada de decisão – alguns itens do ciclo da política pública (SOUZA, 2006). Não se pode olvidar também a necessidade de avaliar as políticas públicas de segurança pública (LOCHE, 2014), o que foi tentado com o chamamento da academia para participar da elaboração de diagnósticos e planos de prevenção e redução de violência. Berclaz (2016) também destaca o papel do Ministério Público na segurança pública, questionando justamente a postura clássica, de análise de inquéritos policiais e processos criminais, em detrimento com o envolvimento em iniciativas de aproximação da sociedade civil e poderes públicos encarregados de provimento não apenas de segurança pública *stricto sensu*, mas também saúde, educação e outros direitos sociais básicos.

¹² O policiamento orientado para solução de problemas (POSP) consiste, em apertada síntese, na identificação de problemas recorrentes de segurança pública, análise dos eventos e condições de sua ocorrência, pesquisa sobre resposta a situações similares em outros locais, elaboração de um plano de ação com objetos específicos e avaliação da implementação e execução do plano.

Deve também ser destacado o papel da sociedade civil nas reuniões do CISP também quanto à análise de CVLI, inclusive propondo modificações de policiamento de modo a prevenir crimes, algumas acatadas pela PM, na linha dos conceitos de “segurança cidadã” (SOARES, 2000; 2007) e “democracia deliberativa” (BERCLAZ, 2013). Pode-se até reconhecer um embrião do tão esperado “protagonismo especial” da sociedade civil e movimentos sociais (DUSSEL, 2012).

Por fim, merece destaque a análise do Programa Fica Vivo em Minas Gerais (SILVEIRA, 2007), que propõe uma interlocução dos campos da saúde e da sociologia para o problema dos homicídios. O estudo aponta que a “crescente interesse da área de saúde pública pelo tema da violência decorre de vários fatores, mas certamente o mais importante é a ocorrência epidêmica de homicídios no Brasil a partir da década de 1980”. Os impactos da violência e dos homicídios se espraiariam por várias dimensões da saúde dos indivíduos e das comunidades já que a perda de vidas provocada por estes homicídios tem fortes impactos na esperança de vida reduzindo os anos potenciais de vida da população (REICHENHEIM ; WERNECK, 1994). A morte destes jovens não pune apenas o indivíduo e o grupo que lhe é próximo, mas priva a comunidade de seu potencial econômico e intelectual (Yunes, 1999). Ao final, são apontadas as principais contribuições da saúde pública ao estudo da violência:

1-Ênfase na prevenção da violência, 2- Estratégias preventivas baseadas na evidência científica, 3- Interdisciplinaridade da atuação que integra informações de vários campos para criar respostas eficientes e custos efetivas, 4- Oferta de serviços que reduzem o impacto das lesões provocadas pela violência, 5- Compromisso com o reconhecimento do papel das comunidades no enfrentamento da violência.

As fontes de evidência indicam que a análise rotineira dos CVLI constitui importante mecanismo para se compreender o fenômeno e subsidiar a tomada de decisão dos órgãos encarregados de prevenção e repressão, podendo ter contribuído para a redução dos índices, conforme já salientado.

A cultura de discussão dos problemas gerou um consenso entre os atores que efetivamente frequentaram as reuniões da necessidade de produção de estudos sobre criminalidade e violência. As articulações entre os integrantes no sentido de trazer a UNEB para o debate foram insuficientes para convencer esta instituição a se engajar na elaboração de diagnóstico, pesquisas e planos de redução de violência, mesmo com a disposição do CONSEG de levantar recursos financeiros para custear bolsas de estudos. A academia sempre considerou os campos da segurança pública e justiça criminal como refratários a estudos e o CISP possibilitou uma relativização dessa visão. Independentemente de contrapartida

econômica, a academia poderia aproveitar a ambiência do CISP para desenvolver pesquisas e extensão sobre problemas regionais e locais, uma das finalidades da universidade pública.

As análises de CVLI não puderam avançar na troca de informações para investigações policiais, haja vista a ausência da Polícia Civil nos debates. Tendo em conta o recente reforço de pessoal para tal instituição, seria importante a retomada das articulações com a Polícia Civil, a fim de trazê-la para as discussões e ações do CISP. Especificamente em relação a CVLI, certamente um aumento no índice de elucidação de homicídios contribuirá para diminuição da sensação de impunidade, bem assim redução de ocorrências, haja vista que vários autores de homicídio são contumazes em tal prática. A troca de informações e apoio mútuo, típicos do colegiado, poderão contribuir com as funções da polícia investigativa.

Uma maior participação do Poder Judiciário nas reuniões poderia contribuir para que fossem priorizados os processos de crimes contra a vida, contribuindo para diminuir não apenas a sensação de impunidade, mas neutralizando a ação de indivíduos contumazes em tais práticas. O quadro 4 apresenta uma síntese das análises de CVLI no CISP/Sisal neste período.

Quadro 4 - Aspectos positivos e pontos para melhoria do acompanhamento das análises de CVLI no CISP/Sisal

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Cultura de Análise entre os parceiros • Contribuições intersetoriais • Melhora no planejamento da PM e órgãos municipais • Melhor Articulação da PM e órgãos municipais em ações preventivas e repressivas • Redução de Mortes Violentas na série histórica do período • Discussões do Plano de Redução e Prevenção de Violências 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com UNEB e outros centros universitários • Produção de Estudos Científicos e Diagnósticos • Formulação de Planos de Prevenção e Redução de Violências, com subsídios científicos • Maior articulação com a Polícia Civil • Aumento dos índices de elucidação dos homicídios • Maior articulação com o Poder Judiciário • Levantamento de dados de inquéritos e processos criminais de homicídios

6.4 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A Constituição Federal prevê no art. 226, § 8º que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a

violência no âmbito de suas relações”. Partindo da premissa histórica da vulnerabilidade da mulher em relação ao homem, editou-se a Lei 11.343/2006, denominada Lei Maria da Penha, em homenagem àquela que foi vítima de tentativa de homicídio e outras violências por parte do próprio parceiro, ficando parapléica.

De Oliveira e Tavares (2013) defende que essa lei buscou punir o agressor, prevenir a violência e proporcionar assistência à vítima, bem assim previu a criação ou fomento a órgãos especializados e estimulou o atendimento em rede.

De fato, no ano de 2006, com o advento da Lei Maria da Penha (11.340/2006), uma nova modalidade de proteção foi dada às vidas das mulheres que sofriam a violência doméstica e familiar. O tripé da intervenção da Lei consiste na punição ao agressor, prevenção à violência e assistência à vítima, articulando, desta forma, serviços que possam coadunar a garantia de direitos e a valorização do indivíduo como pessoa humana. Nesta perspectiva, os serviços de atenção às mulheres foram se fortalecendo, a exemplo dos Centros de Referência, das DEAMs e das Casas de Acolhimento – que já despertavam em meados dos anos 1980, com o surgimento do SOS Mulher e das próprias Delegacias das Mulheres. A implementação da Lei Maria da Penha possibilitou alavancar um debate político e social que há muito se encontrava tolhido nas vozes de mulheres que, ou não resistiam à morte, ou morriam cotidianamente em decorrência das agressões sofridas no casamento, em relacionamentos estáveis ou episódicos, impregnados de violência e abusos.

Após a vigência lei é possível supor que as diversas campanhas que deram visibilidade à problemática da violência doméstica contra a mulher, tenham contribuído para o aumento dos índices de ocorrências formalizadas acerca destes tipos de delitos.

Dados enviados pela Polícia Civil ao Ministério Público apontou que 39% dos inquéritos policiais do município de Serrinha em 2014 eram de violência doméstica contra a mulher! Certamente esse número não significa que quase a metade dos crimes cometidos em Serrinha sejam relacionados ao tema, posto que diversas ocorrências policiais não se transformam em inquéritos, principalmente por ausência de suspeito. Assim, quando uma mulher registra ocorrência de violência doméstica ela já sabe quem é o autor do fato, o que possibilita o esclarecimento do crime e, conseqüentemente, formalização da investigação.

Outro dado que chamou a atenção foi o fato de que também em 2014 foram realizadas 20 sessões do tribunal do júri em Serrinha – crimes dolosos contra a vida -, dos quais 7 foram de feminicídio, ou seja, o homicídio praticado contra a mulher no contexto doméstico ou pelo fato de ser mulher (violência de gênero).

O cruzamento destes dois tipos de violência – CVLI e violência contra a mulher – estimulou os participantes a desenvolver estratégias no sentido de priorizar as investigações e

processos criminais de violência doméstica contra a mulher, bem assim criar outras iniciativas, para além da aplicação tradicional do direito penal.

Desde a instalação, foi assunto frequente no CISP/Sisal a violência doméstica contra a mulher. Em novembro de 2014 o Centro de Referência da Mulher – DANDARA iniciou sua participação no comitê, expondo como ações o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica; o papel de acolher essas mulheres e fazer os devidos encaminhamentos; registrou a dificuldade do atendimento das mulheres na Delegacia de Polícia, inclusive com expressões grosseiras por parte de alguns policiais “mulher gosta é de apanhar”. Informou que o Centro é composto por equipe multidisciplinar, que realiza terapia, disponibiliza cursos e encaminha as mulheres para o Centro de Qualificação e Capacitação. Na oportunidade, o representante da PM pediu que os CONSEG's que se aproximassem do Dandara para que haja uma parceria. O Ministério Público solicitou do DANDARA e da Polícia Militar o envio de estatísticas de atendimento e encaminhamento de mulheres vítimas de violência doméstica, bem assim que oficiou a Polícia Civil (ausente na reunião) sobre os procedimentos investigatórios relativos à Maria da Penha.

Na reunião seguinte o DANDARA fez uma exposição mais detalhada dos números; foi anunciado um seminário e reportados os dados enviados pela Polícia Civil:

[...] foram realizados os seguintes atendimentos: 53 em 2010, 100 em 2011, 145 em 2012, 93 em 2013 e 44 em 2014 (até novembro); foi dito pelo Promotor Gilber que em 2015 será realizado em Serrinha um seminário sobre Violência Doméstica, através do GEDEM, do MP/BA.

A Polícia Civil mais uma vez não mandou representante, mas respondeu ao ofício, fornecendo dados sobre os inquéritos policiais instaurados em relação à Lei Maria da Penha, com o seguinte resumo: 2012: 206; 2013: 97; 2014: 126 (até novembro)”

A Polícia Militar informou que não tem registro por tipo de crime, por isso não respondeu ao ofício encaminhado pelo MP, no particular. (1º de dezembro de 2014, Salão do Juri, Fórum de Serrinha)

Em março de 2015 o DANDARA relatou dificuldades financeiras e voltou a se queixar do relacionamento com a Polícia Civil; reclamou da falta de informações da Vara Criminal, tendo a Juíza substituta solicitado que fosse enviado um ofício para a Vara Criminal para fornecimento dos dados na reunião seguinte.

Nos encontros seguintes foram destacados os eventos “Março Mulher”; reiterou-se a falta de parceria com a Polícia Civil; programou-se uma oficina a ser realizada pelo Grupo de Atuação em Defesa da Mulher (GEDEM), do Ministério Público da Bahia; começou-se a discutir a Ronda Maria da Penha em Serrinha; aventou-se a possibilidade de adoção de

medida cautelar para obrigar ao agressor a ser acompanhado pelo CEAPA e foi proposta a criação da Câmara Temática sobre violência contra a mulher.

A capacitação da rede de proteção da mulher e o início da Ronda Maria da Penha foram referidas no encontro seguinte:

IX. MARIA DA PENHA:

1. Foi realizado o Ciclo de Oficinas do Projeto “Compromisso e Atitude com a Lei Maria da Penha”, em Serrinha, no dia 12 de maio de 2015 e contou com a participação da sociedade civil e representantes de diversos setores da administração municipal, órgãos estaduais (Núcleo Regional de Saúde e Educação), bem assim da Polícia Militar. Durante o evento foram entregues ao Comandante do 16º Batalhão, Ten. Coronel Nilton Paixão Silva Santos 60 (sessenta) decisões de medidas protetivas de urgência, para a realização da ronda.
2. Aconteceu no Ministério Público do Estado da Bahia – Escritório regional de Serrinha, no dia 21 de maio de 2015, reunião com a Polícia Militar, a Polícia Civil, Centro de Referência da Mulher/ DANDARA e a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – CEAPA para tratar da operacionalização da ronda Maria da Penha.
3. Foi confirmado pelos presentes que a Ronda Maria da Penha iniciará a partir de amanhã, 02 de junho de 2015. (1º de junho de 2015, CDL)

Chamou a atenção nesse encontro o fato de que, assim que o Ministério Público solicitou à Polícia Militar a implantação da Ronda em Serrinha, o representante da PM prontamente atendeu e chamou as integrantes do CRAM/DANDARA a participar, as quais prontamente aceitaram, ao que se somou a adesão, como cidadãs, de algumas integrantes da CEAPA, visto que, institucionalmente, a CEAPA apenas atende os casos de cumpridores de penas ou medidas alternativas, nunca as vítimas.

A essa altura, meados de 2015, a Ronda Maria da Penha já era executada em Salvador. Weber (2016) discorre sobre essa iniciativa:

DA RONDA MARIA DA PENHA Outro importante mecanismo de apoio e proteção à mulher vítima de violência é a denominada Ronda Maria da Penha, fruto de uma ação integrada entre as Secretarias de Segurança Pública (SSP), de Política para as Mulheres, Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça nos diversos estados da federação, que atendem casos de violência doméstica chamados no 190 e também dá suporte às varas de violência para dar proteção às vítimas quando chamados pelo Juízo. [...] Notícias já circulam na mídia acerca da redução da violência a partir da implantação do projeto em alguns Estados da federação, o que conduz ao reconhecimento da sua utilidade no combate à violência doméstica. Na capital amazonense, por exemplo, a Ronda Maria da Penha reduziu em 36% os registros de violência contra a mulher em bairros da zona norte da capital. [...] Em Salvador, o projeto ainda está em fase de implantação e expansão, mas já apresenta resultados positivos no enfrentamento à violência e no atendimento às vítimas. Nesse sentido: desde a criação da Ronda Maria da Penha, 112 mulheres já foram atendidas e cinco agressores presos. Este é o balanço do serviço da Polícia Militar que nesta sexta-feira, 8, completa dois meses de atuação no subúrbio. No entanto, a iniciativa, que acompanha vítimas de violência que estão sob medida protetiva, enfrenta o desafio de expandir a ação a outros bairros e ao interior do estado.

Na Bahia a Ronda normalmente é realizada com pessoal e equipamentos exclusivamente empregados nos casos de violência doméstica contra a mulher. Como o projeto ainda não havia expandido para o interior, inclusive cidades maiores que Serrinha, os integrantes do CISP/Sisal resolveram testar a iniciativa utilizando o policiamento ordinário, já que boa parte das ocorrências costumeiramente atendidas pelas guarnições da PM se referiam a violência doméstica contra a mulher.

Campos (2017) preconiza a ênfase em políticas de prevenção e assistenciais à mulher, em contraposição à exclusividade do atendimento clássico do sistema de justiça criminal:

A elevada ocorrência da violência doméstica conforme revelado pela PCSVDFMulher evidencia a necessidade de se repensarem as políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar, privilegiando a prevenção e assistência. Nesse sentido, embora não se deva abdicar do sistema de justiça, mas considerando sua ineficiência e impermeabilidade à LMP, parece ser mais produtivo fazer apostas nas duas outras dimensões da lei: a prevenção e a assistência. Portanto, há necessidade de um segundo giro paradigmático na Lei Maria da Penha, privilegiando o evitamento de novas violências, acolhendo com dignidade e humanidade as mulheres, duas palavras que parecem passar longe da maioria dos serviços que integram o sistema de justiça. Há que se pensar também no envolvimento da vizinhança e das redes sociais (as novas comunidades), que podem atuar como agentes de prevenção. Esse novo giro paradigmático da lei parece ser o que a PCSVDFMulher está a mostrar. Resta saber se estamos dispostas a escutar.

O Ministério Público então fez o levantamento na Vara Criminal de todos os processos relativos a medidas protetivas de urgência – MPU – em favor das vítimas, partindo do pressuposto de que tais situações careceriam de atenção especial. Levou-se em consideração que os outros casos em que a mulher nunca pediu ajuda às instituições parceiras, mas que necessitassem de presença policial e/ou de outros órgãos da rede, seriam incluídos na estratégia na medida em que a Ronda passasse a ser conhecida. Em seguida, os primeiros 60 casos detectados no levantamento, com os respectivos mandados de intimação a vítima e agressores entregues à Polícia Militar na citada capacitação do GEDEM, em maio de 2015.

A partir de então passou-se a monitorar a execução da Ronda Maria da Penha e outras iniciativas relacionadas a violência doméstica contra a mulher:

II. RONDA MARIA DA PENHA/CÂMARA TEMÁTICA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

Dr. Gilber fez uma breve explanação sobre a implantação da Ronda Maria da Penha em Serrinha (Ministério Público, Polícia Militar, DANDARA e CEAPA), a partir do levantamento das medidas protetivas de urgências já deferidas, com o objetivo de verificar a persistência da violência doméstica.

Cap. Lessa frisou que os objetivos da Ronda Maria da Penha são: 1- constatar a obediência ou não, das medidas protetivas de urgência, 2- dar ciência às mulheres da existência dos grupos de apoio, como DANDARA e CEAPA e 3- realizar policiamento preventivo; declarou como pontos positivos da ronda Maria da Penha: A- mostrou a população o trabalho preventivo; B- sentimento de gratidão e admiração das vítimas e C- redução de incidência e como pontos negativos: 1- falta de efetivo específico; 2- falta de identificação das localizações e identificação desordenada das casas e 3- horário de realização da ronda, pois muitas vítimas estão trabalhando. Informa que já foram realizadas duas rondas no mês de junho, nos seguintes bairros: Colina das Mangueiras, URBIS, Cidade Nova, Rodagem, Santa e Oseias; foram visitadas 16 residências; 12 vítimas foram contatadas; 04 vítimas/famílias foram assistidas e 01 medida protetiva de urgência foi cumprida. Foi apresentado slide. O Promotor de Justiça Gilber solicitou que fosse enviada ao MP o relatório das visitas, para fins de requerimentos nos processos, bem assim se comprometeu a encaminhar um modelo de ficha de atendimento que poderia ser utilizado na ação. (6 de julho de 2015, Sala das Relações Institucionais – Prefeitura Municipal de Serrinha)

No primeiro mês após a implantação já se percebeu que a Ronda, além de seu viés prioritariamente preventivo, possibilita, com o trabalho em Rede, medidas repressivas, como, por exemplo, prisão do agressor por descumprimento da MPU; comunicação ao Ministério Público para fins de pedido de revogação da medida, quando houve efetiva e voluntária reconciliação do casal, no que a equipe multiprofissional pode auxiliar os policiais na análise dos casos em que o agressor foi encontrado no local, a despeito de eventuais medidas proibitivas de contato e afastamento do lar.

No encontro seguinte alguns ajustes foram feitos na iniciativa, visto que algumas visitas se mostraram desnecessárias em razão de reconciliação do casal, mudança de endereço etc. Deste modo, as novas MPU da Ronda passaram a ser encaminhadas para o DANDARA, que começou a realizar uma triagem, a fim de verificar a real necessidade de visita da Polícia Militar e equipe multiprofissional.

Em setembro de 2015 o monitoramento da Ronda continuou. Começou-se a discutir estratégias preventivas focadas também no agressor, sendo oficiada a Secretaria de Ação Social, para que informasse sobre a estrutura do município para ministrar Cursos para supostos agressores de violência doméstica. Contudo, não houve avanços nesse particular.

De Oliveira e Tavares (2013) destacam a necessidade de se expandir as políticas públicas preventivas, relacionadas a violência doméstica contra a mulher, para se atingir os agressores:

A proposta que fomentamos para reflexão é o entendimento da violência doméstica como um processo relacional, tendo em vista que se trata de uma conjuntura em que perpassam relações de poder e, no entanto, para existir um dominado é necessário haver um dominador. [...] é necessário compreender que não são as mulheres as responsáveis por tal contexto, não podemos pensar modelos e formas de tornar as

mulheres mais empoderadas e independentes se não trabalharmos e fomentarmos a transformação dos principais responsáveis pela reprodução do machismo em nossa sociedade, os responsáveis por milhares de mortes de mulheres, por conta de suas percepções machistas, os homens. [...] Neste contexto, corroboro com a proposta oriunda da própria Lei Maria da Penha quando nas disposições finais, refere no 'Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [...] V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.' [...] levar o homem a refletir sobre as ditas “coisas de mulheres” não é prioridade na agenda dos governos estaduais e municipais. Já se passaram seis anos da implementação da Lei Maria da Penha e, apenas alguns Estados iniciaram uma proposta com centros de educação e reabilitação para agressores. De acordo com o relatório final da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (2013), são poucos os Estados que contemplam o serviço de reeducação para homens autores de violência, e a própria comissão não expõe a necessidade deste serviço, atribuindo o peso das suas recomendações aos Estados brasileiros.

Em setembro de 2015 foi implementada a Câmara Temática de Violência Doméstica, proposta em dezembro de 2014. Esse colegiado especializado passou a contar com reuniões específicas dos seus integrantes – Polícia Militar, Polícia Civil, DANDARA, CEAPA (integrantes voluntárias), Poder Judiciário -, bem assim a conduzir as ações relacionadas ao tema. Nas reuniões mensais do CISP eram feitos os relatos do assunto. A Secretaria de Desenvolvimento Social se comprometeu expressamente em organizar, com os profissionais do CRAS e CREAS cursos voltados para o público masculino envolvido em violência doméstica contra a mulher.

Nos encontros seguintes foi discutida a necessidade de implantação, em Serrinha, de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), sendo que todos aprovaram a provocação do Delegado Geral da Polícia Civil neste sentido, colocando-lhe os profissionais do DANDARA à disposição para um trabalho integrado. Apesar da ausência de representante, foi relatado pelas demais instituições a situação precária da Polícia Civil em Serrinha, que ainda não contava, no início de 2016, com Delegados plantonistas e pequeno número de agentes e escrivães, situação se que esperava ser minorada com a assunção de novos profissionais, aprovados em concurso à época.

O Delegado Geral da Polícia Civil foi oficiado pelo CISP/Sisal sobre a situação; dias depois um representante do Ministério Público de Serrinha foi por ele atendido e tratou do tema, sendo sinalizado positivamente a implantação de um núcleo da DEAM, com estrutura menor, sem plantonistas. Até o presente momento não foi implantado o referido núcleo.

A Ronda Maria da Penha voltou a ser discutida em fevereiro de 2016 e no mês seguinte a Secretaria de Ação Social foi cobrada sobre a implementação do ciclo de palestras voltadas para o público masculino.

Em março de 2016 o promotor titular da 5ª Promotoria de Justiça de Serrinha, com atribuições em homicídios, violência doméstica contra a mulher, controle externo da atividade policial e Juizados Especiais Criminais (JECRIM) - foi removido para Alagoinhas, cabendo à promotora de Justiça Núbia Rolim dos Santos a respectiva substituição, sem prejuízo de suas funções originárias.

Na reunião de 4 de abril de 2016 o DANDARA não se fez presente, restando prejudicado o detalhamento das atividades desenvolvidas durante o mês de março; foi deliberado oficialiar a Secretaria Municipal de Saúde, solicitando informações sobre a efetivação do ciclo de palestras para os acusados de praticar violência doméstica, o que não foi informado. Em maio de 2016 o MP se comprometeu a realizar levantamento dos novos casos para inclusão na Ronda e encaminhar ao DANDARA. Na reunião subsequente foi informado que diminuiriam as expedições de MPU, mas em julho de 2016 foram encaminhados mais 29 casos para o DANDARA.

A temática da violência doméstica apenas voltou a ser discutida em fevereiro de 2017 (CDL), tendo a ex-coordenadora do DANDARA apresentado relatório dos anos de 2012 a 2016. No mês seguinte, a reunião do CISP/Sisal foi em formato de audiência pública. Foi relatada a chegada dos novos delegados de polícia civil, os quais estariam priorizando as investigações relacionadas a violência doméstica, tendo sido enviada uma grande quantidade de inquéritos policiais ao Ministério Público. Foi sugerida a retomada da Ronda Maria da Penha por parte de Polícia Militar e DANDARA.

Importante registrar que, com a mudança do Prefeito em razão das eleições municipais de 2016, alguns serviços locais tiveram descontinuidade, dentre eles o DANDARA, o que possivelmente refletiu na suspensão das visitas da Ronda Maria da Penha que, como visto, não era feita em Serrinha apenas com policiais militares.

A reunião seguinte retomou a discussão sobre implantação de um núcleo da DEAM e o projeto da Ronda foi voltou à agenda:

VI. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

Dra. Núbia falou sobre a reunião extraordinária, ocorrida no dia 16 de março de 2017, para tratar de aspectos relacionados à violência doméstica e informou sobre a dificuldade de implementação de um DEAM, em Serrinha, mas que segundo Dr. Mozart existe a possibilidade de implementação de um núcleo de atendimento à mulher, com equipe formada por uma Delegada e uma Escrivã, em horário administrativo e duas Pfem; frisou a importância de retomar a ronda Maria da Penha. Ten. Manuela disse que a Ronda Maria da Penha é muito importante e transmite, às mulheres vítimas de violência doméstica, uma segurança, mas que para uma melhor efetivação, seria interessante um efetivo e viatura específicos. Ficou acordado o retorno da Ronda Maria da Penha, com expedição das decisões/sentenças

para o DANDARA, com o objetivo de que seja filtrada a necessidade da ronda, com comunicação à Polícia Militar para efetivação. Visto que Ten. Manuela, informou que a melhor dinâmica é entregar as decisões/ sentenças, mensalmente, a demanda será entregue à representante do DANDARA, durante a reunião mensal do CISP". (3 de abril de 2017, CDL)

E em maio de 2017, o projeto foi efetivamente retomado:

VI. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

Foi entregue às representantes do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM/ Dandara, o ofício nº 07/2017, com cópias de decisões/ sentenças de vítimas de violência doméstica, para serem incluídas na ronda Maria da Penha.

Taiane, representante do CRAM, informou que a demanda do Centro está um pouco escassa e o trabalho está sendo reinicializado e o planejamento inicial é de divulgação.

Dra. Núbia informou que a partir da próxima reunião do CISP, será apresentado pelo Ministério Público, o número de inquéritos policiais recebidos pela 5ª Promotoria de Justiça, de violência doméstica.

Oficiar a Polícia Civil, para que informe sobre o andamento da implementação do Núcleo de Atendimento à Mulher, em Serrinha. (15 de maio de 2017, auditório do Distrito Integrado de Segurança Pública - DISEP)

A Polícia Militar realizou relatórios das duas primeiras visitas da Ronda Maria da Penha, constando os objetivos da medida, pontos positivos e negativos observados na execução, bem assim resumindo cada atendimento. Foram 16 residências visitadas, 12 vítimas contactadas, quatro vítimas/famílias assistidas e uma MPU cumprida:

Na execução da segunda Ronda Maria da Penha na cidade de Serrinha, foram visitados alguns bairros periféricos com o fito de manter contato com as mulheres agredidas possuidoras de medidas restritivas de aproximação. A guarnição conseguiu manter contato com algumas vítimas, familiares ou vizinhos destas, a constar:

Bairro de Colinas das Mangueiras

- M. C. C. A. estava trabalhando no momento da ronda, mas conseguimos manter contato com a filha dela. Jéssica Aragão Machado, filha do agressor e da vítima, afirmou que eles se separaram há dois anos; que seu pai está trabalhando em Santa Catarina, mas que continua proferindo ameaças contra sua mãe;

J. O. L. não estava em casa;

E. B. S. estava trabalhando, contudo, conseguimos manter contato com sua mãe, esta nos afirmou que sua filha e esposo estavam bem; que não brigavam mais; que tiveram um filho e que ela “retirou” a queixa;

Bairro da Rodagem

- A. L. C. S. se mudou para São Paulo. Mantivemos contato com sua mãe, que nos informou da separação da vítima e do agressor e que este não voltou a fazer ameaças a sua filha;

Bairro da Santa

- A. M. A. estava trabalhando; dirigimo-nos, inclusive, ao seu trabalho para manter contato com ela, entretanto, houve um desencontro e não conseguimos localizar a vítima. Mantivemos contato com uma vizinha da vítima, esta informou que eles eram companheiros há quatro anos; que ouvia discussões entre os dois; que já escutou o agressor ameaçar estuprar a filha da vítima se ela não saísse da casa dele.

- um vizinho de R. C. M. afirmou que esta se mudou do endereço informado no mandado de intimação;

Bairro de Oseias

- A. C. O. estava trabalhando no momento da ronda, mas mantivemos contato com seu filho, que informou que seus pais estão separados há dois anos; que não houve mais agressões desde então;
- L. O. M. mudou-se do endereço fornecido pela medida protetiva;
- um vizinho de G. S. S. informou que ela visita esporadicamente seus pais, que residem no endereço fornecido pelo mandado de intimação; que ela não mora no local; que possui dois filhos e que não sabe informar acerca das agressões.

Todos os sete entrevistados do CISP/Sisal elogiaram a iniciativa da Ronda Maria da Penha. A Promotora de Justiça destacou a importância da implantação da Ronda Maria da Penha; criticou a burocracia e demora na análise dos pedidos de MPU e não forneceu informações sobre as palestras voltadas para o público masculino, o que se justifica em razão da não implementação da ação.

A implantação da Ronda Maria da Penha, é uma iniciativa do CISP de Serrinha. Ocorreu reunião com a Polícia Militar. [...] o DANDARA que é uma instituição que atende mulheres vítimas de violência doméstica [...] tem assistente social, psicólogo, acho que tem advogado, vinculado à prefeitura (à) Secretaria de Ação Social. [...] os casos a serem atendidos eram encaminhados pelo Ministério Público com base em medidas protetivas solicitadas à justiça [...] eram encaminhadas para a polícia militar. [...] Mudou essa sistemática. Então, as medidas protetivas eram encaminhadas para o DANDARA ,que fazia as primeiras qualificações por telefone, procurava confirmar endereço, e tudo mais. E, confirmada a necessidade da Ronda Maria da Penha, ela era encaminhada para a polícia militar. A gente também teve um apoio com relação ao CEAPA. [...] os profissionais que atuavam, se dispuseram também a acompanhar a Ronda Maria da Penha, a colaborar no momento da realização da Ronda. [...] o volume continuou muito parecido, mas a gente percebe que naquelas pessoas que chegaram a ser atendidas, a sensação de segurança nelas é muito maior. É a certeza de que os órgãos estão olhando. [...] burocracia às vezes retarda muito uma análise de medida protetiva. As vezes até por uma questão de prova, a medida protetiva acaba sendo avaliada 6 meses depois. Então, a sensação da vítima é: não estou sendo assistida. Mas quando alguém vai lá em sua casa e diz, olha estamos aqui para lhe proteger, isso dá uma sensação pra vítima de um olhar de segurança, de um olhar de proteção do Estado em sua atuação.

Foi feita aqui uma iniciativa relacionada a palestra voltada para o público masculino? Relacionada a violência doméstica?

Existe esta iniciativa, inclusive, o colega quando estava atuando em violência doméstica, solicitava isso nos processos, para que os réus fossem encaminhados para essa palestra, mas como eu não atuei na matéria naquela ocasião, eu não me recordo se ela foi efetivada, não me lembro. (Entrevistado 1 – MP)

O representante do CONSEG destacou o funcionamento do DANDARA, com a realização das rondas, até dezembro de 2016. Também desconheceu a iniciativa das palestras para agressores. Já o entrevistado da SMTT lembrou apenas de discussões sobre a Ronda e as palestras voltadas para o público masculino, não fornecendo informações sobre implementação de tais ações.

A integrante da CEAPA, que, como visto, voluntariou-se para participar da Ronda Maria da Penha, elogiou a iniciativa e relatou a ocorrência de algumas palestras voltadas para

o público masculino, inclusive por parte da própria entidade a que pertence, juntamente com órgãos municipais vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social; faltou também sobre o seminário de capacitação da rede de proteção à mulher, promovido pelo GEDEM/MPBA:

[...] as palestras voltadas para o público masculino é beneficiária em diversos órgãos, que começou com o DANDARA, ai vem também tem o apoio da secretaria de ação social, envolve também alguns cumpridores nossos que são encaminhados no núcleo da CEAPA, a gente tem também um suporte a mais, um porte maior para esse cumpridor. Porque a gente aqui tá para acompanhar cumprimento da alternativa penal, ai também tem um caráter educativo, ele tem essa atenção maior além do que a gente dá aqui. A Ronda Maria da Penha colocou diversos órgãos para dialogar. Inclusive, o nosso, foi promovido um seminário muito interessante, que eu pude participar também, para discutir violência doméstica, convidando chamando a comunidade, várias atividades integradas têm sido realizadas. Acredito que muitas foram pulverizadas e até impulsionadas um pouco pelo CISP. O DANDARA está sempre promovendo reuniões, a Polícia Militar tá sempre em contato com o DANDARA agora e a ronda Maria da Penha tá ai. (Entrevistado 4 – CEAPA)

O informante da Polícia Militar destaca a importância da Ronda Maria da Penha, que inclusive proporcionou um outro olhar da instituição sobre o problema da violência doméstica; a necessidade de atuação articulada com outros órgãos, como o DANDARA, CEAPA (integrantes voluntárias) e MP; as dificuldades da PM em realizar a ação com diminuto efetivo e estrutura operacional; ponderou também as discussões sobre palestras/atendimentos voltados para os agressores domésticos:

[...] Nós sempre atendemos uma ocorrência dessa natureza (violência doméstica), o CISP trouxe para agente uma outra visão, foi a junção com o centro de referência da mulher, que quase sempre nos falávamos em caso de necessidade por telefone, nos casos de uma ocorrência. Nas reuniões esse contato passou a ser mais próximo, a gente passou a visitar o CRM, incluímos uma policial militar que foi nossa Tenente Manuela no contato mais próximo. Na verdade, vamos dizer assim, disciplinou mais essa relação conjunta entre a polícia Militar e o Centro de Referência da Mulher aqui de serrinha.

[...]

(a ronda) Ela ocorre, o planejamento inicial, nós fizemos até um curso de formação por uma dificuldade de logística, não ficou no nível de produtividade que nós esperávamos, mas de qualquer sorte funcionou como norte, e hoje a Tenente Manuela nos seus dias de serviço consegue adequar essas Rondas Maria da Penha de maneira mais eficiente, e isso a gente obviamente tem que indicar que nasceu daquela ligação na reunião do CISP.

[...]

Inicialmente o Ministério Público nos colocava e fazia uma seleção, nos apresentava e a gente começou a fazer de maneira gradual. Percebemos que havia a necessidade de um filtro, ai entrou o Centro de Referência da Mulher, que passou a fazer esse filtro e em contato com a polícia militar a gente fazia as visitas mais especifica, em casos que o Centro de Referência da Mulher, após avaliação, entendia que cabia a presença da Polícia Militar naqueles casos.

[...] (sobre palestra voltado para o público masculino) Nós participamos de uma das reuniões a CEAPA, que é um dos órgãos que também tem assento no CISP, juntamente com o Ministério Público, começou a capitanear essas ações, a Polícia Militar ela não participou diretamente dessas reuniões, mas aqui a gente tem

consciência que isso foi trabalhado em uma das reuniões, isso foi abordado e constado em ata. (Entrevistado 5 – PM)

O perito do DPT ressalta que Serrinha é uma das poucas cidades na Bahia que conta com a Ronda Maria da Penha; que as discussões sobre violência doméstica mudaram sua visão de técnico sobre o tema; refere que as palestras para o público masculino foram postas em prática, mas não forneceu detalhes:

A Ronda Maria da Penha é um privilégio de poucas cidades do interior da Bahia, infelizmente. [...] são poucos locais que tem a Ronda Maria da Penha. Então assim, o CISP discutiu bastante essa questão de violência doméstica. Eu lembro que foi muito discutido, desde a primeira reunião que se colocou aquilo que chocou os casos de violência doméstica na região. Eu lembro que fazendo as perícias, eu não tinha noção que aqui em Serrinha chamava atenção esse tipo de crime. Então assim, foi discutido, a Ronda Maria da Penha foi implantada, e também bons resultados foram colhidos de lá pra cá.

[...] eu já ouvi comentar que foi realizada algumas palestras com os homens. (Entrevistado 6 – PM)

Já o Secretário Municipal de Administração elogiou as iniciativas, enfatizando as parcerias dos órgãos; elogiou a abordagem de prevenção e “socioeducativa”, em contraposição à visão meramente punitiva. Falou também de um curso de formação de integrantes da rede de proteção às mulheres; disse que as palestras para os homens foram discutidas, mas não se lembrou se foram efetivamente realizadas:

[...] os dados eram sempre apresentados pelo DANDARA, sobre violência doméstica e eu me recordo de um determinado momento consegui uma parceria do DANDARA articulada e mediada pelo CISP, junto a polícia militar, a uma guarnição que fazia esse trabalho de visitar as casas das vítimas. De implementar muitas vezes medidas punitivas ou medidas socioeducativas aos que cometeram a violência. Não foi uma ação que eu diga assim tão pujante, mas ela se deu e em determinados momentos e cumpriu. Pude perceber em várias reuniões, era feito inclusive a devolutiva. Houve um curso de formação inclusive, para os membros que iriam trabalhar com essa temática de violência doméstica, de violência contra a mulher em Salvador, o intuito era que tivesse uma viatura específica para desenvolver essas ações voltadas para violência doméstica a lei Maria da Penha. Eu não posso falar mais recentemente, mas nesse período que eu acompanhei o CISP, por volta de 20 meses, foi o período que eu estive a frente da Secretaria de Administração, de fevereiro de 2015 até outubro de 2016. Eu pude perceber que houve sim ações voltadas para essa temática.

[...] (sobre palestra para os homens que praticaram violência doméstica) Chegou a ser discutido, eu não sei afirmar se foram realizadas, mas eu me recordo que uma das ações que eram tratadas com a polícia militar era essa, que fizesse uma parceria com o DANDARA para realizar essas palestras com os agressores. Eu não me recordo se foi realizada essa ação, mais foi discutida pelo CISP, me recordo que foi discutida a possibilidade de realizar essa palestra com os agressores.

O DANDARA é ligado a Secretaria de Desenvolvimento Social, um espaço de políticas voltadas para as mulheres, sobretudo no combate da violência contra as mulheres, e ele também é chamado de Centro de Referência da Mulher, o CRAM.

Ele tem psicólogo, assistente social, técnicos coordenadores que apoiam essa ação, mas os principais profissionais são o psicólogo e assistente social. (Entrevistado 7 –

Secretaria Municipal de Administração)

As fontes de evidências (atas, relatórios e entrevistas) apontam que a Ronda Maria da Penha foi discutida e efetivamente implementada, com avanços e recuos, em Serrinha, Mesmo com todos os percalços enfrentados pelas instituições, sobretudo a Polícia Militar, como falta de efetivo específico, viaturas e infraestrutura. Ainda não houve, entretanto, uma institucionalização da iniciativa.

A rigor, essas deficiências eram sabidas e relatadas nas primeiras reuniões e o pedido de apoio por parte da Polícia Militar se baseava justamente nessas carências. Assim, coube ao MP levantar as medidas protetivas de urgência. O DANDARA foi de suma importância, já que seus profissionais agregaram à ação meramente policial um olhar interdisciplinar e com promoção de cidadania.

Importante consignar que aumento de efetivo e equipamentos para a Ronda Maria da Penha escapam da alçada dos integrantes do CISP/Sisal, de modo que o colegiado deve provocar o Comando-Geral da Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública e Comitê Gestor de Violência Doméstica, todos com sede em Salvador, para que forneçam meios aos órgãos locais. Outra possível medida para minimizar o pouco efetivo da PM para cumprimento das visitas pode ser a inclusão da Guarda Municipal (GM) na iniciativa, como está sendo discutido no CISP/Alagoinhas. É que à GM cabe zelar pela integridade dos serviços públicos locais, podendo dar apoio às visitas por parte do integrantes do CRAM. Essa inclusão de um novo ator em um projeto concebido pela PM deve ser discutida com muita cautela, a fim de não causar danos às articulações das instituições, mas, no caso de Alagoinhas, tal medida foi incentivada pelo comandante do Batalhão local justamente em face da sua carência de pessoal. Como em Serrinha há várias ações em curso articuladas entre PM e GM, a ponto de a Polícia Militar tributar a integração dos órgãos como um dos fatores que concorreram para a diminuição de CVLI, é possível supor na viabilidade da inclusão da Guarda Municipal na Ronda.

As profissionais do CEAPA se juntaram, como cidadãs, à iniciativa, sendo um efeito não esperado quando do planejamento da ação, mas ilustrativo de que o engajamento é componente essencial para o êxito da ação coletiva.

Os objetivos descritos no relatório da PM - constatar a obediência às medidas protetivas; dar ciência às mulheres da existência dos grupos de apoio, como o DANDARA e a CEAPA, e realizar policiamento preventivo, parecem ter sido atingidos nas visitas, como se

percebe do monitoramento da ação registrado nas atas pesquisadas, entrevistas acima comentadas e documentos encaminhados ao CISP/Sisal. O relatório destacou, como visto, a integração da PM, CRAM/DANDARA e CEAPA; a troca de informações e experiência entre os representantes de tais organizações; a divulgação para a população do trabalho de cunho preventivo contra violência doméstica. Isso teria, na visão da PM, gerado um sentimento de “gratidão e admiração das vítimas em relação a este novo trabalho da Corporação”, outro efeito positivo não previsto quando o tema entrou na agenda do CISP.

Foi observado no segundo semestre de 2016 uma descontinuidade da ação em função da conjuntura política decorrente das eleições municipais e subsequente mudança de gestão na cidade de Serrinha. É natural que em um coletivo em que o poder público municipal possua diversos órgãos públicos que haja uma necessidade de repactuação dos integrantes do coletivo com os novos representantes do poder local, embora fosse salutar que tal rotina interinstitucional fosse preservada de mudanças político-partidárias. As atas mostram que a Ronda Maria da Penha voltou à agenda do comitê ainda no primeiro semestre de 2017, já tendo sido retomada sua execução, nos mesmos moldes anteriores. A Ronda Maria da Penha deve

A análise das atas e entrevistas apontam que, embora tenha chegado à agenda, a iniciativa de atendimento/palestras voltadas para o público masculino não chegou a ser implementada na extensão que se projetou nas reuniões. Os parceiros relatam as discussões acerca do tema, mas apenas a representante da CEAPA presenciou alguns destes encontros, o que se explica até pelo fato de que os demais órgãos que ficariam encarregados das palestras – CRAS e CREAS – participaram de poucas reuniões.

Deve ser registrado, ainda, que em virtude da desativação temporária do DANDARA, no final de 2016, este pesquisador não conseguiu contatar seus integrantes para entrevista.

Importante mencionar a mudança de percepção do representante do DPT sobre violência doméstica, após sua participação nas reuniões do CISP. O entrevistado relata que fazia as perícias de lesões corporais e outros crimes em mulheres, mas não tinha noção do contexto em que tais agressões ocorriam. Trata-se de um ganho adicional, não previsto quando da concepção e implantação das iniciativas relacionadas ao tema. Uma síntese das ações de enfrentamento da violência doméstica está apresentado no quadro 5.

Quadro 5 - Aspectos Positivos e Pontos Para Melhoria da Ação Ronda Maria da Penha do Cisp Serrinha em 2016

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Melhor articulação entre PM, DANDARA e MP • Troca de informações de outros campos entre as instituições • Mudança de percepção institucional sobre o problema • Melhora da imagem da PM • Revogação de MPU nos casos de conciliação • Decretação de Prisão Preventiva nos casos de descumprimento • Encaminhamento de vítimas e agressores para serviços assistenciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior articulação com o Poder Judiciário, Polícia Civil e Guarda Municipal • Divulgação da Ronda Maria da Penha • Solicitação à SSP/BA de efetivo específico e equipamentos da PM • Articulação com Poder Executivo local, a fim de evitar descontinuidade das ações do DANDARA

Quadro 6 – Ações voltadas para agressores

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Entrada na agenda dos órgãos da necessidade de ações assistenciais ao agressor • Desenvolvimento de ações pontuais da CEAPA e Secretaria Municipal de Ação Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior articulação com a Secretaria Municipal de Ação Social, CRAS e CREAS na atenção a agressores; • Maior discussão das estratégias de ação e monitoramento das pactuações plo CISP

6.5 CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE PENAS ALTERNATIVAS

Como já ressaltado em várias passagens, a atuação do CISP busca conciliar estratégias de repressão qualificada, inclusive com segregação punitiva, com prevenção, geral e especial. Bittencourt (2012) fornece os conceitos das funções da pena, segundo as teorias das prevenções geral e especial, positivas e negativas. A finalidade preventiva da pena divide-se prevenção geral e prevenção especial, que se diferenciam em função dos destinatários da prevenção: o destinatário da prevenção geral é o coletivo social, enquanto o destinatário da prevenção especial é aquele que delinuiu. A prevenção geral negativa ou intimidatória assume a função de dissuadir os possíveis delinquentes da prática de delitos futuros através da ameaça de pena, ou predicando com o exemplo do castigo eficaz; e, de outro lado, a prevenção geral positiva que assume a função de reforçar a fidelidade dos cidadãos à ordem social a que pertencem, ao tomarem conhecimento de aplicação de penas a quem violou a

norma. Já a teoria da prevenção especial procura evitar a prática do delito, mas, ao contrário da prevenção geral, dirige-se exclusivamente ao delinquente em particular, objetivando que este não volte a delinquir: as teorias da prevenção especial positiva são dirigidas à reeducação do delinquente; já as teorias da prevenção especial negativa são voltadas à eliminação ou neutralização do delinquente perigoso.

A “criminologia crítica”, mencionada precedentemente, denuncia a política de encarceramento em massa ocorrida no mundo e também no Brasil nos últimos 20 anos (CAMPOS, 2011). Com o objetivo declarado de evitar encarceramento e até condenações criminais, surge a Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais e criou as alternativas penais da transação penal e suspensão condicional do processo. A primeira, uma negociação entre acusação e defesa com base num termo circunstanciado de ocorrência (alternativa ao burocrático inquérito policial), antes mesmo do oferecimento da denúncia, para crimes cuja pena máxima não supere dois anos; a segunda, proposta formulada pelo Ministério Público, logo após o ajuizamento da ação penal, a fim de evitar um julgamento. Em ambas, obedecidos alguns requisitos legais e cumpridas as condições estipuladas e homologadas judicialmente, arquiva-se o caso, sem registro de antecedentes criminais para fins de reincidência, passado um período de prova.

O CISP/Sisal buscou fomentar medidas alternativas ao cárcere. A Constituição Federal prevê, em seu art. 5º, inciso XLVI, a individualização da pena, elencando um rol exemplificativo (a lei pode instituir outros) de penas:

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:
a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos.

As Centrais de Acompanhamento de Penas Alternativas (CEAPA) – fazem parte da Política Nacional de Alternativas Penais, como se vê dos “Postulados, Princípios e Diretrizes Para a Política de Alternativas Penais” (BRASIL, 2016):

O foco prioritário da política nacional, quando da sua implantação, era apoiar a criação de estruturas para o monitoramento das penas e medidas alternativas nos estados. Para tanto, o Governo Federal firmava convênios cujo objeto era o repasse de recurso para a criação das Centrais de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA's). Estas estruturas eram criadas junto ao Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública ou Poder Executivo, responsável pela execução dos projetos a partir de acordos firmados com o sistema de justiça e respeitadas as iniciativas e peculiaridades de cada estado. O modelo das Centrais de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas foi reconhecido como importante mecanismo metodológico para o acompanhamento das penas e medidas alternativas, bem como a inclusão social do público atendido. A Resolução n. 06 de

25 de novembro de 2009, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), e a Resolução 101, de 15 de dezembro de 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atestam e recomendam este modelo para o fomento da política de penas e medidas alternativas. Foi também conferido pela Organização das Nações Unidas em seu 12º Congresso, este reconhecimento da política de penas alternativas no Brasil como uma das melhores práticas para a redução da superlotação carcerária do mundo. Destaca-se ainda, pela Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), a consideração da política de penas alternativas como eixo fundamental de segurança pública para o Brasil. Porém, os impasses quanto à aplicação de penas alternativas já vinham sendo discutidos em todos os congressos/encontros realizados para debater este tema no Brasil, desde que os primeiros estudos junto aos juizados especiais criminais passaram a problematizar a efetividade deste campo penal para o desencarceramento. Havia um incômodo entre os profissionais e ativistas das penas alternativas porque apesar do crescimento da aplicação desta modalidade de resposta penal, isso não significou diminuição do encarceramento.

O Estado da Bahia implantou a CEAPA, contando hoje com unidades nas seguintes cidades: Salvador, Vitória da Conquista, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cruz das Almas, Feira de Santana, Ilhéus, Ipirá, Irecê, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Valença.

Os CISP's de Irecê (então FEGISP) e Senhor do Bonfim tiveram papel fundamental na implantação de unidades locais da CEAPA, articulando com a Prefeitura Municipal, que celebrou convênio com o Estado da Bahia, cedendo os profissionais da equipe multidisciplinar – psicólogo, assistente social e advogado, além de pessoal de apoio; e com o Poder Judiciário, que se comprometeu a encaminhar para a CEAPA os casos de execução de penas alternativas, suspensão condicional do processo, transações penais e outras medidas diversas da prisão.

A CEAPA de Serrinha já se encontrava em funcionamento quando da implantação do CISP/Sisal, sendo, inclusive, um membro fundador. Em agosto de 2014 os integrantes da CEAPA destacaram o trabalho de conscientização feito com os apenados em meio aberto, destacando sua baixa escolaridade:

IX. CEAPA: integrantes do CEAPA ponderam que já faz vem fazendo trabalho de conscientização com as pessoas que são encaminhadas para cumprir penas alternativas, através de uma equipe multidisciplinar. Ressalta a importância do trabalho de conscientização para com os apenados, que muitas vezes cometem os delitos por falta de instrução. (4 de agosto de 2014, CDL)

Os referidos profissionais realizaram uma apresentação formal das atividades do órgão e dos atendimentos realizados em pouco mais de um ano de funcionamento:

I. CEAPA. Thaís Pascoal fez uma apresentação sobre as atividades do órgão, que atua no campo das penas e medidas alternativas e fornece atendimento técnico

multidisciplinar (Serviço Social, Psicologia e Direito). Trabalha exclusivamente com regime aberto, delito de menor potencial ofensivo (0 – 4 anos), com prestação de serviço à comunidade (PSC) e prestação pecuniária (PP). Desde a fundação a CEAPA em Serrinha, no final de 2013, já realizou 131 atendimentos; efetivo acompanhamento 76; cumprimento total 55 e descumprimento 04. Todos os Núcleos respondem à CEAPA Salvador. (2 de fevereiro de 2015, auditório da UNEB)

Eles participaram também do Ciclo de Palestras do Projeto “Compromisso e Atitude com a Lei Maria da Penha”, promovido pelo GEDEM/MPBA, bem assim das iniciativas Ronda Maria da Penha (como voluntárias) e de palestras e atendimentos voltados para o agressor de violência doméstica contra a mulher (institucionalmente). A representante da CEAPA falou sobre a atuação do órgão e sua participação com o CISP:

[...] acredito que até pela natureza do nosso trabalho em alguns momentos nós somos interessantes, ele já foi discutido, já foi tratado, foi até impulsionado, mas acaba não sendo objeto direto do CISP, por que a gente lida com violência e criminalidade de forma indireta, a gente trabalha com alternativas penais, são medidas restaurativas, são políticas públicas restaurativas. Então o CISP tem o caráter combativo, preventivo com relação a criminalização. Agora o que eu simpatizo mais é com a prevenção de articular enquanto política pública e não só a militarização, não só o videomonitoramento, o projeto para cidadania. Eu disse poxa quero participar disso, porque eu acho que a gente pode ocupar os espaços, e a gente diminuir violência e criminalização também assim. Claro que quando a gente tem uma fiscalização e um videomonitoramento a gente coíbe, a gente coíbe ações, mas a gente consegue ter uma fiscalização e um controle maior, mais tem que ter também o outro lado, eu acho que o núcleo da CEAPA se encaixa no outro lado é mais de prevenção, um trabalho de sensibilização, porque se não entraria em uma contradição da minha própria esfera profissional (a CEAPA/Serrinha foi implantada) em 26 de novembro de 2013.

[...] fiz essa exposição (no CISP/Sisal), com apresentação de alguns números nossos qualitativa e quantitativamente. Acredito que todo mundo, o pessoal que frequenta, os parceiros, eles conhecem e às vezes a gente dialoga sim. Nós temos casos que chegam pra gente como alternativas penais e inclusive a gente até estreitou mais relação com o Centro de Referência da Mulher através do CISP, a gente liga, aciona, a gente tem sim esse diálogo e favoreceu o conhecimento.

Conforme já salientado quando declarou que no início via o CISP com desconfiança, num primeiro momento a representante da CEAPA associa o CISP a funções repressiva e preventiva típicas de uma concepção ortodoxa de segurança pública; entende que o acompanhamento das penas alternativas dialogam com violência e criminalidade apenas de forma indireta. Mas a própria atuação da CEAPA, realizando prevenção especial positiva – reinserção social do cumpridor de pena alternativa – pode contribuir para a diminuição de índices de criminalidade, promovendo cidadania. Trata-se de importante atuação, direta, também no campo da segurança pública. Em seguida, a profissional volta a elogiar iniciativas do comitê não alinhadas com o postulado “lei e ordem”, que promovem cidadania a apenados, vítimas e segmentos vulneráveis da população. A necessidade de discussão, análise e tomada

de posições em relação a violência, criminalidade e segurança pública de forma interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional, priorizando a abordagem de problemas concretos na cidade, dos mais variados matizes, é a própria razão de ser da composição heterogênea do coletivo.

A atuação da CEAPA também foi mencionada pelos demais integrantes ouvidos, sendo destacada sua participação nas reuniões do CISP (Entrevistados 1 – MP, 6 – DPT, 7 – Secretaria de Administração); a busca de prioridade perante o Poder Judiciário quanto aos encaminhamentos das medidas alternativas a este órgão (Entrevistado 1 - MP); articulação com o CONSEG, no sentido de encaminhar recursos de transações penais para os projetos deste órgão da sociedade civil (Entrevistado 2 – CONSEG); sua participação na Ronda Maria da Penha (Entrevistado 5 – PM).

As atas não registram articulações entre os órgãos, sobretudo o Poder Judiciário, no sentido de priorizar o encaminhamento das medidas alternativas à CEAPA. Em algumas reuniões houve até reclamações das integrantes do órgão no sentido da pequena quantidade de casos encaminhados pela Justiça Criminal - em Serrinha pelas Varas Criminal (comum) e do Juizado Especial Criminal (JECRIM). Embora participe do CISP desde sua implantação, o Poder Judiciário local frequentou poucas reuniões do CISP. Essa baixa participação pode ser decorrência da ausência de Juízes Titulares nas duas unidades jurisdicionais citadas; tradicional insulamento do Poder Judiciário em arranjos interinstitucionais, em alguns casos embasados na visão tradicional de que eventuais litígios ali decorrentes poderiam ser submetidos a sua apreciação.

Não foram desenvolvidos no CISP projetos ou ações no sentido de fomentar um maior encaminhamento de casos por parte do Poder Judiciário à CEAPA.

Quando da implantação do projeto de videomonitoramento, uma parte dos recursos foi oriunda de prestações pecuniárias administradas pela CEAPA. Na oportunidade, ficou convencionado que por alguns meses 50% dos recursos seriam destinados para a referida iniciativa, o que pode ter produzido algum constrangimento no interior da CEAPA, que preferia destinar os fundos para as instituições já acompanhadas, que desempenhavam algum serviço à comunidade.

A CEAPA não se beneficiou das ações do CISP como outras instituições, como a Polícia Militar, DANDARA e o próprio Ministério Público. Não houve ação articulada do comitê no fomento a ações específicas de prevenção terciária, típicas da atuação daquele órgão. É recomendável que o CISP/Sisal fomente um maior engajamento das instituições

parceiras e, especialmente, da própria CEAPA nas ações de prevenção e redução de violência e criminalidade, podendo o Ministério Público servir como interlocutor perante o Poder Judiciário.

As medidas alternativas configuram campo fértil para a aplicação dos postulados da Justiça Restaurativa (ZEHR, 2012). Como já referido no capítulo 3, são três os pilares da Justiça Restaurativa: primeiro, o crime é visto como um dano causado a pessoas e comunidades (não mera violação da lei e contra o Estado, ente abstrato); em segundo lugar, enfatiza a responsabilização do ofensor, não apenas como cumpridor de sanções penais formais, senão que devem ser estimulados a compreender o dano que causou, as consequências do seu comportamento, devendo “assumir a responsabilidade por corrigir a situação, na medida do possível, tanto concreta quanto simbolicamente”; por fim, preconiza a necessidade engajamento das partes afetadas pelo crime – vítima, comunidade e ofensor -, os quais precisam receber informações uns sobre os outros, o que pode significar diálogo direto entre as partes, obtenção de consensos, mesmo parciais. As ações da CEAPA no acompanhamento dos cumpridores de medidas alternativas igualmente é campo fértil para promover “responsabilização que cuide dos danos resultantes (não necessariamente patrimoniais) [...], oportunidade de tratamento para dependências químicas e/ou outros problemas, aprimoramento de competências pessoais, estímulo e apoio na reintegração à comunidade” (ZEHR, 2012). O fato de o Comitê possuir representantes da própria comunidade, focar sua atenção em problemas concretos e localizados, pode constituir campo fértil para práticas restaurativas e certamente outras pesquisas apontarão caminhos nessa linha.

O quadro abaixo sintetiza as ações do CISP relacionadas a alternativas penais:

Quadro 7 - CEAPA

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Maior conhecimento dos parceiros do trabalho da CEAPA; • Maior consciência institucional da necessidade ações de reintegração social de apenados; • Maior consciência institucional quanto ao caráter intersetorial e interdisciplinar dos fenômenos das violências e criminalidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior articulação com o CEAPA no apoio a ações e projetos de reintegração social; • Maior articulação com o Poder Judiciário para levantamento de dados e envio de medidas alternativas à CEAPA

6.6 CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEG

Uma das primeiras ações do CISP/Sisal foi a reativação dos CONSEG's na Comarca de Serrinha, composta pelo município homônimo e por Barrocas e Biritinga. Verificou-se que Serrinha já possuía dois conselhos de segurança – CONSEG Norte e CONSEG Sul -, mas ambos se encontravam desativados, com os mandatos dos dirigentes vencidos. Desta forma, o Comitê buscou a reativação de tais espaços. Não havia ainda CONSEG em Barrocas e Biritinga, tendo o CISP/Sisal contribuído para sua constituição, incentivando a participação popular com várias reuniões e audiências públicas nas comunidades, devendo ser destacado o empenho do representante local da Polícia Militar. Nesse sentido, já na primeira reunião de trabalho foi relatado um encontro na Promotoria de Justiça entre MP, PM, PC e representantes dos CONSEG's cujos mandatos estavam vencidos:

REATIVAÇÃO DOS CONSEG'S DE SERRINHA: Foi informado que em 22.05.14 foi realizada reunião na Promotoria de Justiça Regional, com participação do MP, PM, PC e representantes dos dois CONSEG'S, onde se analisou a situação de ambos. Constatou-se algumas pendências documentais, solicitando-se aos representantes o saneamento, com as devidas alterações, bem assim realização de eleição para eleição das duas diretorias, já que os mandatos estão vencidos. Os CONSEG'S Serrinha se comprometeram a trazer para a reunião do CISP editais com data das eleições. O CONSEG Norte informa que realizará as eleições da nova Diretoria no dia 17 às 19 horas, no auditório da FUNASA; O CONSEG Sul informa que realizará eleições no dia 05.06.14, às 19 horas, no INFOCENTRO da Cidade Nova, Serrinha/BA. Foi feita uma breve explanação, pelo Major Lúcio, sobre a implementação dos CONSEG's' sua formação e suas finalidades. O referido Major se comprometeu a encaminhar material de apoio para criação dos CONSEG'S aos e-mails dos participantes, e indicou o Capitão Agassiz para prestar apoio operacional sobre os CONSEG'S.

Foram relatadas experiências do Conselho de Segurança de Valente, que já está em pleno funcionamento, entre outros representantes presentes.

Foi relatada a experiência do “Grupo de Desbravadores”, vinculado a Igreja Adventista do Sétimo dia, Serrinha, que atua com jovens em tarefas educacionais, de esporte e lazer.

Relatadas ainda experiências do CREAS de Serrinha. (2 de junho de 2014, auditório da FUNASA)

E nas reuniões seguintes o assunto continuou a ser tratado, não apenas em Serrinha, mas também em Biritinga e Barrocas, bem assim contou com o envolvimento de diversas associações de bairros e povoados:

I. REATIVAÇÃO DOS CONSEG'S DE SERRINHA - NORTE: Houve a eleição, no dia 07.06.2014, tendo sido eleito: Antônio Carlos Batista, presidente, e José Henrique Daltro Filho, Vice-presidente, e demais membros conforme chapa apresentada e anexada. [...] II. REATIVAÇÃO DOS CONSEG'S DE SERRINHA –

SUL: Houve eleição, tendo sido eleita Ana Angélica Oliveira Moreira, e José Augusto Rodrigues Oliveira. [...] Os CONSEGS de Serrinha se comprometeram a se articular com a comunidade e posteriormente encaminhar cronograma de reuniões para o comitê. III. O CONSEG DE BIRITINGA: foi dito pelo Sgto. PM Rutemberg que já está havendo ciclo de reuniões com a comunidade e está prevista uma audiência pública para o dia 13 de agosto na câmara de vereadores de Biritinga a fim de implementar o CONSEG daquele município. Os membros do Comitê se colocaram à disposição para participar da audiência pública, bem assim fornecer todo o apoio necessário. (7 de julho de 2014, Fórum de Serrinha)

II- CONSEG BARROCAS. Pelo Prefeito de Barrocas, José Almir Araújo Queiroz, foi solicitado apoio ao Ministério Público e Polícia para agendar audiência pública em Barrocas, para se discutir a implementação do CONSEG. Foi sugerido pelo promotor Gilber que fosse feito a mesma logística ocorrida no Município de Biritinga, onde só ocorreu a audiência pública após a consolidação do conselho, bem como que fosse iniciada a mobilização da comunidade para desenvolvimento do mesmo. Jackson (Cícero Dantas) se colocou a disposição de Serrinha, para elaborar o projeto, e do prefeito de Barrocas, para auxílio na implementação dos conselhos, e ressaltou que, quanto ao provedor, é importante trazer o provedor para ser parceiro do conselho, principalmente pela infraestrutura que já possui. [...] V- CONSEGS SERRINHA. Foi sugerido pelo capitão Lúcio, que haja reuniões mensais entre os presidentes dos CONSEGS e os presidentes de Associações de Bairros e Comunidades, conforme interesses que tem sido demonstrados por estes. Os presidentes dos CONSEGS se comprometeram a realizar as reuniões com os mencionados presidentes, independente da presença dos demais representantes do CISP (Polícia Militar, Ministério Público)” (13 de outubro de 2014, Câmara de Vereadores)

II- CONSEG

Tendo em conta a presença de mais de 50 líderes comunitários e presidentes de associações de bairros e rurais, o Promotor de Justiça ressaltou o papel dos CONSEGS junto a tais entidades e a sociedade em geral (3 de novembro de 2014, auditório da Prefeitura Municipal)

A essa altura o CONSEG Sul de Serrinha já havia voltado a funcionar, tendo regularizado suas pendências burocráticas perante Receita Federal, bancos, cartório de registro de pessoas jurídicas (averbação das novas diretorias) e já participava de outras ações do CISP/Sisal, como videomonitoramento e reuniões nas comunidades (objeto de análise específica), ao passo que os integrantes do CONSEG Norte haviam voltado a se reunir informalmente.

A reunião de março de 2017 registra a reeleição do então presidente do CONSEG/Sul. A continuidade do funcionamento das instituições comunitárias de Serrinha é atestada na reunião seguinte. Já a falta de informações sobre a atuação dos CONSEGS de Serrinha além das pautas do CISP/Sisal foi enfatizada na última reunião (idem).

A maioria dos entrevistados destacou o papel do CISP/Sisal na implantação, reativação e fomento às atividades dos CONSEGS de Serrinha, Barrocas e Biritinga. A representante do MP relatou essa iniciativa:

Foi o primeiro ponto da primeira reunião do CISP. E naquela ocasião existiam dois conselhos implantados em Serrinhas, mas que estavam inativos, um deles logo foi reativado, que é o Conselho Sul. São dois CONSEG's (em Serrinha). Estão em funcionamento. Recentemente tiveram uma reunião para adequar o estatuto. E isso foi comunicado no WhatsApp. Algumas ações, eu percebo que não tem muitas iniciativas não. A maior iniciativa é estar com a agente discutindo, falando ações que ia pro CISP. Eu não vejo uma ação deles própria. Iniciativa própria fora do CISP. Agora, nós temos mais duas cidades na Comarca [...] Biritinga e Barrocas. As duas hoje também tem CONSEG [...]. Não tinham. Foi com a colaboração do CISP, mas com uma iniciativa principal do Sargento BERG. Nas duas cidades. Que coincidentemente, ele estava em Biritinga e teve uma iniciativa muito interessante, porque ele entendeu que o CONSEG não tinha que ser o pessoal da sede, e algumas pessoas que fossem escolhidas. Ele provocou a comunidade, para que a comunidade aderisse ao CONSEG. Ele fazia reuniões nos povoados e houve uma adesão. Tanto é que o CONSEG tem uma abrangência razoável. Na sua implantação, na sua posse, nós fomos até lá, teve uma reunião, uma audiência pública na quadra de esportes de Biritinga com a participação do Ministério Público, do (Poder) Judiciário, e então se apresentou o CONSEG de Biritinga. Coincidentemente ele foi pra Barrocas e teve uma iniciativa parecida [...] está em funcionamento (CONSEG/Barrocas). Esse foi o último a ser instalado. O de Biritinga, a pouco tempo deixou de ir (para reuniões do CISP). Tem alguns meses que ele não frequenta [...] não justificou. Não sei se é uma questão pessoal, mas, o de Barrocas está, inclusive, ele participou. Ele é do CDL. Um dos membros é do CDL de Barrocas. Ele participou da reunião de Barrocas. (ações promovidas pelo CONSEG) O de Biritinga, tem. Mas, agora eu não estou me lembrando. Sempre adesão a nós. Sempre adesão ao CISP. [...] especificamente nesse Projeto Paz e Cidadania, já foi mais ou menos de julho a setembro, julho (o CONSEG Sul, de Serrinha) visitou o bairro com a gente, participou de reunião aqui [...] eu não me recordo disso. (Entrevistado 1 – MP)

O presidente do CONSEG Sul de Serrinha destacou o papel do CISP na sua reativação e funcionamento:

O Conselho de Segurança Pública estavam todos dois praticamente parados com gestões vencidas, aí reativamos e estamos contribuindo hoje com melhor segurança para o município de Serrinha. (...atuação do CISP/Sisal) aqui em Serrinha além das reuniões, ele vai as comunidades através dos conselhos CONSEG Sul e CONSEG Norte, quando agendado nas comunidades ele vai para ouvir a comunidades, e daí tem os encaminhamentos para levar para quem é responsável resolver os problemas. [...] Justamente esses dois, eles estavam desativados a algum tempo e foi justamente o CISP que reativou e hoje está todos dois funcionando. CONSEG Sul e CONSEG Norte e ajudou também na implantação de outros conselhos como o de Biritinga que hoje já funciona, e o de Barrocas está em fase de implantação, inclusive nas duas últimas reuniões já veio aqui dizendo que já tinha formado a diretoria. (Entrevistado 2 – CONSEG)

A coordenadora da CEAPA informa que o CISP fomentou a instalação dos CONSEG's e outra entidade da sociedade civil, o Conselho Comunitário Antidrogas, estando ambos funcionando, desenvolvendo “atividades transversais”, sendo parceiros da CEAPA.

A Polícia Militar destaca o papel do CISP na reativação dos CONSEG's de Serrinha e implantação dos conselhos de Biritinga e Barrocas, os quais participam das reuniões do

CISP; informa também que eles tem contribuído no trabalho da Polícia Militar, aproximando-a da sociedade civil:

Na hora desses desdobramentos dessas reuniões é que a gente percebe que algumas reuniões onde os nossos comandantes companhia ou comandante de pelotão ancorados com os conselhos comunitária fazem visitas em escolas, fazem reuniões. Essas reuniões, esses debates então a gente percebeu a participação dos conselhos nesse sentido. Além do apoio aos assuntos sociais da PM, como no caso um exemplo o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), onde no caso os conselhos comunitários têm participação. (Entrevistado 5 – PM)

O papel do CISP no fomento aos CONSEG's e as reuniões nas comunidades foram relatados pelo então Secretário de Administração:

Pelo que eu me recorde eles (CONSEG's) já funcionavam antes do CISP, eu não sei se assim uma efetividade, vamos dizer assim boa, mais já funcionavam, eu acho que o CISP ajudou a dar melhor condução, melhor orientação, eu acho que o trabalho do CISP fortaleceu o trabalho dos CONSEGs. Eu entendia isso toda a reunião do CISP os CONSEGs eram pauta de reunião, as reuniões que precisavam fazer nas comunidades era o CONSEG que apontava, olha tal bairro precisa de uma reunião para discutir o problema da violência, as vezes era a questão da iluminação, as vezes era a questão da escola, então o CONSEG era que indicava essa tarefa para o CISP, com a Polícia Militar, com a Promotoria as vezes o poder público e ali estar presente e discutia com a comunidade a problemática traria o relatório e dava os encaminhamentos. (Entrevistado 7 – Secretaria de Administração)

Verifica-se que as articulações do CISP tiveram papel importante na reativação ou implantação dos quatro CONSEG's da Comarca – Serrinha (dois), Biritinga e Barrocas. Os documentos e entrevistas evidenciam, também, que estas instituições, de modo geral, participam das reuniões do CISP e se envolvem em algumas ações, como videomonitoramento, disque-denúncia, reuniões nas comunidades. Deve ser destacado o engajamento do comandante local da Polícia Militar nos municípios de Biritinga e Barrocas, contribuindo para a implantação dos conselhos em tais localidades.

Todavia, o material analisado indica que a maioria das ações dos CONSEG' é pautada pelos demais integrantes do CISP/Sisal, sobretudo os órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. Não há registro de iniciativa originadas pelos CONSEG's como, por exemplo, projetos de prevenção à violência; normalmente há uma adesão às iniciativas propostas pelos órgãos públicos do Comitê. As iniciativas dos conselhos basicamente se concentram em levar as demandas da comunidade para o Comitê e intermediação de reuniões dos órgãos públicos nas localidades.

Este não parece ser uma característica exclusiva dos municípios pesquisados, como indica (ZAVATARO, 2006):

Como pudemos observar, os Conselhos Comunitários, embora tenham um relativo capital econômico, político e social, ainda apresentam um fraco desempenho no que tange ao processo decisório em todos os seus aspectos. As diferenças surgem quando desmembramos a análise a partir de cada Conselho *per se*. Mesmo assim, verifica-se que os Conselhos diferem em termos de recursos, um tendo mais recursos do que o outro em certo aspecto e menos em outro, mas todos se assemelham pela atuação limitada no planejamento da segurança pública face às instituições policiais, na gestão conjunta dos recursos destinados à segurança pública e na análise dos resultados alcançados por determinada política adotada ou pelo seu conjunto.

Pelos dados expostos, verificamos que ainda estamos longe de ver a sociedade civil trabalhando conjuntamente com o Estado para a resolução de seus problemas mútuos. Se, de um lado, a qualidade dos atores da sociedade civil e os recursos dos quais dispõem são imprescindíveis para a condução e institucionalização dos Conselhos Comunitários de Segurança, de outro lado o Estado tem diante de si o desafio de romper com os padrões atuais de atuação e, para tal fim, a abertura de espaços de participação política é o caminho a ser seguido nos próximos anos. Contudo, para que os Conselhos não sofram o processo de

esvaziamento político, o Estado deverá perceber que a participação comunitária na gestão é condição *sine qua non* para a otimização das políticas de segurança pública, melhorando

assim a percepção e o grau de confiança nas instituições policiais e a sensação de segurança, além de conduzir a atuação dos aparelhos policiais para a resolução dos problemas, focando prioridades conjuntamente estabelecidas e planejadas.

[...]

Embora o período democrático tenha acompanhado *pari passu* o surgimento de Conselhos Comunitários de Segurança, percebe-se que ainda são frágeis os instrumentos de efetiva participação e o pensar segurança pública permanece uma atribuição exclusiva de operadores do sistema de justiça criminal.

Silva (2005) aponta como possíveis razões para essa baixa participação o medo dos criminosos e a dependência da tutela do Estado. O estudo verificou em pelo menos nos quatro conselhos acompanhados, que “a participação efetiva dos cidadãos ainda é tímida, a influência do conselho no processo de planejamento das ações de segurança pelo Estado é quase inexistente e a aproximação entre polícia e comunidade seria insuficiente para se criar vínculos de confiança e cooperação entre os atores”

Não foi detectado na pesquisa registro de medo de criminosos, mas a tutela estatal resta patente na própria ação do CISP/Sisal ao fomentar a reativação ou implantação dos conselhos, bem assim na inclusão na agenda de tais instituições de propostas oriundas dos órgãos de segurança pública e justiça criminal.

Parece ser consenso que a participação cidadã nos assuntos relacionados a segurança pública ainda não é a ideal, mas iniciativas como a do CISP vão na linha de uma governança democrática na área (FREITAS, 2015; KLAUS, 2007; SAPORI, 2007 e 2009), pelo menos abrindo espaços para que a sociedade civil organizada interfira na agenda e na formulação das políticas de segurança pública. No caso de Serrinha, as iniciativas de reuniões mensais nas

comunidades e o sistema de videomonitoramento contam com o papel fundamental dos CONSEG's.

Berclaz (2013) aponta que a sociedade civil e o espaço público são “instrumentos essenciais para a consolidação da democracia deliberativa, como espaço autônomo de contraposição e controle de Estado”, a qual “exerce a função de transmitir os problemas sociais que ecoam na esfera privada para a esfera pública política”. Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG's) como visto, como forma de aproximar a sociedade civil dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, historicamente avessos a tais contatos (SENTO-SÉ, 2014).

O CONSEG contribuiria, assim, para a aproximação da concepção de “segurança cidadã” (SOARES, 2000; 2006; 2007), pois visam a inserção da comunidade na discussão, análise, planejamento e acompanhamento das questões voltadas à segurança pública e defesa social, estreitando os laços de cooperação entre a sociedade, as lideranças locais e as instituições públicas. O quadro 8 sistematiza os pontos positivos e os aspectos para melhora relacionados ao CONSEG.

Quadro 8 – CONSEG

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none">• Reativação de Conselhos em Serrinha;• Implantação de Conselhos em Biritinga e Barrocas;• Efetiva participação em reuniões, ações e projetos do CISP;• Mobilização da comunidade em Biritinga e Barrocas na implantação dos CONSEGS	<ul style="list-style-type: none">• Estimular iniciativas, ações e projetos oriundos dos membros do CONSEG e/ou de outros setores da sociedade civil

6.7 VIDEOMONITORAMENTO DE VIAS PÚBLICAS

O videomonitoramento de vias públicas é hoje largamente utilizado em atividades de policiamento preventivo e investigativo, bem assim por outros órgãos públicos, como trânsito e transporte e grandes eventos.

Jardwski (2013) defende a utilização do recurso tecnológico no controle da criminalidade, ponderando o eventual conflito de interesses individuais – direito à imagem, intimidade etc - e coletivos -, concluindo em favor da segurança pública:

Atualmente no Brasil existem todos os fatores presentes para a explosão da criminalidade, dentre eles destaca-se como fator principal, a desigualdade na distribuição de renda, da qual gera fome, desemprego, falta de oportunidades de trabalho, falta de vagas nas escolas e um desequilíbrio social muito grande. A proliferação das favelas ao redor das grandes metrópoles não é mais privilégio das capitais, infelizmente está ocorrendo uma interiorização, ocasionando um crescimento ao redor das cidades de médio e pequeno porte, dado a falta de políticas habitacionais. A perda do controle implica na elevação do aumento da criminalidade, fato este de amplo debate entre a sociedade e os legisladores. Algumas soluções são apresentadas, entretanto, a eficiência das mesmas é questionável fazendo com que a segurança pública tome providências mais eficazes, mediante o uso de tecnologia, visando proporcionar ao cidadão maior segurança em áreas comuns.

Uma das soluções encontradas é o monitoramento, via câmera de vídeo, de ambientes públicos. Em São Paulo, desde final de 2007, iniciou-se o processo de monitoração com fins policiais, atuando como instrumento de segurança pública. (GUIA DAS CIDADES, 2011).

No debate sobre a ofensa à dignidade do indivíduo, o direito à privacidade e a intimidade em ambientes públicos monitorados via câmera de vídeo, tem-se na jurisprudência o consenso entre os juizes de que “A captação por uma filmadora da imagem de uma pessoa em local público não fere sua dignidade. O que é indigno é ser agredido gratuitamente na rua”. Além disso, ressalta-se o fato de quem se encontra em um ambiente público deve possuir um comportamento compatível com a vida em grupo, do qual não se deve originar vergonha para ninguém. “A restrição da intimidade já ocorre pelo simples fato das pessoas estarem em local público, e não pelas imagens que a câmera possa captar nestes locais”, completou na sentença o Juiz Diniz. (CONJUR, 2011)

Chamou a atenção que a implantação do videomonitoramento na cidade de Serrinha certamente foi o assunto mais tratado no CISP/Sisal e a implantação ainda não foi concluída em toda a extensão do projeto original. Pode-se especular que os agentes ainda têm arraigada em sua mente uma concepção clássica de segurança pública, baseada na linha “lei e ordem”, em que o *big brother* do videomonitoramento lhes proporcionasse maior sensação de segurança. Não se pode olvidar, por outro lado, que a iniciativa ajuda na eficiência policial, como monitoramento em tempo real de situações de desordem e prática de crimes, ajudando na prevenção desses eventos, e servindo como prova de investigações, melhorando a persecução criminal.

Ainda em 2014 foi informada a existência de um projeto de monitoramento na Câmara de Vereadores, que já existiriam alguns pontos de monitoramento de trânsito em Serrinha e que haveria uma comissão no Município que estudava a implantação do projeto;

comprometeu-se a solicitar a Gilberto, responsável pelo projeto, para fazer uma explanação na próxima reunião do CISP. Em reunião na Promotoria de Justiça foi pontuado:

Foram feitas reuniões entre representantes do Ministério Público, Polícia e prefeitura de Serrinha e ficou definido: o Prefeito de Serrinha afirmou que já foi feito projeto de monitoramento da cidade, e que a época o projeto era oneroso, custando cerca de 600 mil reais; que determinará a um assessor a atualização do projeto, mantendo contato com os integrantes do CISP; patrocinar a estrutura inicial (central de monitoramento); convidar outros financiadores, utilizando o comitê como forma de organização social. O Major Lúcio sugere projeto alternativo, a ser implementado inicialmente, menos oneroso e mais eficiente, instalando câmeras em locais estratégicos, como o centro comercial, entradas e saídas de Serrinha, com outdoors informativos de que a cidade é monitorada por câmeras de segurança. O presidente da CDL e também proprietário da gráfica Talismã – Serrinha, Antônio Carlos, disponibilizou a referida gráfica para dar suporte na confecção dos outdoors, comprometendo-se a apresentar um orçamento de custos. Será realizada em julho (data a ser definida) reunião entre Polícia, Ministério Público, prefeitos e bancos, para elaboração de um modelo de projeto de monitoramento, bem como para discutir questões de financiamento para implementação do sistema. (7 de julho de 2014, Fórum de Serrinha)

Diante da falta de informações sobre as ações anteriormente desenvolvidas sobre o tema, foram relatadas experiências de cidades vizinhas, menores que Serrinha, que teriam implantado um sistema de videomonitoramento a baixo custo, com participação da comunidade. A Polícia Militar destacou a importância e premência da iniciativa. Os CONSEG's se comprometeram a ajudar na ação.

Dr. Gilber falou sobre sua participação no Workshop, onde foram relatadas algumas experiências: CONSEG de Ribeira do Pombal se engajou ao PROERD e monitoramento eletrônico; representantes do CONSEG de Cícero Dantas informaram orçamento de 16 câmaras por R\$43.000,00 para o monitoramento eletrônico desta Cidade; o pessoal se disponibilizou a vir para a próxima reunião para falar da experiência do CISP em outras Comarcas. Dr. Gilber se comprometeu a entrar em contato e convidar estas pessoas para a próxima reunião do CISP. [...] Capitão Lúcio sugeriu, primeiramente, se estruturar para depois convidar os parceiros e apresentar o projeto, sendo os primeiros convidados o Prefeito Municipal de Serrinha, juntamente com a coordenação de trânsito do município e INFRARED. Ressaltou a importância de começar o quanto antes o monitoramento na cidade, mesmo que com apenas duas câmeras, com outdoor em pontos estratégicos para informar sobre o monitoramento na cidade. Os CONSEGS se comprometeram em fazer o planejamento de onde será localizado os outdoors, bem assim do padrão e arte destes. O CONSEG SUL sugeriu que fosse localizado outdoor na Cerâmica, contorno da Cidade Nova e outro na proximidade do Pexão. (1º de setembro de 2014, Banco ASCOOP)

Conforme definido no encontro anterior, a reunião seguinte ocorreu sob o formato de audiência pública, na Câmara de Vereadores, onde o ex-presidente do CONSEG de Cícero Dantas relatou a experiência de videomonitoramento a baixo custo na referida cidade; a Polícia Militar se comprometeu a diagnosticar os pontos que careceriam de maior atenção,

elaborando a primeira etapa do projeto e foi definida uma reunião de trabalho com as instituições diretamente vinculadas à iniciativa:

I. MONITORAMENTO ELETRÔNICO:

1.1. Foi realizada uma apresentação pelo Senhor Jackson Antônio Castro Almeida, Vereador de Cícero Dantas/BA, ex-presidente do CONSEG local e empresário do internet e eletrônicos. Inicialmente falou sobre o histórico de criação do Conselho em Cícero Dantas, notadamente sobre a necessidade de não ter como foco único a questão do monitoramento eletrônico, e ressaltou a importância da participação popular, do Ministério Público, das polícias civil e militar e da administração pública, realização de audiência pública, dentre outros instrumentos de mobilização. Apresentou questões operacionais referentes aos projetos e custos dos equipamentos necessários. Afirmou que atualmente os custos são bem menores do que em relação a 03, 04 anos atrás, quando foi implantado o videomonitoramento em Cícero Dantas, onde o custo foi em torno de R\$18.000,00, após pesquisas e reduções de custos. Sugeriu que sistema não fosse exclusivamente analógico, mas híbrido (analógico e digital), de acordo com o definido no projeto. Explicou que o sistema digital oferece mais qualidade, porém os custos são um pouco maiores, cerca de R\$50.000,00. Sugere que sejam procuradas as empresas de tecnologia da cidade, para utilizar os próprios provedores locais de internet. Jackson se colocou à disposição para apresentar, in loco, o projeto em Ribeira do Pombal e Cícero Dantas. A apresentação foi finalizada com a apresentação de slides com as diferenças entre o sistema analógico e digital, tipos de câmeras e suas funcionalidades.

1.2. Em seguida foi dada a palavra a Sérgio Teles, da empresa de segurança INFRARED em Serrinha. Sérgio afirmou que apenas acrescentaria algumas informações, inclusive que em Serrinha já tem vários pontos de monitoramento de empresas em sistema híbrido. Informou que já presta o serviço em várias cidades da região. Informou que sua empresa oferece vários tipos de propostas, de acordo com a condição de cada uma. Salientou que onde existe o sistema de monitoramento eletrônico, inibe-se a ação de furtos, roubos, etc.

1.3. Em seguida, o promotor Gilber abriu para perguntas dos presentes. Pelo Secretário de Administração foi informado que o Município tem grande interesse, e questionou sobre a parte financeira, para analisar a participação do Município. Foi dito por Jackson que foi feito convênio, no município de Cícero Dantas, onde a Câmara de Vereadores inclui nos orçamentos anuais do Município aproximadamente R\$60.000,00, mas os valores não estão sendo efetivamente executados, em razão de dúvidas do Prefeito quanto à legalidade da medida, embora tenha sido informado da possibilidade de celebração de convênio. Disse ainda que é possível integrar o sistema com câmeras privadas, de órgãos públicos e até de pessoas físicas. Pelo promotor Gilber foi dito ao secretário que a iniciativa de trazer Jackson para fazer a apresentação, foi para mostrar a viabilidade do projeto em Serrinha, um projeto concreto e barato. A ideia é implementar o sistema, no Município de Serrinha, nem que seja com uma única câmera, para dar o primeiro passo, como sistema inibidor. Jackson apresentou proposta ao Município de interligar, por meio de fibra ótica, a prefeitura com demais secretarias e deixar pontos pré disponibilizados para implementar câmeras em locais estratégicos, disponibilizando-os para o CISP, via cessão de uso, e se dispôs a doar uma câmera. Foi questionado por um comerciante se é possível eles contribuírem e, em contrapartida, ser instalada câmera na região do referido comércio, ao que se respondeu que os locais serão definidos segundo estudos baseados em estatísticas e análises criminais, sendo muito bem-vindos os recursos dos comerciantes; acrescentou-se que nem sempre a câmara na frente do estabelecimento é a responsável pela identificação de indivíduos que cometeram crimes contra ele. Houve concordância de todos quanto a necessidade de implantação do sistema, cabendo aos CONSEG's o papel de canalizador dos recursos, aquisição dos equipamentos e cessão para os órgãos de segurança pública. Foi dito pela representante do Banco do Nordeste, Helaine Cunha, que o referido banco tem Central de Monitoramento própria, situada em Fortaleza, de modo que a

agência não tem controle sobre o monitoramento. O Promotor Gilber questionou sobre a disposição do Banco em contribuir com o sistema público, e foi respondido que existe interesse do Banco, porém nada pode ser feito diretamente pela agência. Pelo representante do CDL foi dito que existe a vontade de contribuir, porém precisa saber quais serão os custos envolvidos para poder acionar os comerciantes através de comunicação escrita. O promotor Gilber afirmou que quando o projeto estiver concluído, será levado ao conhecimento de todos os interessados, para serem estabelecidas as contribuições de cada um. Foi dito pelo Secretário de Administração Idenal, que já existe uma câmera funcionando 24 horas por dia em Serrinha, e que pode ser viabilizado o acesso para a polícia, mediante acordo entre os órgãos. Por Deraldo, representante do Capitão Carlos Flávio, do Conjunto Penal de Serrinha, foi dito que será dada contribuição para a causa, pois a empresa também trabalha com monitoramento, e aguarda apenas o projeto, para saber qual a melhor forma de contribuir. Pelo Major Lúcio foi ressaltada a importância de fortalecer os CONSEGS, através dos conselhos comunitários, ressaltando que o importante é a polícia junta a comunidade. Informou que existe uma empresa em Serrinha (Nil System) que passa fibra ótica em boa parte da cidade, e que é fundamental fazer contato com esta empresa para tratar sobre possível logística entre a empresa e o projeto.

Ficou agendada, para o dia 23.10.2014, às 14 horas, reunião a ser realizada no Ministério Público, com os CONSEGS, Secretário de Administração de Serrinha, PM, empresa provedora de internet Mil System e outros provedores da cidade, conhecidos pelos presentes, que queiram participar. (13 de outubro de 2014, Câmara de Vereadores de Serrinha).

Conforme combinado, dez dias depois foi realizada a reunião extraordinária:

Aos 23 dias do mês de outubro de 2014, na Sala de Reuniões da Promotoria Regional de Serrinha, presente o Sr. Promotor de Justiça Gilber Santos de Oliveira e as seguintes pessoas: Maj. PM Lúcio Fonseca, o Sec. Mun. de Administração Idenal G. Oliveira; Sandra Silva Souza, ATRIB; Jainan Rangel Soares, ASCOM Prefeitura; Olívio Oliveira e Angélica Moreira, CONSEG Sul; Rodolfo Lomes Lima, MILSISTEM; Fernando Oliveira e Antônio Carlos, CONSEG Norte e Sérgio Teles de Oliveira, INFRARED. Foram tratados os seguintes assuntos: 1) VIDEOMONITORAMENTO: após discussão de todos os presentes, ficou definido que Sérgio da INFRARED elaborará um orçamento para um Projeto de 10 câmaras fixas digitais e toda a estrutura de apoio, o qual será encaminhado por e-mail para o CISP, bem assim informará os locais que já tem monitoramento externo, que poderão ser incluídos na Central, a fim de evitar duplicidade; Rodolfo da MILSISTEM e Sandra da ATRIB, disponibilizaram toda a estrutura e malha de cabos e fibra ótica para utilização da rede e instalação das câmaras; o CONSEG Sul ficará responsável pela captação de recursos e bens necessários para a implantação do projeto [...]. O Secretário de Adm. disse que a Prefeitura divulgará as iniciativas também por carros de som, rádio e outras mídias.

A Polícia Militar, então, apresentou o projeto do videomonitoramento, inicialmente com 10 câmaras fixas no Centro e nas entradas e saídas da cidade, contendo informações sobre criminalidade no Brasil e em Serrinha, fundamentação legal, justificativa e etapas de implantação, bem assim os seguintes anexos: especificações técnicas e valores estimados dos equipamentos; mapa da cidade de Serrinha, com os pontos onde seriam instaladas as 10 primeiras câmaras; *layout* das placas informativas do sistema de videomonitoramento;

reportagens sobre sucesso de algumas ações policiais em razão da utilização do videomonitoramento.

O monitoramento da iniciativa continuou em praticamente todas as reuniões ordinárias do CISP/Sisal, sendo possivelmente o assunto mais tratado no comitê, como pontuaram alguns entrevistados.

Em síntese, a Polícia Militar apresentou o projeto, baseado em estatísticas criminais e operaria o sistema. Cabe destacar que a Polícia Civil não participou da iniciativa, embora seja destinatária das imagens gravadas relacionadas a crimes em apuração. Os CONSEG's se encarregaram de arrecadar recursos perante empresas, comunidade, foi destinatário de prestações pecuniárias oriundas do Juizado Especial Criminal, com a concordância da CEAPA (responsável por esse gerenciamento) e adquiriu os equipamentos. A Prefeitura de Serrinha, no início do projeto, não contribuiu financeiramente na aquisição e manutenção dos equipamentos, mas apenas deu suporte na implantação da estrutura e se comprometeu a instalar placas e *outdoors* pela cidade, a fim de divulgar a iniciativa, com o que se esperou correlato efeito dissuasório no cometimento de delitos. Foram doadas câmeras pela empresa responsável pela operação do Presídio Regional de Serrinha. Bancos e comércio locais doaram recursos financeiros. Empresas locais de vigilância foram chamadas para colaborar com a iniciativa, concedendo descontos financeiros nos aparelhos, haja vista se tratar de uma iniciativa comunitária, bem assim para compartilhar a fibra ótica para fins de transmissão das imagens para a Central. Os CONSEG's realizaram cotações de preços em vários locais e inclusive pela internet, optando pelos fornecedores locais em razão de sua disponibilidade para uma manutenção mais eficaz.

Durante a execução do projeto, foi percebido que em alguns pontos já haviam câmeras de vigilância operadas por bancos e instituições comerciais, sendo decidido integrar tais imagens ao sistema, economizando-se e possibilitando a implantação de câmeras em outros locais da cidade.

A implantação do sistema foi muito vagarosa. As empresas locais de vigilância eletrônica não priorizavam o sistema em face de sua atuação comercial comum, haja vista o baixo custo a que foi convencida a negociar. Entre os integrantes do CISP não havia especialistas na área, o que dificultava a verificação das justificativas das empresas e dos demais parceiros encarregados. A Prefeitura, que normalmente possui corpo técnico e administrativo para executar iniciativas similares não participava diretamente da ação, já que os equipamentos foram adquiridos pelo CONSEG e seria operado pela PM. Houve muita

transferência de responsabilidade entre as instituições que compõem o CISP e outras encarregadas de dar o suporte, como a Prefeitura e concessionária de energia elétrica. Outro fator que pode ter contribuído para a demora de implantação e operação do sistema foi a saída o subcomandante da PM responsável pela elaboração do projeto e articulações iniciais de implantação.

Com algumas câmeras já em funcionamento, começaram as dificuldades com a manutenção do sistema. Os valores arrecadados cobriam apenas parte da aquisição dos equipamentos. Com a saída de Juízes da Comarca, diminuiu o número de prestações pecuniárias administradas pela CEAPA, com a consequente redução de transferências para os CONSEG's. Todas estas vicissitudes estão relatadas nas atas das reuniões, que eram encaminhadas também para vários órgãos que não participavam diretamente das reuniões do CISP, como os Gabinetes da Prefeitura Municipal de Serrinha e Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP/BA). A Prefeitura foi, então, chamada a ter uma participação mais ativa, a fim de disponibilizar técnicos para ajudar na colocação das câmeras e transmissão das imagens e contribuir financeiramente na manutenção do sistema.

Após diversas provocações, a Secretaria de Segurança Pública se comprometeu a disponibilizar oito câmeras de vigilância, mais avançadas tecnologicamente, que se somariam às já em funcionamento, mas condicionou a entrega à celebração de convênio com o Município de Serrinha, para manutenção do sistema. É importante destacar que o 16º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Serrinha, não possui recursos financeiros nem alçada administrativa para implantar sistema de videomonitoramento. Tal função cabe à cúpula da SSP, que tinha ciência de toda a articulação, desde 2014, somente tomando uma postura mais ativa em 2017. Deve ser ressaltado que a ação da SSP ainda é insuficiente para a implantação do projeto, pois apenas custeou algumas câmeras, mas não o resto dos equipamentos, bem assim se eximiu das despesas de manutenção.

Em novembro de 2016, a Secretaria Municipal de Administração aceitou custear a instalação das câmeras enviadas pela SSP/BA e a manutenção do sistema, através de convênio com o CONSEG Sul. Durante todo o processo coube aos integrantes do Ministério Público convencer e articular os demais parceiros da necessidade e utilidade da ação.

O sistema passou a funcionar no início de 2017 nos moldes previstos no projeto, contudo ainda com alguns percalços. Aqui se revelam dificuldades da ação coletiva, onde nenhum dos órgãos possuía, isoladamente, recursos financeiros nem alçada para sua implantação.

Cap. Lessa explanou sobre o projeto para os novos integrantes do CISP; informou que hoje há 09 câmeras em funcionamento, e que hoje a polícia cobre todo o calçadão, em Serrinha, por exemplo, conseguindo verificar uma placa de veículo ali parado. Ressaltou que tudo isso nasceu no CISP. Ressaltou que o monitoramento gera expectativa de redução da criminalidade. Que é importante que a Guarda Municipal seja capacitada para esse cenário. Disse que é importante que seja debatida forma de manutenção do sistema, pois o prazo que já se tem é de 90 dias, e após isso não existe previsão, nem recurso para isso; disse que é necessário ainda o aumento da publicidade quanto a informação de cidade monitorada, com placas e afins. Informou que a transmissão é da PM, criptografado e usado apenas pela Polícia, porém ao fim do contrato, de 90 dias, será necessária a manutenção do sistema, e ainda não se sabe se o Estado custeará. Cap. Lessa informará se após os 90 dias o contrato será mantido, bem como apresentará na próxima reunião o orçamento de manutenção, com o fim de buscar o apoio municipal. O sec. Misael falou sobre o interesse do município em ampliar o videomonitoramento em Serrinha, para aproveitamento da prefeitura de questões de ordem administrativas e se comprometeu com dois guardas municipais para apoiar o acompanhamento do videomonitoramento. (Ata de 6 de fevereiro de 2017, Auditório do CDL)

Os entrevistados relatam as articulações e constrangimentos para a implantação do videomonitoramento de Serrinha. A representante do MP faz um resumo do histórico acima narrado:

[...] o colega trouxe uma realidade que foi do CONSEG de Cícero Dantas, veio a pessoa que era membro do CONSEG na época pra uma reunião, trouxe a realidade financeira de lá, e apresentou esse projeto aqui, mostrando que a gente poderia fazer sim, sem precisar necessariamente da prefeitura, do poder do município. Foram feitas algumas ações. (o projeto) está ainda, digamos, em sua parte final. [...] inicialmente teve uma arrecadação de verbas, através de transações penais para o CONSEG, para comprar material, teve doação de bancos, da empresa Reviver, que é uma empresa que trabalha, que administra o presídio, e formou inicialmente o material que receberia. A tecnologia que recebe a informação. Mas faltou a câmera. Teve um projeto, [...] Foi a Polícia Militar. Ela elaborou esse projeto [...] Ela tomou como base, pelo que me lembro, as saídas da cidade, porque são locais chaves, principalmente para os crimes de grande porte como roubo a banco, a circulação de drogas e tudo mais, e o centro da cidade. [...] A gente tinha material, mas a instalação tinha vários equívocos. Uma hora era a energia que não estava disponível, outra hora era o local, a internet pra transferir.. então, houve muitas dificuldades neste sentido. [...] eu entendo como vencidos (os obstáculos), porque a gente chegou agora com outro projeto, que é um projeto da Polícia Militar, via Secretaria de Segurança Pública, que cedeu as câmeras *speed dome*, que tem uma tecnologia muito melhor, aí ela cedeu esse material. Mas ela não instalava. Aí o município entrou com a contrapartida através do próprio CONSEG, em convênio com o CONSEG, contratou uma empresa para poder fazer essa instalação. Então, estamos exatamente nessa fase. Em dezembro (de 2016), o dinheiro foi repassado para o Conseg para a instalação. Então, eu não recebi um 100% de que já está instalado. [...] Várias instituições (foram envolvidas no projeto), porque por exemplo, o Conjunto Penal de Serrinha, ele faz parte do [...] do CISP e aderiu o projeto através da doação. O CDL que faz parte do CISP, aderiu o projeto e doou uma TV, os bancos foram acionados pelo CONSEG e conseguiu uma outra TV e outros materiais que fazem parte do videomonitoramento. (Entrevistado 1 – MP)

O presidente do CONSEG/Sul relata as dificuldades, mas demonstra satisfação com a iniciativa:

É uma luta grande e árdua, infelizmente. Foi realmente uma preocupação do CISP e de todo o grupo de Serrinha inclusive os dois conselhos no empenho para que esse videomonitoramento acontecesse. Mas para nossa felicidade ontem nos fomos dar o 'ok' para esses técnicos que instalou as oito câmeras em Serrinha, já está funcionando oito câmeras. [...] (a iniciativa) Foi de todo o conselho todo o CISP [...] Com recursos vindos dessas penas (alternativas, do JECRIM) [...] Teve doação de duas câmeras do pessoal do presídio, da Caixa Econômica teve duas. [...] E a câmara de diretores lojista nos prometeu também fazer uma. Teve o pessoal da linha de *internet* que também entrou com parceria para nos dar os pontos, mais depois acho que os custos ficou muito alto para eles. [...] (foi uma articulação) da comunidade principalmente. Agora nos levamos também o projeto a Câmara de Vereadores, foi bem-visto pelo Legislativo, mas infelizmente quando foi para o prefeito ele naquele período não foi avante na situação, por causa da manutenção que ele achou eu seria muito cara, e aí foi uma gota d'água pra agente, mais hoje já está operando graças a Deus. A manutenção nos 90 dias a própria empresa vai ficar arcando e o capitão Lessa ficou ontem de ter um contato com o pessoal do Estado, para ver como funciona, se for da responsabilidade da equipe aqui do município nós iremos propor para o CISP na próxima reunião, para manter o Conselho alimentado e alguns recursos para essa manutenção acontecer. (Entrevistado 2 – CONSEG)

O integrante da Superintendência de Trânsito ressalta que o videomonitoramento foi o assunto mais discutido no CISP/Sisal:

Isso foi discutido, talvez tenha sido o assunto mais discutido durante cerca de dois anos e meio. Nós discutíamos em todas as reuniões, e como dependia do poder público e tinha alguns 'entravesinhos' e algumas questões burocráticas, essas discussões foram passando meses e meses, e faltava, realmente em alguns momentos a execução né, depois a gente deparou na situação da manutenção quem ia dar manutenção nesses equipamentos, no entanto foi uma discussão que ela se prolongou por cerca de trinta meses. Só no final de 2016 realmente que foi adquirido o material e foi feita a instalação. No entanto, até o momento não, até onde eu sei não foi instalado a central de monitoramento.

Tá em processo (de implantação). Já fez contato com o trânsito, com a guarda municipal, para que se comece a se pensar na definição dessas pessoas que vai tá participando juntamente com a Polícia Militar, já pra acompanhar as imagens e fazer o tratamento. (Entrevistado 3 – SMTT)

A representante da CEAPA destacou a atuação do Ministério Público na articulação do projeto:

o monitoramento por câmeras foi tratado, implementado, foi uma bandeira desde sempre, acredito que foi o primeiro assunto discutido, hoje é realidade né?! O Ministério Público chamou tantos órgãos públicos, quanto as instituições privadas à responsabilidade pelo município e hoje é realidade. Monitoramento por câmeras hoje na cidade de Serrinha é uma realidade. Tem as câmeras, tem agora a Central (CICOM), tem o disque denuncia. (Entrevistado 4 – CEAPA)

A Polícia Militar elogiou o papel do CISP na implementação da medida, narrou os percalços da iniciativa, que reputou também dos demais parceiros, inclusive destacou o papel da comunidade na arrecadação dos recursos e eventual redefinição dos pontos de algumas câmeras já instaladas.

A gente participa da reunião do CISP creio que há quase dois anos, foi um dos projetos pilotos da criação do CISP também, e a gente vem acompanhando esse

processo, em alguns momentos a gente retroagia, mas com a junção de outros órgãos e de outras pessoas, houve um avanço e eu creio que a gente vai fazer uma inauguração desse sistema hoje formada por oito câmeras funcionando, monitorando as vias urbanas aqui de Serrinha, nos próximos quinze dias. Então é um avanço, e a gente credita também ao CISP a participação nesse projeto.

Isso foi um processo, foi adquirido essas câmeras inicialmente pelos conselhos comunitários, o presídio que também tinha acento no CISP, o presídio de Serrinha também fez uma contribuição. Depois entra a prefeitura municipal, com a parte de aquisição de manutenção e o governo do estado que traz pra a gente esses equipamentos, então a junção dessas forças hoje a gente conseguiu transformar em realidade esse projeto.

(o projeto foi) Gestado junto com a polícia Militar, mas ouvindo todos os integrantes do CISP. Então foi apresentado o projeto, as sugestões começaram a surgir, foi remodelado, e esse projeto nasceu na verdade através da junção desses órgãos.

Inicialmente, na primeira parte do projeto, nós conseguimos instalar uma câmera, tínhamos três, uma começou a funcionar, percebemos que tivemos algumas dificuldades com a questão de transmissão de dados, mas agora quando o Estado e a Prefeitura Municipal entra também nessa junção de forças, hoje nós temos oito câmeras funcionando.

Estamos em processo de testes, ainda tivemos uma visita aqui ontem no dia trinta de janeiro (de 2017) de integrantes do CISP, dos conselhos comunitários. Então eles vieram observar os locais. Fizemos algumas visitas nesses pontos, até porque também a comunidade conhece suas peculiaridades, até mesmo para realocação de câmeras, então fizemos uma visita técnica hoje e estar marcada mais uma para a semana que vem para que a gente dê o processo como concluído. (Entrevistado 5 – PM)

O integrante do DPT critica o não cumprimento de algumas pactuações por parte de integrantes do CISP, durante a implantação do videomonitoramento:

Ocorreu e foi uma coisa assim que chamou atenção. A dificuldade que a gente, eu digo a gente, porque eu participo do Comitê, que foi para implantar esse monitoramento. Foram reuniões e reuniões e reuniões, sempre os atores ali ficam incumbidos de certas tarefas, mas quando chegava no dia, alguém falhava num ponto e acabava que a coisa não andava. Então, levou anos, anos não, porque tem dois anos, mas levou meses para conseguir implantar uma câmera só, logo depois deu problema, e ficou nessa coisa. Mas, por último, até poucos dias, deu um *up grade*, deu uma melhorada bastante. As câmeras estão funcionando. Não sei a quantidade, mas tá funcionando. Há pouco tempo foram instaladas na cidade e estão sendo utilizadas. (Entrevistado 6 – DPT)

O Secretário de Administração relata o processo, especialmente o papel da Prefeitura. Elogiou o fato de se tratar de uma iniciativa abraçada por todos os parceiros e considerou que a ação é muito importante para os diversos órgãos públicos locais e para a segurança pública do cidadão serrinhense:

[...] uma das bandeiras principais do CISP era a questão do videomonitoramento da cidade, então foi buscando alternativas, teve proposta de doação de câmeras, tanto por parte do CONSEG tanto por parte da empresa responsável pelo presídio, depois foi buscando parceria com o comércio, tentou buscar parceria com empresas que trabalham nessa área de tecnologia e instalação de câmeras, enfim. Na verdade isso não conseguia se efetivar por uma série de questões, do ponto de vista burocrático, do ponto de vista técnico inclusive. [...] E apresentamos, e eu lembro que foi praticamente de 10 a 12 meses buscando entender, fazendo processo, o conselho que

foi feito a parceria, porque, foi feito um convênio entre a prefeitura municipal e o CONSEG [...] E, enfim após resolver essa parte burocrática do convênio, deixou tudo pronto, foi publicado em diário oficial, deixou tudo devidamente organizado, aí chagaria a ser a parte decisiva, que é a parte da transferência do recurso. Que era aproximadamente R\$22.000,00, para poder a empresa, já que as câmeras foram doadas, pelos parceiros que já mencionei e bem como pela Secretaria de Segurança Pública, precisava de uma empresa para fazer a instalação e os equipamentos de fiação, cabo e essas coisas. [...] Porque não era uma ação do CISP, não era ação do Ministério Público, não era ação da Polícia Militar, não era ação da Prefeitura, era ação de todos os segmentos, que ia servir a sociedade serrinhense, ao cidadão, iria melhorar o aspecto de segurança, a sensação de segurança. Inclusive, tá melhorando nesse aspecto, porque o cidadão quando ele percebe que está sendo monitorado e é em tempo real. Eu pude participar, eu estive lá no setor aonde a Polícia Militar faz o videomonitoramento em tempo real, que já está funcionando perfeitamente, eu pude visualizar as câmeras instaladas, são hoje oito câmeras instaladas no centro instaladas, e vai ter uma instalada no bairro da Cidade Nova por ser um bairro grande, amplo, vai ser instalada uma lá. Essas câmeras elas vão dá uma outra possibilidade, tanto para o lado da segurança preventiva, quanto para o lado da segurança corretiva. Porque em tempo real você vai estar visualizando, até para o trânsito, por uma questão de delitos, furtos mais até para o trânsito para uma infração que possa vir cometer, para uma eventual situação de suspeita, então esse videomonitoramento tem essa questão de cidadania para a cidade de Serrinha. Então a instalação do videomonitoramento de Serrinha eu diria que é uma conquista de todo serrinhense, já estar em funcionamento. Eu estava conversando com o capitão Lessa, que por sinal vai ser integrada ao CICOM que é um sistema que eles têm de comunicação da Secretaria de Segurança Pública que vai ter uma sede aqui em Serrinha no 16º Batalhão, e a proposta é que o videomonitoramento ele esteja integrado ao CICOM, para facilitar as ações via radia e de videomonitoramento. Então, eu acredito que vai contribuir bastante para a segurança pública do nosso município, da nossa cidade. Não podemos deixar de enfatizar que essa foi uma bandeira, uma pauta importante e prioritária do CISP que foi a questão do videomonitoramento. (Entrevistado 7 – Secretaria de Administração)

Verifica-se que passados quase três anos o projeto de videomonitoramento teve diversos avanços e recuos, mas o tema permanece não apenas na agenda do CISP/Sisal, mas continua sendo implantado. É evidente a baixa velocidade da execução da ação, mas não se pode olvidar que se tratou de uma iniciativa comunitária, sem qualquer aporte inicial de recursos financeiros por parte do Estado da Bahia ou da Prefeitura local. Esta, como visto, relatava a existência de um projeto, nunca apresentado ao CISP/Sisal, orçado em R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), que contaria com recursos do Ministério da Justiça, o que de fato não veio a se concretizar.

Outrossim, a articulação das diversas instituições que compõem o CISP/Sisal, públicas e privadas, bem assim da sociedade civil local, através dos CONSEG's Sul e Norte de Serrinha, instituições comerciais, financeiras, associações de bairros etc constituíram grande aprendizado para todos. Certamente outras ações do CISP/Sisal levarão em conta os percalços, mas também as oportunidades, do projeto de videomonitoramento.

Por fim, é razoável supor que o Estado da Bahia, através da cúpula da Secretaria de Segurança Pública, levou em conta a iniciativa do CISP/Sisal e comunidade local, sendo pressionado politicamente para fornecer as últimas câmeras de videomonitoramento, embora sem o necessário suporte de manutenção, que, como visto, foi assumido pela Prefeitura Municipal de Serrinha, com a colaboração, mediante convênio, do CONSEG/Sul.

A iniciativa se amolda à nova concepção de governança democrática na área, contribuindo para uma segurança pública integrada (FREITAS, 2015; KLAUS, 2007; SAPORI, 2007 e 2009; SOARES, 2000 e 2007; BISCAIA, 2015), com participação comunitária (BERCLAZ, 2013; SENTO-SÉ, 2014), mas é necessário acompanhar sua evolução, haja vista a não definição clara da sua institucionalização. O quadro 9 apresenta a síntese das ações relacionadas ao videomonitoramento em Serrinha.

Quadro 9 – Videomonitoramento

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Maior consciência institucional e social da necessidade de se debater segurança pública com transparência; • Consciência na necessidade de abordagens intersetorial e interdisciplinar de violência e criminalidade; • Grande articulação interinstitucional e social; • Maior eficiência ao trabalho das Polícias Civil e Militar, Guarda Municipal, SMTT; • Melhora na prova, contribuindo com o Sistema de Justiça Criminal 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior articulação com a Prefeitura, Polícia Civil local e cúpula da SSP/BA

6.8 REUNIÃO NAS COMUNIDADES

Conforme enfatizado na parte relativa aos CONSEG's, a efetiva participação da sociedade civil nos negócios públicos essencial para a consolidação da democracia deliberativa, sendo um espaço autônomo de contraposição e controle de Estado, transmitindo-lhe os problemas sociais que ecoam nas comunidades (BERCLAZ, 2013).

Além de fomentar a reativação ou implantação dos CONSEG's, o CISP/Sisal buscou realizar reuniões nas próprias comunidades do município de Serrinha, priorizando os locais com maiores índices de violência, sobretudo CVLI, na tentativa de dar voz ao cidadão mais atingido por tais problemas, bem assim construir políticas públicas e ações que os previnam e/ou minorem.

Nas reuniões mensais do CISP/Sisal se definia o local que seria atendido e os representantes das instituições parceiras eram convidados a comparecer; o convite à comunidade ficava a cargo do CONSEG Sul ou Norte (a depender da área de localização do bairro ou povoado), que contava com a ajuda das associações locais para divulgação ao público. As instituições faziam suas apresentações, em linguagem clara, colocando-se à disposição para resolução de problemas de sua alçada ou os encaminhando para as autoridades competentes. Sempre era frisado que na reunião pública não seriam tratados nomes de pessoas, a fim de se proteger intimidade e evitar retaliações. Os assuntos tratados nestes encontros também eram relatados e discutidos na reunião mensal do CISP/Sisal.

Já na terceira reunião de trabalho foi relatada a audiência pública ocorrida no bairro de Vila de Fátima, assolado com 5 homicídios em maio de 2014 (o ano encerrou com 35 CVLI's em Serrinha):

I. AUDIÊNCIA PÚBLICA EM VILA DE FÁTIMA: Foi realizada no dia 31 de julho de 2014, às 19:00 horas, uma audiência pública no Bairro de Vila de Fátima, com maciça participação popular e presença do CONSEG SUL, Polícia Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Vereadores e outros representantes de órgãos públicos. Na oportunidade as autoridades presentes explicaram os seus papéis no sistema de justiça, bem assim usaram da palavra diversos moradores, com discussão de vários temas sobre segurança pública em geral e problemas específicos da comunidade. (4 de agosto de 2014, CDL/ Serrinha)

Nos meses seguintes as reuniões ocorreram nos bairros de Novo Horizonte, Rodagem, Santa/Oseias e Mutirão, Colina das Mangueiras, Cidade Nova, CASEB, Vaquejada, Cruzeiro. Os encontros comunitários não se limitaram a Serrinha, indo também para Biritinga e Barrocas (outros municípios da comarca de Serrinha).

Alguns encontros programados não ocorreram simplesmente por ausência de pessoas da comunidade. Quase sempre os presidentes de associações informavam ter feito a divulgação, não sabendo dizer o motivo da ausência das pessoas, o que talvez se explique pelo fato de que a maioria das reuniões foram agendadas segundo critérios de estatística criminal e não por provocação das comunidades. Após alguns percalços, as reuniões voltaram a ter comparecimento do público, certamente em função de terem sido solicitadas por moradores

locais, que se encarregaram de mobilizar a comunidade. Assim, houve reunião também no Alto da Bandeira, Tanque Grande e Treze.

Todos os entrevistados relataram positivamente as reuniões entre integrantes do CISP e comunidade:

Nós percorremos praticamente todos os bairros. (as reuniões) Eram mensais. Elas foram suspensas diante do novo projeto (Paz e Cidadania, no bairro dos Treze). Mas assim, o promotor e a polícia militar, iam uma vez por mês em um dos bairros, fazia reunião com a comunidade, ouvia as demandas, mostrar o nosso trabalho, se apresentar, e, diante do que era apresentado naquelas reuniões, era uma pauta pro CISP. [...] as reuniões mensais nos bairros eram numa quinta [...] às 7 horas da noite, em um local do bairro. Normalmente em uma associação ou numa escola. Então, nós íamos até o bairro, ouvia a demanda. Eles falavam de muita coisa, fazíamos esse filtro, trazia para o CISP, inclusive para demandar algumas instituições como a Secretaria de Ação Social, ou a Secretaria de Administração e Infra estrutura, por exemplo. [...] quando a gente teve um bairro que falava sobre uma poluição sonora (que) era rotineira em determinado horário, a Polícia Militar se comprometeu em fazer ronda, naquele horário e naquele local para evitar aquela constante poluição sonora, que inclusive era um dos grandes pleitos da Polícia Militar. (Entrevistado 1 – MP)

(ocorreram reuniões) em vários bairros, tanto nos do Norte quanto do Sul, principalmente o Sul. Geralmente era para ocorrer mensalmente, mas algumas ocorriam a cada três meses nas comunidades [...]. Porque intercalava uma no Norte, outra no Sul [...] e às vezes não acontecia em algumas. O Conselho que articulavam com as Associações da comunidade, o pessoal da liderança das comunidades, e lá se fazia presente o Ministério Público, Polícia Militar as vezes até Polícia Civil e ouvia a comunidade e dali tiravam as demandas para algumas providencias necessárias. (Entrevistado 2 – CONSEG)

Sempre tinham reuniões mensais, eram reuniões noturnas. A reunião do CISP ela é mensal e geralmente ela acontece, ela é volante, ela acontece em locais diferentes uma vez por mês. Como também essa reunião do CISP era encaminhado o local das reuniões nos bairros. Geralmente era nas quintas-feiras nos bairros. Eram duas reuniões. Da do CISP tirava o encaminhamento qual bairro ou qual comunidade rural ia ser feita a reunião mensal daquele mês. Era uma reunião já direto com a comunidade [...] (Entrevistado 3 – SMTT)

Como eu citei anteriormente, em todos os bairros, começado pelos mais vulneráveis. E eu tenho até memória de reuniões em outros municípios que integram a comarca de Serrinha como Barrocas, Biritinga, e também envolvimento e tentativa de estruturação desses conselhos. (Entrevistado 4 – CEAPA)

[...] nós tínhamos uma visita de integrantes do CISP, integrantes dos conselhos comunitários com a polícia militar em povoados ou bairros aqui de Serrinha, onde Ministério Público acompanhava, onde as pessoas tinham oportunidade de trazer as suas demandas, as suas dificuldades. Tinham prepostos também da Prefeitura Municipal, então cada órgão ouvia sua necessidade. Isso era levado novamente para a reunião do CISP e eram feitos os encaminhamentos. Essas reuniões eram marcadas na reunião do CISP, então em regra eram feitas uma vez por mês. (Entrevistado 5 – PM)

A cada reunião sempre se marcava uma reunião nos bairros. Aqui implantou um necrotério há pouco tempo, eu fiquei umas duas reuniões sem participar. Mas, nas

anteriores, eu percebi que deu uma esfriada assim. Eu achei. Essa questão das reuniões nos bairros. Mas, ao longo desses dois anos foram feitas muitas reuniões. Praticamente todo mês se fazia reunião. Além da reunião interna do CISP. Reunião nos bairros, como eu falei, para ouvir as demandas de cada região. Vila de Fátima, Vaquejada, Cruzeiro, Rodagem. Eu lembro que foram vários bairros [...] teve também em Biritinga, Barroca. (Entrevistado 6 – DPT)

Já houve várias reuniões, teve reunião no bairro do Cruzeiro, inclusive eu participei, já houve reuniões nos bairros rurais a exemplo de Tanque Grande, a exemplo de Alto da Bandeira, na própria URBIS já teve iniciativa de reuniões, no bairro da Cidade Nova, assim reuniões também com a comunidade, onde a comunidade aponta suas demandas, e o CISP faz os encaminhamentos destinados aquela pauta ou aquela reivindicação específica da comunidade. Um dos problemas que eram apontados era a questão de iluminação pública, eu lembro que um dos pontos mais abordados mais recorrentes era a questão da iluminação pública, mais tinha também questão de merenda escolar, já teve também questões voltadas a educação, questão de atendimento médico, sempre tinha uma questão voltada vamos dizer assim, para uma área importante do município”. (Entrevistado 7 – Secretaria de Administração)

Os assuntos relativos às reuniões comunitárias ainda são majoritariamente pautados pelos integrantes públicos do CISP/Sisal, principalmente Polícia Militar e Ministério Público; há, todavia, alguns registros iniciativas originadas pelos CONSEG's e outros integrantes da sociedade civil, como presidentes de associações de bairros e integrantes de igrejas.

Nos encontros, os integrantes do CISP faziam apresentação das instituições e representantes, funções, formas e locais de atendimento dos casos individuais. Algumas instituições não se faziam presentes, sendo assíduos somente o Ministério Público, Polícia Militar, CONSEG's e alguns órgãos municipais, o que demandava repercussão dos assuntos na reunião ordinária, para monitoramento e cobrança.

Talvez o envolvimento de agentes comunitários de saúde e endemias, levasse a maior em mobilização comunitária e produção de conhecimento sobre as dinâmicas locais de violência e criminalidade. Com efeito, estes profissionais tem contato direto com a população mais carente e o campo da saúde, além de melhor estruturado que o da segurança pública, é fortemente afetado pelos crimes praticados. A participação de tais servidores públicos nas reuniões poderia catalisar a participação popular e municiar as instituições parceiras de informações que municiassem o tomador de decisão.

Além de resolução de problemas pontuais, as reuniões ajudam na construção participativa de políticas públicas e ações que os previnam e/ou minorem a violência, merecendo destaque a Polícia Militar elencou a reativação dos CONSEG's e ausculta da população como um dos fatores responsáveis pelo melhor planejamento operacional e patrulhamento que culminaram com a grande redução de CVLI no município de Serrinha já mencionada no item 4.3.

Assim como foi referido quando da análise dos CONSEG's, a baixa participação da comunidade em canais para ela estabelecidos pelos poderes públicos ocorreu no caso pesquisado, conforme também indicam Zavataro (2006) e Silva (2005).

Válidas também nesse ponto as ponderações de Freitas (2015), Klaus (2007) e Saporì (2007 e 2009) no sentido de que a participação cidadã nos assuntos relacionados a segurança pública ainda não é a ideal. Iniciativas como a do CISP vão na linha de uma governança democrática na área, pelo menos abrindo espaços para que a sociedade civil organizada interfira na agenda e formulação das políticas de segurança pública. O quadro 10 apresenta uma síntese das ações com relação às reuniões comunitárias.

Quadro 10 – Reuniões nas Comunidades

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Aproximação das instituições com a comunidade sobretudo CONSEG, PM e MP; • Subsídio de informações para planejamento institucional; • Melhora na imagem dos órgãos que compareciam aos encontros; • Construção participativa de políticas públicas; • Melhora de eficiência na prestação de serviços públicos; • Possível contribuição na redução de homicídios (dados da PM) 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à participação popular; • Maior articulação com CONSEG e associações comunitárias; • Articulação com agentes comunitários de saúde e endemias; • Estimular os demais parceiros a comparecerem às reuniões; • Maior monitoramento do CISP dos encaminhamentos aos órgãos.

6.9 OUTRAS INICIATIVAS DO CISP/SISAL

Além dos assuntos pontuais sobre policiamento em determinadas áreas (ronda rural, escolar etc), poluição sonora, falta de pessoal e estrutura dos prédios das polícias locais e carceragem, inauguração do Distrito Integrado de Segurança Pública (DISEP), provocação dos órgãos públicos municipais sobre programas e projetos para a juventude nas áreas de educação integral, cultura, esporte, lazer etc, diversas outras iniciativas ocorreram especificamente no CISP/Sisal, não ocorrendo nos demais comitês regionais, como disque

denúncia local, implantação de fundo e conselho municipal antidrogas, plano municipal de prevenção de violência (iniciativa atrelada à análise de CVLI, como visto), Projeto Paz e Cidadania e análise de acidentes de trânsito.

6.9.1 Disque-denúncia local

Representantes do 16º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Serrinha (área composta por quase 20 municípios), se queixavam que o disque-denúncia da Secretaria de Segurança Pública enviava poucos informes locais, ainda assim centralizado na Polícia Civil, para fins de investigação, não permitindo que a PM as utilizasse em seu planejamento de policiamento ostensivo e, até, para fins de investigação, em parceria com o Ministério Público, já que a Polícia Civil, por carência de pessoal e outras circunstâncias, realizava pouquíssimas investigações.

Foram citados exemplo bem-sucedidos em Riachão do Jacuípe e outras cidades, onde havia uma parceria com as Prefeituras locais para cessão de servidores, uma estrutura de uma linha telefônica, um atendente por turno, instalações físicas, treinamento de *call center*, dois computadores por central seria suficiente. Também deveria ser realizada ampla campanha publicitária para que as denúncias ocorressem. Seriam também criadas bases em Serrinha, Araci, Coité e reativação da base em Riachão do Jacuípe. Contudo, apenas a base de Serrinha foi implantada.

Em seguida, foram realizadas reuniões entre representantes do Ministério Público, Polícia Militar e Prefeituras de Serrinha, Barrocas e Biritinga para a viabilização da iniciativa. Ocorreram audiências públicas nos bairros (aproveitando-se das reuniões nas comunidades), campanha publicitária, inclusive com divulgação do número do disque denúncia. O CDL disponibilizou uma gráfica para realizar as impressões dos primeiros *folders* e adesivos da campanha de forma gratuita, devendo ser fornecido o material.

A sede do disque-denúncia passou a funcionar anexo no quartel do 16º Batalhão. As prefeituras se comprometeram a contribuir da seguinte forma: a) Biritinga: dois computadores e uma servidora; b) Barrocas: apoio na estrutura e um servidor; c) Serrinha: dois servidores e estrutura mobiliária. O CONSEG SUL utilizou recursos oriundos de transação penal e outras fontes e custeou a instalação e contas mensais da linha telefônica (75) 3261-6030.

Os servidores foram capacitados pela própria PM, num estágio junto ao atendimento das chamadas urgentes – 190.

Houve atraso das prefeituras e estas cumpriram parcialmente suas promessas ajustadas em reunião. O atendimento não pôde ser realizado 24 horas por dia, como idealizado, mas em horário administrativo.

Todos entenderam necessária a confecção dos outdoors, para divulgação do início da campanha publicitária no município. A Prefeitura de Serrinha também se comprometeu a divulgar esta e outras iniciativas do CISP através carros de som, rádio e outras mídias. Houve também propostas de um vereador no sentido de obrigar os veículos contratados pela Prefeitura de Serrinha a ostentar adesivos, divulgando a iniciativa, mas o material pesquisado não informa se o projeto converteu-se em lei e/ou foi implementado.

No segundo semestre de 2015 foram distribuídos cerca de 200 adesivos em blitzes educativas de trânsito, com participação do Conselho Tutelar, Guarda Municipal, Coordenação de Trânsito e CONSEGS; em seguida foi depois realizada uma coletiva com a imprensa local para divulgação da iniciativa, bem assim concedidas entrevistas nas rádios por integrantes da PM. O número do disque-denúncia foi estampado também nas placas de sinalização do videomonitoramento.

Após a divulgação, constatou-se um aumento de ligações para o disque denúncia durante o mês de setembro de 2015, 31 sobre drogas, duas de poluição sonora, dois de estupro, uma de roubo de carga, uma de cárcere privado e uma de maus tratos. Foi criado e divulgado também um número de *whatsapp* para que a população pudesse informar a Polícia sobre práticas criminosas.

A PM informou em novembro de 2015 que cerca de 60% das denúncias se referiam a drogas. Sempre é realizada uma averiguação preliminar das informações e feito encaminhamento à Polícia Civil e ao Ministério Público para apuração, utilizando ainda a PM os dados no seu planejamento operacional, sobretudo de policiamento ostensivo. Foram relatadas ainda denúncias relativas ao meio ambiente, inclusive crimes contra a fauna, encaminhadas à Secretaria de Meio Ambiente de Serrinha, que vem atuando em parceria. Além disso, a PM pontuou que houve um aumento de casos mais graves relacionados a violência doméstica contra a mulher. Por fim, a PM informou ter realizado uma prisão de uma pessoa com mandado em aberto após informe via disque-denúncia.

O serviço ficou sem funcionar alguns dias por conta de atraso no pagamento da conta telefônica, a cargo do CONSEG, que alegou pendências perante bancos como justificativa.

Em julho de 2016 a PM passou a realizar relatórios semanais sobre as informações colhidas no disque-denúncia, que àquela altura tinha como principais assuntos a poluição sonora e as drogas, nos bairros Oséas, URBIS e CASEB. Com as informações teriam sido planejadas operações da Polícia Militar.

A ausência da Polícia Civil nas reuniões do CISP, bem assim sua baixíssima atuação em investigações, foi uma das razões da própria criação do disque-denúncia e das operações articuladas entre a PM e o MP. Pelos contatos informais com os Delegados de Polícia local foram apresentadas como justificativas para tal situação a falta de policiais, inclusive tendo o Delegado Titular que substituir na cidade de Barrocas, mesmo não tendo nenhum dos quatro plantonistas previstos na Delegacia de Serrinha. Os contatos com a população e atores dos inquéritos policiais e processos criminais deram ao pesquisador elementos para se investigar, acionar judicialmente e conseguir o afastamento das funções de dois agentes policiais civis locais, inclusive o Chefe do Serviço de Investigações, o que, aliado à falta de pessoal, talvez tenha contribuído para a pequena quantidade e ineficiência das investigações da Polícia Civil. É possível supor que esse seja também um dos fatores que constrangeram o engajamento da Polícia Civil no CISP/Sisal.

Algumas operações da Polícia Militar e Ministério Público, especialmente de combate ao tráfico de drogas, foram realizadas através das informações colhidas no disque-denúncia, checadas e objeto de investigação formalizada. A iniciativa, como visto, tentou minimizar os efeitos da falta de articulação dos demais integrantes do CISP/Sisal com a Polícia Civil. O representante da PM faz um resumo da iniciativa, relata sua situação atual e as providências da PM com base nos informes:

Um outro projeto foi o disque denúncia, também gestado através dos conselhos comunitários, e esse disque denúncia foi instalado na polícia militar, onde nós tínhamos funcionários Públicos cedido pelas Prefeituras, eles faziam esse atendimento de acordo com as necessidades. Essas necessidades eram repassadas no que coubesse à Polícia Militar ou que coubesse a área de investigação a gente fazia esse compartilhamento dessas informações. Nos últimos meses tivemos algumas dificuldades técnicas referentes a telefone pela mudança do próprio batalhão, e a gente viu que no ano de 2017 será necessário dar uma implementada em alguns quesitos. Houve uma queda nas ligações do disque denúncia, a gente entendeu claramente que é uma necessidade de fomentar a questão da ligação, mas criou-se uma alternativa que foi o Whatsapp denúncia, onde nos atrelamos ao telefone 3261-6030 que é do disque denúncia que é da própria mudança de comunicação das pessoas que deixou de ligar e passou a utilizar o whatsapp como maneira de passar sua denúncia e suas necessidades.

Fizemos algumas incursões, alguns mandados de prisões foram cumpridos em razão desse disque denúncia e hoje já funciona pra gente como um balizador, exemplo: nos catalogamos todo tipo de denúncia separa por tipo de ocorrência, o carro-chefe hoje é poluição sonora e tráfico de droga. Então nós montamos um policiamento

ordinário com foco em “x” bairro ou “y” bairro, a partir também das denúncias que chegam através desse telefone que é o disque denúncia.

Como se vê, a ação foi uma articulação de diversos integrantes do CISP, com cessão de servidores e disponibilização de computador e material de apoio. A divulgação também foi interinstitucional, inclusive através de outras ações do comitê (placas do videomonitoramento). Durante a ação, percebeu-se que a demanda era proporcional à divulgação, a qual, portanto, necessitava ser constante. Foi criado o “*whatsapp*-denúncia”, já que boa parte das comunicações atualmente ocorre por esse meio digital.

A elaboração de relatórios semanais por parte da Polícia Militar permite o acompanhamento da iniciativa, que ajuda no planejamento de ações, prisões e apreensões de drogas e armas por parte desta instituição, bem assim a realização de operações conjuntas com o Ministério Público.

Foram observados como constrangimentos o fato de as prefeituras atrasarem no envio de equipamentos e disponibilização de servidores com perfil adequado para a ação e a falta de participação da Polícia Civil, já que muitas informações colhidas no disque-denúncia se referiam a fatos sob investigação que, embora encaminhados a este órgão, não mereciam o retorno para as demais instituições das diligências empreendidas.

Mais uma vez a ação coletiva é limitada pela autonomia de instituições não comprometidas com CISP.

Quadro 11 - Disque-denúncia local

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação PM, CONSEG e Prefeitura de Serrinha, Biritinga e Barrocas; • Muitas ligações após as divulgações; • Relatórios semanais; • Ajuda no planejamento de ações, prisões e apreensões de drogas e armas; • Operações conjuntas MP/PM; • Criação do Whatsapp-denúncia (PM) 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior e constante divulgação do serviço; • Maior articulação com a Prefeitura e Polícia Civil

6.9.2 Conselho e Fundo Antidrogas

Foi reproduzida em Serrinha iniciativa similar do CISP de Senhor do Bonfim e Piemonte da Chapada Diamantina - CISP/Piemonte, que culminou na criação do Conselho e Fundo Municipal Antidrogas, com participação paritária, entre sociedade civil e poder público local.

Naquela cidade do Piemonte da Chapada Diamantina havia uma entidade ligada à Igreja Batista (Ebenezer) que recebia várias pessoas que, voluntariamente, internavam-se para se tratar de problemas relacionados ao abuso de álcool e outras drogas. Esta entidade era também destinatária de várias pessoas, encaminhadas pela Justiça Criminal em razão de transação penal¹³, suspensão condicional do processo¹⁴ ou condenação em regime aberto ou pena alternativa à prisão, bem assim recebia recursos financeiros decorrentes de tais medidas alternativas.

A Ebenezer atendia apenas adultos do sexo masculino, mas possuía *knowhow* e apresentou projeto na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), órgão do Ministério da Justiça. O projeto foi bem avaliado, mas não pôde ser aprovado pela inexistência, em Senhor do Bonfim, de Fundo e Conselho Municipal sobre Drogas. Assim, o relato da Ebenezer mobilizou o CISP/Piemonte, tendo o Ministério Público pesquisado e disponibilizado para a Prefeitura Municipal para discussão e adaptação um modelo de projeto de lei que criava tais estruturas. O Prefeito de Serrinha encaminhou um projeto à Câmara de Vereadores, que o aprovou, sendo em seguida sancionado. Com a ação articulada, possibilitou-se que a Ebenezer e qualquer outra entidade similar se candidatasse a receber recursos financeiros dos Governos Federal e Estadual, além de agências de fomentos.

Diante de tal experiência, foi pauta de várias reuniões do CISP/Sisal a criação de Conselho e Fundo Municipal Antidrogas, que teve tramitação similar a Senhor do Bonfim, passando a funcionar a partir de julho de 2015.

As discussões do CISP/Sisal e Conselho Antidrogas estimularam a criação de um “Centro de Formação Cristã”, que iniciou parceria com a Prefeitura de Serrinha no atendimento de pessoas com problemas relacionados ao abuso de drogas. Foram realizadas

¹³ Acordo extrajudicial em crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, pena não superior a dois anos de prisão.

¹⁴ Proposta formulada pelo Ministério Público nos casos cuja pena mínima não ultrapassa um ano, o acusado é primário, com preenchimento de outros critérios legais.

também articulações com o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e com a entidade Grupo de Apoio Psicológico e Social de Serrinha (GAPSS).

Diante das diversas discussões sobre álcool e drogas no CISP/Sisal, foi criada uma câmara temática para o assunto em setembro de 2015, com composição inicial das Polícias Militar e Civil, CONSEGS, Conselho Antidrogas, CAPS-AD, Poder Judiciário e MP. Esse colegiado passou a também se reunir mensalmente, na primeira quinta-feira, na Câmara de Vereadores de Serrinha. Embora criado e em funcionamento, o Conselho Antidrogas ainda não havia obtido CNPJ em outubro de 2015. Por outro lado, o Centro de Formação Cristã passou a funcionar em junho e em outubro de 2015 atendia 10 pessoas, com abstinência total de álcool e droga, sendo assistido pelo CAPS AD. Segundo o Pastor da Igreja Batista responsável pela iniciativa, as famílias de Serrinha estariam mudando a concepção sobre o internamento dos dependentes químicos e passaram a procurar o Centro, deixando nomes na lista de espera por vaga. Relatou ainda que uma animosidade com comunidade onde o Centro foi instalado já havia desaparecido, após o conhecimento e conscientização sobre a ação de apoio. Informou ainda o religioso que os internos recebem terapia ocupacional, participam do programa de saúde do homem, com disponibilidade médica e odontológica pelo SUS, além de serem beneficiados com refeições.

O GAPSS teria feito um levantamento dos usuários de drogas e álcool, em alguns bairros de Serrinha, sendo obtidos os seguintes dados:

Vila de Fátima - em média 622 usuários de álcool, 200 de crack e 112 de cocaína, dentre eles 350 adolescentes, 528 jovens e 734 adultos; No bairro Treze - em média 400 usuários de álcool, 70 de crack e 80 de cocaína; dentre eles 646 adolescentes, 290 jovens e 104 adultos; Recreio - em média 328 usuários de álcool, 80 de crack e 40 de cocaína; dentre eles 200 adolescentes, 242 jovens e 286 adultos.

A entidade registrou ainda a forte atuação da facção criminosa “Katiara” nos referidos bairros, sendo enfatizado o trabalho de prevenção, bem assim de prestação de contas relacionadas a verba voltada para o combate ao crack, pela da Secretaria Municipal de Saúde e CAPS. O Secretário de Administração Jivaldo informou que o CAPS AD atende não apenas Serrinha, mas outras cinco cidades da região, e salientou seu funcionamento 24 horas por dia. A representante do Ministério Público destacou a necessidade de elaboração e implementação de projetos voltados para a juventude, sendo salientado que foi encaminhado a todos por e-mail o “Projeto Juventude e Prevenção da Violência”, do Governo Federal, em parceria com outros órgãos, que traça diretrizes para projetos de prevenção à violência entre jovens.

Foram realizadas audiências públicas na Câmara Municipal de Serrinha para apresentar o Conselho Antidroga, bem assim realizada caminhada, GAPSS, visando conscientizar a população para os problemas relacionados ao uso e abuso de drogas, contando ela, todavia, com público reduzido e sem adesão das escolas.

Os diversos estudos já referidos nesta pesquisa destacam o papel das drogas e sua criminalização na produção de violências no Brasil, como bem pondera Cerqueira (2014). A Bahia não destoa deste cenário, especialmente nos últimos 15 anos. O encarceramento em massa hoje experimentado muito se deve à aplicação da Lei 11.343/2006, que aumentou as penas para o tráfico de drogas. A superpopulação carcerária, de seu turno, criou ambiente favorável para o surgimento de diversas facções criminosas, as gangues prisionais, que controlam tráfico de drogas, armas, promovendo homicídios e outras violências (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013), inclusive na Bahia (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

É fundamental que o Estado busque outras alternativas para os problemas das drogas para além da mera repressão, da aplicação do postulado “lei e ordem”. Iniciativas envolvendo a sociedade civil, serviços públicos de saúde, assistência social etc. podem colaborar para o entendimento e encaminhamento de questões tão importantes. O CISP já colocou na agenda a questão do consumo de drogas através das iniciativas descritas, mas as articulações ainda são muito tímidas para tão complexo problema.

Quadro 12 – Ações relacionadas ao consumo de drogas

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação MP, Prefeitura (vários órgãos), Câmara de Vereadores, CONSEG's e igrejas locais • Criação de Instituições de atendimento a pessoas com problemas no abuso de álcool e outras drogas; • Acompanhamento dos atendidos pelo CAPS-AD; • Reuniões mensais em forma de Câmara Temática do CISP; • Mudança de percepção das famílias sobre o usuário de drogas, com demandas a instituições de atendimento; • Busca ativa das pessoas que poderiam ser ajudadas pela instituições; • Audiências públicas e caminhadas, visando conscientizar a população para os problemas relacionados ao uso e abuso de drogas 	<ul style="list-style-type: none"> • Discussões e elaborações de projetos de prevenção da violência voltados para a juventude; • Estimular a participação popular, das escolas e outros setores nas iniciativas

6.9.3 Projeto Paz e Cidadania

Lançado originariamente pelo CISP/Camaçari, o projeto Paz e Cidadania consiste, em síntese, na elaboração de diagnóstico preliminar de indicadores criminais, sobretudo Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos Patrimoniais (CVP), e articulação de ações das instituições componentes do comitê em uma determinada comunidade, por um prazo certo, após o que são analisados eventuais modificações estatísticas, bem assim sensação de segurança.

O projeto contém as ações inicialmente programadas, formulário que foi preenchido em reunião pelas instituições parceiras e cronograma. Foi feito um diagnóstico dos CVLI por parte das Polícias Militar e Civil, onde se constatou que dois bairros seriam os locais de vulnerabilidade de jovens à morte em Camaçari - BA. O CISP/Camaçari então entendeu necessária a realização de ações integradas das diversas instituições envolvidas com o foco específico em tais locais, com a intenção de diminuir a vulnerabilidade da população local à violência (principalmente os jovens de 12 à 19 anos, do sexo masculino e negros), bem assim aproximar a comunidade local do Poder Público, fomentando a cidadania e os sentimentos de segurança e paz. Foram previstas várias intervenções no território por parte das instituições parceiras, durante um período mínimo de seis meses. Diante da possibilidade de migração da “mancha criminal”, pontuou-se a necessidade de estabelecer outras edições do projeto em locais diversos do município, a fim e pensar na cidade como um todo, o que culminaria com a construção coletivas de um plano Municipal de Segurança Pública a partir da experiência deste bairro. Tendo por objetivo diminuir a violência nas áreas escolhidas, através da Integração de diversas Instituições e organismos sociais do Bairro, adotou-se a seguinte metodologia:

1. Realizar análise dos índices de C.V.L.I. (crimes violentos letais e intencionais) por área do Município de Camaçari, identificando sua área mais vulnerável;
2. Conhecer o Bairro e suas diversas instituições (equipamentos públicos já existentes) através de visitas técnicas;
3. Fazer um diagnóstico dos equipamentos públicos que funcionam no bairro, com preenchimento de fichas de avaliação específicas;
4. Fazer reuniões com lideranças locais com o objetivo de escuta qualificada;
5. Apresentar diagnósticos das instituições visitadas;
6. Fazer plano de ação integrado entre as instituições participantes da CISP;
 - a) Em reunião do CISP é solicitado e assumido o compromisso de que cada entidade participante apresente sugestões de como pode colaborar com o projeto apresentando-as na próxima reunião;

- b) Realizar reuniões de sensibilização - tarefa deve ser dividida entre os integrantes do CISP (por exemplo, enquanto o Coordenador do CISP realiza reunião entre os Promotores de Justiça da Regional de Camaçari, sugerindo e solicitando o engajamento no projeto e ouvindo sugestões, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, órgão vinculado à SEGOV municipal realiza reunião com os Secretários Municipais);
- d) Em reunião do CISP é apresentado esboço de plano de ação com lacunas, para ser preenchido durante o evento, quando todos os envolvidos devem apresentar ações e metas;
- 7. Acompanhar as ações e metas no período de 6 meses;
- 8. Focar no público-alvo mais vulnerável que são jovens de 12 à 19 anos do sexo masculino e negros;
- 9. Realizar avaliação das ações desenvolvidas, confrontando-as com os índices de C.V.L.I dos bairros Nova Vitória/Novo Horizonte;
- 10. Apresentar os resultados positivos e negativos do projeto.

E o CISP/Sisal colocou na agenda esse projeto em agosto/2016, sendo também discutido nas reuniões seguintes. Foi escolhido o Bairro dos Treze; disponibilizado o material aos integrantes do CISP; o fixado o prazo de seis meses da intervenção; levantamento de dados já realizado no local foi disponibilizado para análise e parâmetro na formulação do projeto; foi agendada visita à comunidade por parte dos integrantes do comitê (ata de 8 de agosto de 2016, Auditório da FUNASA).

Embora comprometidas, não compareceram à visita a Secretária Municipal de Educação e a Diretora da Escola do bairro. Até então não havia sido definidas claramente as estratégias de atuação, tendo a Polícia Militar solicitado uma reunião específica para discutir as linhas de intervenção. Foi agendado encontro para a semana seguinte, sendo convidados PM, MP, Secretarias de Administração, de Ação Social, de Educação, a Diretora da Escola Municipal Aloísio Carneiro e os Agentes Comunitários de Saúde (12 de setembro de 2016, Auditório da FUNASA). Na ocasião, foram feitas apresentações e discutido o assunto:

I.PROJETO PAZ E CIDADANIA:

Tendo sido agendada reunião na data de hoje, no mesmo horário em que haveria reunião do CISP, realizou-se reunião unificada. Foi realizada apresentação denominada “Escutando Sensivelmente os Moradores do Bairro Treze”, por Edinolia Peixinho, da SEMED. Foi debatida a necessidade dos órgãos responsáveis agirem com forma mais efetiva, a exemplo do CREAS, CRAS, CAPS, para solucionar as demandas sociais. Foi debatida a possibilidade do Projeto fomentar a organização de moradores do Bairro, para buscar efetivar o que se pretende alcançar naquela localidade. Será mantido contato com Adolfo, da Valucci, morador do bairro, e outras pessoas que tenham perfil. O sargento Jean, eleito vereador, informou que irá se empenhar para provocar debate na Câmara incentivando a atuação mais focada para os bairros mais humildes de Serrinha. Foi dito pela Promotora Núbia Rolim que é necessário encontro com a PM, para tratar de situações envolvendo as ações da PM no Bairro dos Treze” (Ata de 10 de outubro de 2016, Auditório do DISEP)

No mês seguinte o encontro registra que a Secretaria de Desenvolvimento Social havia se comprometido a realizar uma pesquisa de campo no bairro dos Treze e

posteriormente, apresentá-la com diagnóstico, ao CISP, mas não cumpriu o pactuado; relatou a visita ao local da Secretaria Municipal de Educação e da Polícia Militar” (reunião em 7 de novembro de 2016, DISEP)

Com a mudança da gestão municipal, foi necessária e ainda se encontra em curso uma nova articulação do CISP com os diversos órgãos locais, sendo o projeto entregue ao Chefe de Gabinete da Prefeitura. Foram relatados os problemas detectados na escola do bairro. O Projeto foi também encaminhado à Prefeitura, às Secretarias e Conselho Tutelar, sendo solicitado de cada órgão a apresentação, no prazo de 15 dias, de ações visando enfrentar os problemas detectados e de competência das respectivas instituições. O Secretário de Administração, presente ao encontro, comprometeu-se a iluminar ao máximo os locais mais perigosos da cidade, inclusive o Bairro Treze; disse ainda que a intenção seria priorizar esses bairros mais vulneráveis, inclusive com pavimentação, construção de praças e áreas de lazer. Foi destacado por uma vereadora a importância de implementação da “escola em tempo integral, para que as crianças possam ocupar-se com atividades educacionais, afastando-as da rua”. A Secretária de Educação informou que a ideia é estender o projeto ao maior número de escolas possível. (Ata de 6 de fevereiro de 2017, CDL).

No encontro seguinte a representante do Ministério Público relatou ações de monitoramento das demandas no bairro dos Treze, sobretudo em relação à Prefeitura, mas reclamou da falta de envolvimento das demais instituições no Projeto (ata de 6 de março de 2017, Câmara de Vereadores de Serrinha). Observa-se que, como o projeto ainda não foi sequer formulado, o Ministério Público adotou uma metodologia similar à da ação “reuniões na comunidade”, que havia sido suspensas justamente quando o CISP deliberou priorizar o bairro dos Treze, com o Projeto Paz e Cidadania.

Em abril de 2017 a falta de articulação foi novamente registrada, tendo-se decidido pela suspensão da iniciativa por falta de mobilização, bem assim retomada das reuniões na comunidade. Embora a gestão atual da prefeitura não tenha se engajado na metodologia do projeto Paz e Cidadania, houve relatos de priorização de algumas ações nas áreas de saúde e educação no bairro dos Treze; a Polícia Militar, de seu turno, levou ao referido local seu projeto PROERD, voltado à conscientização de crianças sobre os efeitos maléficos do consumo de drogas (atas de 3 de abril de 2017, CDL e 15 de maio de 2017, DISEP).

Alguns entrevistados destacaram o Projeto Paz e Cidadania como importante iniciativa de intervenção em locais vulneráveis. Os agentes confirmam que o assunto entrou na agenda, foi feito um diagnóstico preliminar por parte dos próprios órgãos do comitê, mas

não chegou a ser formulado um plano específicos, embora relatem ações isoladas lá desenvolvidas após as discussões do projeto.

O projeto, primeiro ele escolhe uma região, que tem um grau de vulnerabilidade social, e que tem um índice de violência maior. No caso específico de Serrinha foi escolhido o bairro dos Treze, que é um bairro pequeno, mas que é conhecido pela sua violência. Existe um levantamento através de associação, dos órgãos que estiverem por lá, sobre as demandas daquele bairro. E, é convocado diversos órgãos, Defensoria, Ministério Público, órgãos integrantes do CISP ou não do CISP, Secretarias municipais diversas, pra que elas levem até aquele local, um projeto social que diminua a vulnerabilidade. Então, por exemplo, a promotora de violência doméstica pode ir lá e se colocar à disposição para uma palestra com a comunidade, a respeito de violência doméstica. A gente pode convocar, se o cartório de registro civil aderir, para que naquele local, haja um mutirão de registros de nascimentos e emitir segunda via para quem não tem. Pode ser provocado órgãos de diversas naturezas que busquem diminuir aquela vulnerabilidade. Ele (o projeto) foi implantado, mas precisa de um novo pontapé. Porque, como a maior parte da atuação demanda o município, e houve uma mudança de gestão, então a gente precisa conversar mais novamente com todos eles para que haja essa adesão. O que a gente tem hoje? Temos um diagnóstico que expressa, a gente teve lá, a gente ouviu, a comunidade foi ouvida, a secretaria de educação, porque desde aquela época, a secretaria já iniciou alguns projetos. Por conta dessa provocação. Direta e indiretamente. Uma diretamente porque foi no CISP, inclusive depois desta visita, a coordenadora do projeto apresentou isso no CISP pra gente. O que foi que ela viu naquele local, mas indiretamente a gente tem conhecimento do projeto de criança fora da escola foi pra lá, e nós temos certeza que foi em função da provocação desse olhar, que a gente pediu que o município tivesse, a não ser que aquele município já tivesse sobre uma realidade visivelmente abandonada. Foi no ano passado [...] entre agosto e setembro (início do projeto). Pela grande dificuldade, pois estavam no período eleitoral, aí tínhamos que ter o maior cuidado para não ter uma conotação política. Por exemplo, um deles, uma pessoa atuante na comunidade estava candidato a vereador. Então, é difícil colocar no projeto, para que não tivesse essa projeção, conotação política. O prazo inicial é de 6 meses. A ideia é que essa comunidade tenha esse olhar ampliado pelo poder público, na questão de ser atendida, e nesse período, ser avaliado se houve uma melhora, e aí a gente pode replicar em outros lugares. Eu posso dizer que a gente vai reiniciar esse período, não dá pra gente contar como já iniciado os seis meses, porque esse período foi muito mais um diagnóstico do que uma ação. (Entrevistado 1 – MP)

Eu não participei da gênese desse projeto, tô sendo bem sincera, ouvi sendo discutido numa reunião e recebi e acompanhei tanto pelas redes sociais dos canais que a gente tem, tanto por e-mail, e aí ele corresponde em, é um projeto-piloto pegou um bairro aqui de Serrinha que é dos treze, que é um bairro vulnerável. Vulnerável sócio e economicamente, como também com relação ao número de violência. E aí se busca tanto resolver os casos de CVLI, tanto se ver o que se tem de equipamento em termo de segurança pública, de saúde, de educação. Esse é um projeto-piloto que se tem uma articulação, não posso dizer que é completa mas ela abrange mais órgãos, por que ela visita as escolas, os equipamentos de saúde, CRAS, CREAS para traçar um perfil daquele bairro dos treze. Não só para tratar o sintoma que é quando se chega a violência as vias de fato, mas tratar a gênese do problema. O que é que falta nos bairros dos treze? O que essa vulnerabilidade pode esta, o que a falta do equipamento de saúde da escola pode tá impactando nos números de CVLI? Nos índices de violência? Na ociosidade da juventude? Então eu acredito é interessante sim, e que tem diversos órgãos, secretaria, centro de referencia da mulher, várias secretarias participando, CISP, tem sido uma medida que tem mobilizado muita gente. (Entrevistado 4 – CEAPA)

Um outro projeto que está sendo gestado agora, tratando assim de maneira leigo seria, uma ação social mais perene em algum bairro. Foi pensado no bairro dos Treze aqui em Serrinha onde a Polícia Militar daria uma atenção diferenciada, o Ministério Público, as ações sociais da Prefeitura Municipal para que a gente escolhesse um bairro carente e esse bairro carente fosse tratado como um projeto-piloto e a partir daí com resultados positivos, fossem disseminados por todo o município. Então, esse foi no fim de 2016 esse projeto, e a gente pretende que em 2017 seja um dos focos do trabalho do comitê. (Entrevistado 5 – PM)

O projeto entrou na agenda do CISP, como visto, mas as articulações ainda não foram capazes de provocar o diagnóstico do bairro dos Treze, para definição das propostas de soluções dos problemas - formulação da política. O período eleitoral, fim do segundo mandato do gestor anterior e assunção ao cargo de Prefeito pertencente a outro espectro político-ideológico, e pouco tempo de discussões, contribuiu para que o projeto ainda não avançasse no ciclo da política pública referido por Souza (2006).

Importe ressaltar, também, que este projeto demanda uma articulação de diversos órgãos integrantes do CISP e de fora dele, sobretudo órgãos municipais, cujos gestores estão há pouco tempo nos cargos, como visto. É preciso um esforço adicional dos integrantes do CISP/Sisal já engajados, no sentido de convencer o Prefeito Municipal e outros dirigentes da relevância desta ação coletiva. O desenvolvimento de outras ações articuladas como análise de CVLI, discussões sobre o Plano Municipal de Segurança Pública, reuniões nas comunidades poderão subsidiar na formulação, tomada de decisão e implementação do projeto Paz e Cidadania.

Em síntese:

Quadro 13 – Projeto Paz e Cidadania

PONTOS POSITIVOS	PONTOS PARA MELHORA
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização da necessidade de intensificação, articulação e integração das ações interinstitucionais em locais com maior vulnerabilidade social e criminal 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior discussão e articulação dos integrantes do CISP

6.10 POSIÇÃO SOCIAL E PERCEPÇÃO DOS AGENTES SOBRE SUA ATUAÇÃO

O quadro 14 sistematiza as posições sociais dos integrantes do CISP entrevistados.

Quadro 14 - Principais características dos agentes entrevistados em relação a ocupação, atividade político-partidária, comunitária, opção religiosa, origem social dos pais, 2017

Agente	Função/ocupação	Participação comunitária prévia ou atual	Atividade político-partidária	Religião	Origem social	Idade	sexo
MPBA	Promotora de Justiça Ensino Superior/Direito Mora em Serrinha	Pastoral, após o CISP	Não	Católica Praticante	Comerciantes com ascensão econômica Ensino Fundamental Incompleto	42	F
CONSEG	Coordenador de Endemias do Ministério da Saúde Ensino Superior Incompleto/ Administração Mora em Serrinha	Presidente de Associações de Bairros e de Conselhos Municipais do Idoso e Assistência Social	Integrante do PSD	Católico Praticante	Pequenos Comerciantes Ensino Fundamental Completo	60	M
SMTT	Guarda Municipal Ensino Superior/Geografia Mora em Serrinha	Associações de Bairro	Dirigente do PT	Católico Praticante	Lavradores Leem e escrevem (sem instrução formal)	35	M
CEAPA	Assistente Social Ensino Superior/Serviço Social e Gestão Pública Coordenadora da CEAPA/Serrinha Mora em Serrinha	Militante dos Movimentos Feminista, Negro e contra a Violência Doméstica	Não	Sem religião formal/ Religiosidade e Ideologia anti-institucional Criação Kerdecista e Católica	Pai Comerciante, Ensino Médio de Contabilidade, Técnico em Informática em Banco Mãe Contadora, nível superior, trabalhou nos Correios	30	F
PM	Oficial da Policial Militar Ensino Superior/Matemática Capitão da PM/ Coordenador de Planejamento Operacional Mora em Serrinha	Reuniões em comunidades em Conceição do Coité	Não	Católico	Pai pedreiro, Ensino Fundamental Completo Mãe Zeladora da escola e Nível Médio (concluído quando entrevistado era adolescente)	41	M
DPT	Policia Técnico Estadual Ensino Superior/Física; Mestrado em Petróleo e Gás Coordenador do DPT/Serrinha Mora em Serrinha	Não	Integrante do PT em Araci	Católico de formação, afastado da igreja	Pais Professores, com formação de Nível Médio, Aposentados	37	M
Secretaria de Administração	Professor Municipal Ensino Superior/Pedagogia (nível médio em magistério) Várias Especializações na Área de Educação. Ex-Secnhjretário de Administração Mora em Serrinha	Reuniões em Comunidades e Educação no Campo	Integrante do PT	Católico de formação, hoje com outras compreensões; considera-se católico por não pertencer formalmente a outra religião	Pais Lavradores e Analfabetos	41	M

Todos os entrevistados são servidores públicos, com formação superior. Apenas um deles não tem participação comunitária. Observou-se também que a participação político-partidária dos membros esteve muito próxima do grupo político do Prefeito Municipal, à exceção dos agentes proibidos por lei (MP e PM) e da representante da CEAPA; os entrevistados tem formação católica e nível educacional superior ao dos pais; encontram-se na faixa etária compreendida entre 30 e 42 anos, menos o representante da comunidade que possui 60 anos; quase todos os entrevistados moram em Serrinha (um mora em Conceição do Coité, há apenas 36 km). Os agentes estão situados em posições sociais próximas no campo burocrático da defesa social, o que pode ter favorecido comunhão de propósitos no âmbito do CISP/Sisal. (Quadro 14).

A pesquisa investigou também a percepção dos agentes do CISP/Sisal sobre sua atuação, especialmente sobre benefícios do comitê à instituição a que pertencem, ao cidadão, os incentivos e constrangimentos à articulação e integração das ações do coletivo, bem assim as facilidades e dificuldades no trabalho em relação à violência. Estes estão sistematizados no quadro 15.

Quadro 15 - Percepção dos agentes sobre a atuação do CISP Sisal, 2017.

Entidade	Benefícios Institucionais	Benefícios Pessoais	Incentivos	Constrangimentos
MP	a) redução de CVLI b) melhora na comunicação c) interinstitucional d) maior eficiência da polícia e) divulgação dos órgãos	a) mesmos ganhos institucionais; b) diminuição da poluição sonora	a) contado direto dos órgãos facilita resolver os problemas, contribuindo para a articulação e integração b) conhecimento das potencialidades e dificuldades dos outros órgãos	a) falta de compromisso da Polícia Civil b) falta de compromisso da nova gestão municipal
CONSEG	a) reativação do CONSEG b) divulgação em áreas de maior risco c) melhora no relacionamento com a comunidade d) maior acesso aos presidentes de associações e) maior representatividade do CONSEG	a) melhora das condições de violência nos bairros e comunidades; b) visita periódica da Polícia Militar nas escolas; c) pronto atendimento quando há chamada por telefone	a) disposição dos parceiros em ouvir os problemas de cada um b) união das ideias na busca de consensos	a) falta de “pessoas de referência” da atual gestão da Prefeitura Municipal

Entidade	Benefícios Institucionais	Benefícios Pessoais	Incentivos	Constrangimentos
SEPERINTE NDÊNCIA DE TRÂNSITO	a) caráter intersetorial dos participantes b) alto nível dos participantes, com acúmulo de conhecimento em diversas áreas c) diversidades de visões sobre o mesmo tema d) projetos de trânsito foram baseados em discussões do CISP e) conscientização que várias ações de trânsito são preventivas de violências f) articulação da SMTT com Conselho Tutelar e PM, na questão dos ciclomotores conduzidos por adolescentes	a) mesmos ganhos institucionais	a) “o interesse [...] em mudar a realidade da violência b) responsabilidade dos funcionários públicos	a) ausência da Universidade nas discussões b) falta de compromisso de alguns órgãos parceiros c) falta de apoio dos meios de comunicações locais, d) ausência da comunidade nas discussões e) falta de recursos financeiros e operacionais para as diversas ações e companhias que foram desencadeadas no CISP.
CEAPA	a) abertura de espaço para órgão “estranho” à segurança pública b) divulgação da CEAPA c) articulação com CONSEG: prestações pecuniárias para o videomonitoramento	a) mesmos ganhos institucionais; b) diálogo interinstitucional c) maior sensibilização do policiamento ostensivo d) Ronda Maria da Penha e) videomonitoramento f) maior sensação de segurança dos pedestres e toda a cidade.	a) meios eletrônicos de comunicação b) boa organização dos encontros, com lavratura de atas e encaminhamento por e-mail	a) falta de conhecimento da sociedade sobre as penas alternativas b) demanda punitiva da sociedade c) tentativa de alguns representantes fazer prevalecer seus pontos de vistas morais sobre discussões que deveriam ser técnicas
CONSEG	a) divulgação da PM como parte “Corrente do Bem” da sociedade b) interação com a comunidade, sociedade, MP e Poder Judiciário c) expansão das ações da PM d) obtenção de informações das aspirações dos cidadãos para o planejamento	a) contato direto com policial militar que trabalha na comunidade b) videomonitoramento e outras ações liberaram policiais do centro regiões periféricas; c) melhora do atendimento ao cidadão	a) igual peso de cada instituição no comitê b) noção de pertencimento das instituições ao coletivo, com fortalecimento de laços c) contato com demais órgãos e comunidade.	a) falta de alinhamento dos propósitos, em alguns casos b) dinamicidade dos fenômenos das violências c) desigualdades sociais como fator importante na produção de criminalidade
DPT	a) interlocução MP, PM, PC e sociedade	a) discussão e estudos sobre	NR	a) tradicional insulamento das

Entidade	Benefícios Institucionais	Benefícios Pessoais	Incentivos	Constrangimentos
	b) ausculta do cidadão c) melhora no direcionamento do trabalho	violência beneficiam todos os cidadãos		instituições de defesa social e justiça criminal
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	a) melhora geral na segurança pública b) melhora na atuação do órgão de trânsito c) melhora na atuação da Guarda Municipal d) melhora na sensação de segurança do cidadão serrinhense	a) aprendizado em várias áreas	a) a busca do objetivo comum de melhorias para o município b) construção de consensos c) visões intersetoriais podem colaborar para a melhoria de indicadores sociais	a) falta de participação de alguns integrantes nas reuniões b) falta de sistematização das ações do Comitê, destacando que a universidade não se somou a tal esforço

A representante do Ministério Público entendeu que sua instituição se beneficiou com as ações do CISP com a redução de alguns índices, como o CVLI reduzido, já que o MP também trabalha também para a prevenção do crime; relata uma melhora na comunicação interinstitucional, já que muitos assuntos são resolvidos com um mero telefonema; diz que as reuniões têm discutido uma atuação mais eficiente da polícia, evitando questionamentos judiciais. Ressalta que o CISP também ajudou a divulgar o trabalho de seu órgão aos demais, bem assim à comunidade, sendo as reuniões mensais um importante canal.

Para o integrante do CONSEG, a instituição se beneficiou muito com as ações do CISP, que ajudou na divulgação do Conselho Comunitário, principalmente nas áreas de maior de risco na cidade, como Cidade Nova, Conjunto Vista Alegre, Novo Horizonte, Vila de Fátima. Diz que hoje o CONSEG tem um relacionamento bom com a comunidade, acesso aos presidentes de associações locais e que recentemente o CONSEG teve a participação de 27 associações no processo eleitoral que escolheu a nova diretoria.

O coordenador de trânsito diz que a SMTT se beneficiou das ações do CISP em razão do alto nível e caráter intersetorial dos participantes das reuniões: “acúmulo de conhecimento em diversas áreas”. Destaca a diversidade de visões sobre o mesmo tema, que a interinstitucionalidade proporciona, considerando que se trata de “um espaço de muito aprendizado”. Diz que vários projetos da coordenação de trânsito foram baseados em discussões realizadas no CISP, como “um projeto de mobilidade urbana que perpassava pelas faixas de pedestres, pelas travessias elevadas, uma série de ações [...] que foram discutidas bastante dentro do CISP e ali, a gente entendeu que era uma ação de prevenção à violência” (não mera ação de ordenamento de tráfego), como ações de sinalização, de diminuição de velocidade dos veículos etc. No CISP se discutiu muito a questão dos ciclomotores, que

As entrevistas mostram convergência de percepções entre benefícios institucionais, coletivos e pessoais, na medida em que, na visão dos representantes, as ações desenvolvidas no âmbito do CISP beneficiam, a um só tempo, as próprias instituições e o cidadão que delas fazem parte, o que pode ser explicado pelo fato de que tais profissionais residem em Serrinha ou cidade vizinha (representante da PM: Conceição do Coité). A Promotoria de Justiça acrescentou às ações do CISP já analisadas a redução da poluição sonora no seu bairro, após algumas reuniões do comitê.

O Presidente do CONSEG avalia ter se beneficiado como cidadão com as ações do CISP, haja vista a melhora das condições de violência nos bairros e comunidades, destacando a necessidade de ser pensar no coletivo e não apenas no individual “eu me dou por satisfeito com o que já acontece, principalmente no meu bairro, a Cidade Nova, que hoje conta com visita periódica da Polícia Militar nas escolas, pronto atendimento quando há chamada por telefone, um trabalho de 'polícia cidadã'.

A integrante da CEAPA disse ainda que não ganha com a atuação do comitê só como profissional, mas como moradora de Serrinha, como cidadã. Entendeu relevante também como cidadã o fato de o CISP buscar uma maior sensibilização dos órgãos de segurança, especialmente em relação ao policiamento ostensivo através do diálogo interinstitucional, citando a Ronda Maria da Penha, que teria deixado as mulheres estão mais seguras, o videomonitoramento que contribui para a sensação de segurança dos pedestres e toda a cidade.

O policial militar ouvido destacou a ida da PM aos bairros, oportunizando ao cidadão falar de perto com quem trabalha diariamente em sua região, “essa interação, essa proximidade enquanto cidadão a gente entende [...] como uma grande ferramenta”; mencionou também que ações como o videomonitoramento pode liberar alguns policiais empregados no centro da cidade para trabalhar na região periférica, melhorando o atendimento ao cidadão.

O coordenador do DPT disse que um órgão que estuda a violência e tenta diminuí-la gera um benefício a toda a sociedade local, não apenas a um grupo pequeno da população; ou seja, os benefícios coletivos e individuais se confundem.

O Secretário de Administração disse que no campo pessoal aprendeu bastante com as discussões, o que só foi possível pela diversidade dos parceiros, o caráter intersetorial e interdisciplinar do CISP.

A Promotora de Justiça considerou que contribuem para a articulação e integração entre os órgãos o “olho no olho” dos representantes, permitindo a todos reconhecerem e reconhecer a dificuldade e potencialidade do outro. Pondera que às vezes uma instituição está reclamando da outra sem conhecer sua realidade e as ações por estas desenvolvidas. Não apenas as reuniões das instituições, mas também as nas comunidades foram importantes para esse conhecimento, já que muitas vezes presenciou o contato direto entre representantes das outras instituições com as pessoas da comunidade e percebeu como verdadeiras algumas limitações. Isso permite o apoio recíproco entre os órgãos parceiros. Como fatores que constroem a articulação e integração dos entes, citou a falta de compromisso de alguns órgãos que compõem os “elos” do sistema, como a Polícia Civil (refere falta de efetivo como possível óbice para comparecimento às reuniões) e os representantes da nova gestão da Prefeitura Municipal (a entrevista ocorreu no primeiro mês do mandato do atual prefeito). Destacou como facilidade no trabalho com a violência no CISP ter um “panorama geral, saber o que está acontecendo” e como dificuldade o fato de violência ser algo multifacetário e não haver adesões de instituições de todos os espectros que tratam do assunto.

O representante do CONSEG entende como positivo para articulação e integração do CISP a própria “união e ouvir os problemas de cada um, porque cada comunidade é vulnerável a alguma coisa e aí a gente vai somando essas ideias e tentando moldar um meio melhor de chegar”; como fator negativo citou a falta de “pessoas de referência” da atual gestão da Prefeitura Municipal, o que ocorria na gestão anterior (mandato no primeiro mês da entrevista). Reputa que a falta de educação, trabalho e vulnerabilidade dos jovens constitui a maior dificuldade no trabalho em relação a violência e criminalidade. Considera que as reuniões nos bairros tem contribuído para encaminhamentos no sentido de minimizar os problemas destacados.

O Superintendente de Trânsito considera que contribuem para articulação e integração “o interesse [...] em mudar a realidade quando se trata da violência que está instalada”, “a responsabilidade dos funcionários públicos que estão à frente de cada órgão”. Diz que “alguns participam mais, outros participam menos, mais ainda é um fator que ainda pesa bastante na integração é o grau de responsabilidade que estas pessoas tem com seus órgãos”. Como constrangimentos à ação coletiva do CISP mencionou que sente “muita falta ainda da universidade” que poderia estar mais próxima e que “a universidade teria muito a contribuir, tanto na parte de pesquisa quanto na parte de extensão”; refere a falta de apoio dos meios de comunicações locais, bem assim critica a mídia de forma geral, que “não valoriza a

discussão política, ela só traz referente a política, só referente a corrupção, só referente aquilo que não dá certo”, que “vem afastando as pessoas mais desses espaços”, “espaços de construção que as pessoas não poderiam estar se afastando”; “o CISP, também de certa forma, ele é um espaço político, ele é um espaço que há uma necessidade da participação da comunidade, mas vem havendo esse esvaziamento, mas não é só lá é nos vários espaços de contribuição da comunidade vem sendo esvaziado a cada dia”; conclui atribuindo isso “um pouco à imprensa de massa, que de certa forma vem desvalorizando demais esses espaços, esses movimentos”. No que tange a Serrinha, critica o fato de os meios de comunicações sempre estarem concentrados em mãos de poucas pessoas. Como dificuldades no trabalho com a violência citou a falta de recursos financeiros e operacionais para as diversas ações e campanhas que foram desencadeadas no CISP. Criticou, por fim, a falta de participação de agentes públicos para se engajar nos projetos.

A integrante da CEAPA disse que a internet, seja através de e-mails ou de redes sociais, como o aplicativo *whatsapp*, contribui para a articulação e integração entre os órgãos, já que alguns problemas são tratados muitas vezes em tempo real. Citou também a organização dos encontros, com lavratura de atas e encaminhamento por e-mail como facilitador da ação coletiva. Como fatores negativos, relatou a falta de conhecimento da sociedade sobre as penas alternativas, já que as pessoas ainda fazem uma ideia distorcida do trabalho da CEAPA, que não é favor, não é filantropia e as vezes essa ótica do benefício, acredito uma questão cultural, acaba prejudicando. A sociedade ainda acredita que “bandido bom é bandido morto” (LEMGRUBER, 2017) que “direitos humanos é para humanos de direitos”; acredita que não exista “uma fronteira, cidadão de bem, lado de cá, lado de lá, então a gente precisa desmistificar; isso é trazer essa questão da moralidade, os meus valores para dentro do CISP, saber que é bem complicado, isso ainda acontece, então cada órgão traz isso; inclusive, questões religiosas, isso é um problema”. Cita que as visões diferentes dificultem um pouco o diálogo, mas “eu vou endossar que o conselho atende ao que ele se propõe; que esse é um problema que nem inicia e que nem se esgota dentro do CISP”. Disse não haver facilidade no trabalho com a violência e criminalidade, ao contrário das dificuldades, que seriam várias: dificuldade de compreender que a violência, a criminalidade e a criminalização são sintomas sociais, não bastando repressão para sua resolução; a repressão trataria apenas o sintoma, não as causas da violência, e assim não resolve o problema; criticou a guerra às drogas e relata sua experiência de acompanhar pessoas condenadas por tráfico que são paupérrimas, sendo eles apenas “uma pontinha do iceberg”, já que “a gênese do problema é

muito maior”. Finaliza dizendo que “as ações do CISP são extremamente necessárias por segurança pública, mais é interessante também que os outros órgãos dialoguem e entendam a violência como um problema social; se a gente não discute, saúde, educação, lazer ocupação dos espaços, violência não diminui”; tais assuntos são tratados no CISP, mas ainda haveria resistências.

O representante da PM considerou positivo o fato de cada instituição ter igual peso no comitê, sem hierarquia, o que, na sua visão, contribuiria para articulação e integração das instituições. Isso faria com que os integrantes se considerassem parte importante da engrenagem da segurança pública, o que “fortalece os laços”, já que “todos os órgãos têm poder de voz, poder de voto, que a sua participação não é meramente fictícia”. Como fatores negativos, destaca a falta de alinhamento dos propósitos, em alguns casos. Considera que a violência é muito dinâmica, muda bastante, principalmente com relação ao trabalho da Polícia Militar, sendo imprescindível o conhecimento da comunidade sobre a importância do papel da PM. Destacou como uma das ferramentas para minorar tal problema as reuniões nas comunidades. Citou, ainda, o peso das desigualdades sociais na questão de segurança pública, gerando violência.

Para o perito do DPT constituem óbices à articulação e integração o tradicional insulamento dos órgãos de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público, que historicamente trabalha de uma forma muito isolada, bem assim a ausência de alguns destes entes às reuniões

O Secretário de Administração considera como positivo à articulação e integração o engajamento dos órgãos participantes que, mesmo com finalidades distintas, busca um “objetivo comum, que é de melhorias para o município para a cidade, então acho que esse é um dos fatores preponderantes, é o que é consenso é melhorar a qualidade de vida serrinhense, melhorar os indicadores de saúde, é melhorar os indicadores de educação, é melhorar os indicadores sociais [...], cada um com seu olhar, cada um com suas peculiaridades”. Considerou a falta de participação de alguns integrantes em todas as reuniões como constrangimento para a ação coletiva, gerando descon continuidades, porque “quando se constrói política de Estado, ela tem que ter continuidade; então esse é nosso desafio”; outro desafio seria a (falta de) “sistematização dessas ações, eu lembro que houve até uma tentativa para que a universidade ela fizesse essa sistematização desses dados, desses indicadores, e a gente não avançou bastante”. Considerou que segurança pública é sempre um desafio; a facilidade que percebeu foi o acesso às informações a partir das reuniões do comitê; já “as

dificuldades perpassam desde efetivo, a estrutura”, falta de compreensão de alguns órgãos da Prefeitura de Serrinha sobre a importância dos temas “segurança pública”, “violência” e “criminalidade”, tanto que a sugestão do CISP de que a Prefeitura criasse e implantasse um Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI) não foi levada a termo.

Além dos benefícios operacionais para as instituições onde laboram, os agentes, de modo geral, consideram diversos ganhos institucionais e coletivos como benefícios pessoais. Ideais como promoção do bem comum, discussão das potencialidades e dificuldades dos outros para fins de ajuda mútua, interesse em mudar a realidade, responsabilidade (social) dos agentes públicos, tratamento igualitário a instituições historicamente díspares e com heranças autoritárias, noção de pertencimento das instituições ao coletivo, com fortalecimento de laços, construção de consensos, dentre outras falas, denotam que os entrevistados não veem o CISP como um local de busca de ganhos meramente pessoais e institucionais, mas como verdadeiro fórum de discussão e ações com potencial de transformação social.

A ação coletiva pode ser guiada não apenas por cálculos de vantagens pessoais ou temor de sanções, mas como produto da atuação engajada de agentes implicados com a melhoria das condições de vida da população, justamente por se considerar integrantes dessa comunidade.

7 ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A análise das ações e projetos desenvolvidos, como visto, deixa evidente que o CISP/Sisal tem contribuído para articulação e integração das instituições que participam do colegiado. As entrevistas também apontam que o CISP/Sisal tem tido um papel muito importante na articulação das ações e integração dos órgãos que participam do colegiado.

A representante do Ministério Público apontou a ajuda mútua entre os órgãos, contato direto entre os agentes, o aumento da confiança interinstitucional; como constrangimento destacou a falta de adesão da Polícia Civil, segundo ela o maior óbice para a integração dos sistemas de defesa social e justiça criminal:

Tem. E é um dos grandes méritos, eu até mencionei ali, é você olho a olho num outro órgão, eu tô precisando de você agente pode melhorar em outra situação reconhece. Então a comunicação, ficou mais fácil depois do SISP. Eu sei com quem

estou falando. Tô falando com o tenente X, o capitão Y, eles sabem com quem está falando. Agora, com essa mudança de juiz, de defensor público, de postura, de visão da área criminal, a gente tem entrado em contato com esses órgãos, para que a gente melhore, pra que ele melhore, para que a gente possa dar um bom resultado daquela ação criminal.

Essa integração, esse contato mais constante, mais pessoal, aumenta a confiabilidade. E traz mais resultados que pode melhorar, expressamente no nosso CISP daqui nós temos uma dificuldade com a polícia civil. Que aí é onde quebra um pouco essa corrente, que a gente precisa formar.

(sobre as dificuldades) Não tem adesão nenhuma da polícia civil. A gente fez reunião, digamos na casa dele, na DISEP e a polícia civil não se fez presente. Isso é um elo da corrente que fragiliza as outras comunicações. Porque, tudo passa pelo Ministério Público, tudo passa pela polícia civil. (Entrevistado 1 – MP)

O CONSEG exemplifica as articulações dos órgãos nas iniciativas relacionadas a violência doméstica e o projeto do videomonitoramento. O integrante do órgão local de trânsito menciona campanhas educativas do órgão, inclusive palestras em escolas, que foram desencadeadas após discussões no CISP, onde os demais integrantes apresentaram sugestões, que foram incorporadas nas ações; faltou das análises de CVLI por parte da Polícia Militar, com a participação de todos; o projeto do videomonitoramento, as reuniões mensais nas comunidades, quando lhe chamou atenção que os problemas de iluminação normalmente levantados contribuíam para o aumento de delitos, algo que lhe era desconhecido – produção de conhecimento intersetorial; efeito positivo não previsto quando da implantação do comitê. Finalizou enfatizando que o CISP, na sua opinião, promoveu um maior contato do órgão de trânsito com as Polícias Militar e Civil que era o mais que a agente trabalhava em conjunto, essa relação melhorou essa aproximação. (Entrevistado 3 – SMTT).

Já a representante da CEAPA considerou como exemplos de articulação e integração as ações pontuais, reuniões, câmeras temáticas e os diversos projetos citados (Entrevistado 4 – CEAPA).

A Polícia Militar considerou a reativação e implantação dos CONSEG's e o videomonitoramento como ações promotoras de articulação e integração, ressaltando que a harmonização da atuação das diversas instituições é algo muito difícil, mas isso foi minorado com o CISP:

Alguns conselhos comunitários, como eu disse a experiência de ter vivido o conselho comunitário em Conceição do Coité, o CISP deu um calor, um oxigênio aos conselhos comunitários de Serrinha. Ideias foram gestadas no CISP, com a junção de todas as entidades a gente percebe que elas avançaram. Um carro-chefe que foi nosso sistema de monitoramento que foi avançando, à medida que outras formas outras pessoas trouxeram sua contribuição, essas coisas passaram a virar realidade.

[...] Lidar com pessoas, lidar com órgãos, lidar com atividades diferentes não é algo simples. E a gente percebeu que nessas reuniões mensais esses laços ficaram mais

estritos, pessoas gerentes desses órgãos a gente passou a ter um relacionamento mais próximos e isso traz uma celeridade maior nas nossas atividades. (Entrevistado 5 – PM)

O coordenador do DPT utilizou as peculiaridades de sua instituição para concluir que o CISP promove articulação e integração, lamentando a ausência de algumas instituições às reuniões:

A gente faz visitas nos bairros, a gente ouve os problemas de cada local, eu acho isso superimportante, pra mim foi uma coisa inédita. Acho que não teria uma fórmula de eu conseguir ouvir a população. O DPT é muito um trabalho de bastidor. Então, a gente não tem muito esse contato, não é como uma delegacia que você tá ali para ouvir a pessoa. A pessoa chega aqui, se veio para um exame médico, o médico ouve ali e muita coisa é voltada para aquela agressão ali. E no caso da perícia criminal, menos ainda, a (perícia) de local de homicídio, de crimes contra o patrimônio, mas a gente não ouve a população. A gente não ouve os anseios deles, a gente vai lá e faz um trabalho muito técnico. Então, pra mim, foi uma oportunidade de ouvir as pessoas. Então a gente vai nesses bairros, geralmente a cada mês se escolhe um bairro ou uma região da cidade, e lá a gente vai ver as pessoas. Foram feitas também outras ações com referência ao dia da mulher, como também as câmaras temáticas assim que a gente procura ouvir as pessoas.

Eu vou até voltar a minha situação, eu trabalho na polícia técnica como todos sabem, é uma da integrante das três polícias que apoiam a SSP/BA. A gente não tem outro espaço de discussão, a gente deveria ter um espaço para sentar e Polícia Militar, Polícia Civil, DPT de tempos em tempos pelo menos. Mas não há. Então assim. Nesse local, é onde a gente tem a oportunidade de ouvir. Em meio de uma reunião, um Policial Militar sempre procura o DPT, ou alguém da Polícia Civil para poder passar algum tipo de problema que está acontecendo, o que pode melhorar ou até mesmo, fazer sugestões. Então assim, acho que promove sim. Eu acho que a ideia é boa, mas não promove tanto, eu vejo assim muita ausência de algumas instituições que não frequentam como deveriam, e isto dificulta um pouco. (Entrevistado 6 – DPT)

O Secretário de Administração citou os projetos de videomonitoramento, reuniões nos bairros e Paz e Cidadania como exemplos de articulação e integração de ações por parte do CISP. Considerou que mesmo ações isoladas, a cargo da prefeitura, eram executadas de forma intersetorial, coletiva, pois objeto de discussão e sugestões no comitê:

Eu diria em dois momentos mais especificamente, um foi o qual eu mencionei, na realização dessa ação do videomonitoramento, eu acho que essa foi uma articulação de uma ação importante, e a outra foi um projeto que não conseguiu se materializar ainda, eu espero que os próximos componentes possam continuar pautando esse projeto, foi uma experiência apresentado pela doutora Núbia enquanto coordenadora do CISP, que foi desenvolver o projeto paz e cidadania, na comunidade chamada Bairro dos Treze. Então nós tivemos lá, fomos em loco, visitamos a escola municipal a Aloísio Carneiro, fomos na comunidade apresentou-se a proposta, em que qual era a ideia, envolver outros segmentos não só o poder público, mais outros seguimentos da sociedade de Serrinha e pudesse desenvolver outro projeto ali intersetorial, e obviamente que um projeto embrionário, não foi implantado ainda mais eu acredito que possa está sendo pauta nos próximos períodos para o CISP, que eu percebi que era um projeto relevante, sobretudo, para a questão social daquela comunidade a qual o projeto pretende se desenvolver.

Eu acredito que o CISP, ele apresentava em suas reuniões várias problemáticas, digamos a problemática do trânsito, ela era abordada, então aí se tirava os encaminhamentos para poder fazer por exemplo a explanação dos dados, voltados aos acidentes da cidade, as ações que eram realizadas no tocante a mobilidade urbana. Então essa não é uma ação apenas do poder público. O poder público executava, mais era uma ação que era ensejada pelos membros do comitê. Porque quando um sugeria é importante fazer a sinalização vertical, o outro colocava que é importante fazer rampas na cidade, melhorar a sinalização da cidade. Então eu entendo que essas ações não eram ações isoladas, mesmo sendo executada pelo poder público era uma ação pensada de forma conjunta, de forma intersetorial, porque a ação ela não se dá do nada, para ela se concretizar ela parte de um pressuposto e as vezes o pressuposto é um debate, são as sugestões, opiniões e o CISP ele tem na minha opinião esse caráter de sugerir de apontar de objetivar junto ao poder público sobretudo mais com a participação da sociedade civil a realizações de ações. Então essas ações de certo modo contribuíram significativamente para os membros que estavam compondo o CISP. (Entrevistado 7 – Prefeitura)

Os entrevistados, como visto, foram, unânimes, quanto ao fato de o colegiado ter contribuído para maior articulação e integração dos organismos policiais, integrantes do sistema de justiça criminal, demais órgãos públicos responsáveis por políticas sociais básicas e a própria comunidade.

A forma como as ações ocorreram, conforme descrição já empreendida, deixa evidente, também, a articulação. O diálogo franqueado a todos os participantes, o reconhecimento de que cada parte da engrenagem, sozinha, não daria conta da melhora da segurança pública e a própria precariedade dos órgãos, criaram ambiente favorável para sua articulação e integração dentre aqueles que de fato participaram.

As atas e o silêncio nas entrevistas evidenciam a pouca participação do Poder Judiciário nas atividades do CISP/Sisal. É possível especular como possíveis razões para esse afastamento as constantes remoções de juízes que ocorreram no período analisado em Serrinha, a cultura procedimental e formal dos magistrados, que somada ao grande volume de processos desestimula a participação em eventos em locais diversos do Fórum; tudo a conspirar para a consolidação de uma postura isolacionista, até em função da necessária imparcialidade, diante da possibilidade de judicialização de conflitos interinstitucionais.

As análises específicas das ações e projetos no capítulo 6 traz ainda mais elementos para se concluir que o comitê contribuiu significativamente para a articulação e integração dos órgãos que efetivamente participavam do colegiado, embora pudessem e ainda possam avançar em diversos aspectos.

Com efeito, as análises de CVLI e reuniões nas comunidades possibilitaram que a PM articulasse com o MP, CONSEG, Guarda Municipal e outros órgãos, integrando ações. Como já ressaltado, houve entre 2013 e 2016 uma queda de 55% dos homicídios em Serrinha,

a qual é atribuída em grande medida, pelos policiais militares, a diversas ações integradas de prevenção: análise conjunta de CVLI, reativação de CONSEG, integração da Guarda Municipal, proibição dos “paredões” e outras ações de combate a poluição sonora por parte do poder público local. É certo que somente estudos específicos poderão apontar com maior segurança as contribuições isoladas e coletivas para a queda do indicador, mas as informações dos agentes não podem ser desprezadas como uma explicação, pelo menos parcial, para o fenômeno. Neste ponto há ainda uma necessidade de maior articulação do CISP com a UNEB e outros centros universitários, com vistas à realização de estudos sobre violência e criminalidade, bem assim na elaboração de planos e projetos. Imprescindível, também, a retomada das articulações com a Polícia Civil, que agora conta com maior efetivo, a fim de trazê-la para as discussões e ações do CISP; especificamente em relação a CVLI, pois o aumento no índice de elucidação de homicídios poderá contribuir para a diminuição da sensação de impunidade, bem assim redução ainda maior de ocorrências, haja vista que vários autores de homicídio são contumazes em tal prática.

A Ronda Maria da Penha foi grande exemplo de articulação e integração de ações, pois o Ministério Público levantou os casos, a PM, o DANDARA e as profissionais da CEAPA passaram a acompanhar as mulheres vítimas de violência doméstica e beneficiárias de medidas protetivas de urgência. O acompanhamento permitiu subsidiar o MP em pedidos de revogação da medida, por conciliações do casal e outras causas que evidenciavam sua desnecessidade e de prisão preventiva, no caso de descumprimento voluntário das obrigações. O Poder Judiciário passou a contar com “fiscais qualificados” de suas decisões. Houve também um efeito positivo não previsto, como a mudança de percepção dos peritos criminais quanto ao fenômeno da violência doméstica. Foram detectados, também, diversos constrangimentos para o êxito dessa ação coletiva, como a falta de efetivo específico, viaturas e equipamentos da PM, e as descontinuidades das intervenções em razão de conjunturas políticas. As iniciativas voltadas para o público masculino (curso, palestras, acompanhamento) não chegaram a ser implementadas com regularidade, restringindo-se a alguns poucos encontros e, ainda assim, relativos aos cumpridores de medidas alternativas por parte da CEAPA. Isso se deve, em grande medida, ao fato de a Secretaria de Ação Social, que não participava regularmente das reuniões do comitê, não cumprir o pactuado, bem assim pela circunstância de o CISP não ter monitorado adequadamente essa ação, até em função de diversas outras iniciativas que estavam em curso e com relativo êxito.

As profissionais da CEAPA se engajaram, como visto, nas iniciativas relacionadas a violência doméstica e a entidade foi responsável por uma grande quantidade de repasses de prestações pecuniárias para o projeto de videomonitoramento. Mas a linha de ação desse órgão, focada no acompanhamento de cumprimento de medida alternativa penal, com foco em sua reinserção social, talvez tenha sido negligenciada pelo comitê, que não contemplou ações e projetos que fortalecessem a atuação da CEAPA. Talvez isso explique, em parte (há relatos de descentralização da atuação para outros municípios da região e diminuição do apoio municipal a suas atividades), as ausências da representante nas últimas reuniões. Seria recomendável que o CISP buscasse o retorno destes profissionais, estimulando-os a propor medidas com vista a aprofundar sua atuação no território, prestando o apoio interinstitucional necessário. Deve ser buscado o incentivo ao Poder Judiciário na priorização do encaminhamento das medidas alternativas à CEAPA.

A reativação e instalação dos CONSEG's de Serrinha, Biritinga e Barrocas em si já constitui exemplo de articulação das instituições do CISP, principalmente do Ministério Público, da Polícia Militar e Prefeituras. As articulações com os Conselhos Comunitários foram aprofundadas com sua participação decisiva em ações e iniciativas como videomonitoramento, disque-denúncia e reuniões nas comunidades. Deve ser buscado, entretanto, uma maior iniciativa dos membros dos CONSEG's e da sociedade civil em geral, visto que se observa, em geral, uma grande adesão às iniciativas propostas pelos órgãos públicos do Comitê, mas não há notícias de projetos de cultura, esporte, lazer nas comunidades, o que seria típico do terceiro setor.

O videomonitoramento foi um interessante exemplo de articulação das instituições, com a vista a integração da respectiva ação de vigilância: o projeto foi elaborado e operado pela PM (a Polícia Civil não participou), os CONSEG's arrecadaram recursos, adquiriram e se encarregaram de custear sua manutenção, com apoio da Prefeitura e CDL; a Prefeitura de Serrinha deu suporte na implantação da estrutura, instalação de placas e *outdoors*, comprometeu-se a repassar recursos financeiros ao CONSEG para manutenção; presídio local, bancos e comércio forneceram câmeras, TV e recursos financeiros; as empresas locais de vigilância deram descontos na aquisição dos aparelhos e na manutenção do sistema; o MP atuou no convencimento da necessidade da medida, articulação dos diversos atores e monitoramento das ações. Foram detectados como constrangimentos a implantação vagarosa, falta de especialistas na área, falta de envolvimento inicial da Prefeitura e SSP (batalhão local não tinha recursos nem alçada para implantar o videomonitoramento, transferências de

responsabilidades, saída do idealizador projeto, mudança de gestão municipal e insuficiência dos recursos arrecadados “comunitariamente”. Todos os constrangimentos, inclusive falta de adesão da Polícia Civil ao comitê, devem ser objeto de reflexão das instituições participantes, para definição de ações corretivas, inclusive para outras ações e projetos.

As reuniões nas comunidades somente foram possíveis através da articulação dos CONSEG’s e associações locais, que divulgava e mobilizavam a população; a presença constante da Polícia Militar, do Ministério Público e de alguns órgãos municipais possibilitou que assuntos que eram da alçada de outras instituições fossem encaminhadas, cabendo ao CISP monitorar as ações. A iniciativa, como visto, permite que o cidadão relate os diversos problemas que impactam na segurança pública, participando da construção de políticas públicas e ações que os previnam e/ou minorem. O CISP deve buscar envolver outros atores, como agentes comunitários de saúde e endemias, a fim de fornecer dados para produção de conhecimento e mobilizar a comunidade, aumentando a participação da população nas reuniões.

O disque-denúncia local foi também uma iniciativa da Polícia Militar, que opera o sistema, que contou com o apoio de todos os parceiros, mas articulou na operacionalização, em maior grau, a própria PM, CONSEG e Prefeituras de Serrinha, Biritinga e Barrocas. O CDL e rádios locais colaboraram na divulgação. O funcionamento ajudou a Polícia Militar no planejamento de ações, prisões e apreensões de drogas e armas e até no desencadeamento de operações conjuntas com o Ministério Público, como cumprimento de buscas e apreensões e prisões temporárias e preventivas. Algumas dificuldades ocorreram na execução da ação, como atraso das prefeituras no envio de equipamentos e disponibilização de servidores com perfil, além da reiterada falta de participação da Polícia Civil, valendo aqui as mesmas observações já referidas acima no sentido de buscar o envolvimento deste importante órgão público.

As articulações das instituições foram observadas também quando da análise do Conselho e Fundo Municipal Antidrogas, Projeto Paz e Cidadania. Por outro lado, também se apresentaram outros constrangimentos ao êxito destas medidas.

Beato (1999) considera que historicamente os sistemas de segurança pública e justiça criminal são frouxamente articulados, ponderando sobre a necessidade de “diagnóstico das relações interorganizacionais de tais atores, acreditando ainda que programas e estratégias de segurança somente serão eficazes baseados em articulação interinstitucional entre Estado e sociedade”. Defende ainda que nessa estratégia o Estado deve mobilizar não apenas

organizações policiais, mas também instituições que atuam nas áreas de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano. Enfatiza a necessidade de diagnósticos que apontem locais e grupos no interior da sociedade que mereceriam atendimento prioritário nas áreas citadas.

Soares (2000; 2007) e Souza (2015) criticam o insulamento e a verdadeira “colcha de retalhos” que é a segurança pública no Brasil, sem qualquer articulação e integração entre as próprias polícias, bem assim entre os outros componentes dos sistemas de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Souza (2006) define o “Sistema de Segurança Pública” como um “conjunto de instituições (públicas e/ou privadas) que coordenam, regulam, produzem ou controlam a produção de bens e serviços relacionados com a promoção da segurança, prevenção da violência e assistência a vítimas, incluindo os campos jurídico, policial, de assistência social e saúde. Essa visão sistêmica demanda, necessariamente, como visto, articulação e integração dos atores.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apontou a produção de diversas articulações entre os agentes e instituições onde as ações e reuniões se constituíram em verdadeiro trabalho que teceu “diferentes elementos com vista ao eficaz funcionamento de um sistema”. A produção de algumas ações integradas, focadas na resolução de específicos problemas, cuja alçada seria, em sua maioria, dos integrantes do CISP, contribuíram para o fortalecimento do sistema de defesa social em sentido amplo, permitindo efetiva participação comunitária, já que foram detectadas diversos exemplos de ajuda mútua entre os órgãos, contato direto das instituições, aumento da confiança interinstitucional. Os constrangimentos mais referidos foram a falta de adesão da Polícia Civil, maior óbice à integração dos sistemas de defesa social e justiça criminal, e a pouca participação do Poder Judiciário, em razão de constantes remoções de juizes, cultura procedimental e formal e posturas isolacionistas em razão da necessária imparcialidade diante da possibilidade de judicialização de conflitos interinstitucionais.

A atuação do CISP tem contribuído para a construção de alternativas que diminuam as mazelas denunciadas na literatura especializada citada. É não apenas possível, mas

imprescindível uma atuação integrada do Estado e da sociedade para a redução de violências, face aos alarmantes indicadores criminais e sociais.

A estratégia de atuação integrada para enfrentamento de várias tipos de violência e criminalidade, com foco em resolução de problemas, demanda aporte teórico de diversas correntes criminológicas.

Estudos e iniciativas relacionadas a planos de prevenção e redução de violências sugerem não apenas a integração dos sistemas de segurança pública e justiça criminal, mas uma articulação com a rede provedora de direitos sociais básicos, com o campo acadêmico e a participação comunitária.

A regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública e elaboração de um Plano Nacional de Segurança Pública, pode contribuir para uma articulação nacional dos entes federativos e das diversas instituições desse campo.

Os Municípios podem ajudar na prevenção de violências e criminalidade, sobretudo quando inseridos em arranjos interinstitucionais que fomentem atuação integrada.

A articulação e integração das ações de segurança pública deve ter a colaboração do Ministério Público, que embora não preste diretamente este serviço, é instituição essencial à justiça, com incumbência, dentre outras funções, de defender a ordem jurídica e os direitos sociais e individuais indisponíveis, promover a ação penal, exercitar o controle externo da atividade policial e fiscalizar os poderes e serviços públicos.

O Comitê Interinstitucional de Segurança Pública é uma forma de o Ministério Público exercer seu papel neste campo de atuação que o põe em contato direto com as demais instituições e a sociedade, sem prejuízo de sua atuação clássica, nos casos comprovados de violação legal, inclusive de agentes que possam tomar parte no CISP. As funções constitucionais já referidas colocam o MP como ator privilegiado na articulação das diversas instituições que devem compor os arranjos relacionados a segurança pública, com a composição ampla já exposta, pois além de atuar na seara criminal, tem funções de defesa de direitos básicos como educação, saúde, assistência social, meio ambiente, entre outras, facilitando uma ampla interlocução institucional e comunitária.

O presente estudo apontou que o colegiado do CISP promoveu grandes articulações entre as instituições que o compõe e com a sociedade civil, sem embargo de algumas resistências pontuais, que devem ser vencidas. As ações mostram, inclusive, integração interinstitucional em diversas ações. Várias ações desenvolvidas no CISP/Sisal também estão

ocorrendo em outros comitês, o que mostra a aceitação dessa forma de atuação interinstitucional na maior parte do Estado da Bahia.

Uma grande lacuna deste trabalho foi a não exploração dos membros que não participaram das reuniões do CISP e, conseqüentemente, não foram entrevistados. Tais atores poderiam trazer elementos que ajudariam na compreensão de alguns constrangimentos à ação coletiva.

Os agentes do Estado no campo burocrático tendem a cooperar para além dos interesses pessoais e institucionais, mesmo em um campo onde prevalecem relações antagônicas, de força, como o da defesa social. A cooperação dos indivíduos para a ação coletiva no CISP decorre da relação entre as posições sociais dos agentes neste campo burocrático. Suas disposições são influenciadas pela falta de prioridade conferida pelos órgãos diretivos às unidades locais e pela noção de pertencimento à comunidade local, o que influencia fortemente suas tomadas de posição enquanto Atos de Estado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança**. São Paulo, 1996.

_____. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. **o que ler na ciência social brasileira**, v. 2002, p. 267-307, 1970.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2006.

BAHIA. Governo Estadual. **Lei Estadual nº 12.357, de 26 de setembro de 2011**. Programa Pacto Pela Vida. Salvador: Governadoria, 2011.

_____. Ministério Público do Estado da Bahia. **Ato PGJ nº. 346/2010**. Salvador: 2011

_____. Ministério Público do Estado da Bahia. **Ato PGJ nº. 575/2013**. Salvador: 2013.

_____. Ministério Público do Estado da Bahia. **Ato PGJ nº. 685/2013**. Salvador: 2013.

_____. Ministério Público do Estado da Bahia. **Ato PGJ nº. 010/2014**. Salvador: 2014.

_____. Ministério Público do Estado da Bahia. **Portaria nº 1506/2014**. Salvador: 2014.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 13-27, 1999.

BERCLAZ, Márcio Soares. **A dimensão político-jurídica dos Conselhos Sociais no Brasil: Uma leitura a partir da Política da Libertação e do Pluralismo Jurídico**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. **Qual o papel do Ministério Público na segurança pública?** Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/04/25/qual-o-papel-do-ministerio-publico-na-seguranca-publica/>. 2016>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BISCAIA, Antônio Carlos Biscaia (Coord. Executivo). **Segurança Pública para o Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/redebrasil/executivo/nacional/anexos/pnsp.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus Editora, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Governo Federal. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Presidência da República, 2000.

_____. Governo Federal. **Portaria nº 1, de 16 de janeiro de 2014 – Diretrizes Nacionais Orientadoras dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública**. Brasília: Presidência da República, 2014.

_____. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001-2013**. Brasília, 2013.

_____. Poder Legislativo. **PL n. 3734/2012**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens**. Unicef. Observatório de Favelas, Laboratório de Análise da Violência da UERJ, 2012.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário (RE) 593727**.

_____. Ministério da Justiça. **Postulados, Princípios e Diretrizes Para a Política e Alternativas Penais**. Brasília, 2016.

BRASIL tem 21 cidades em ranking das 40 mais violentas do mundo; veja a lista. Globo.com. Mundo. 25/01/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/brasil-tem-21-cidades-em-ranking-das-50-mais-violentas-do-mundo.html?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1>. Acesso em: 2 jul. 2016.

CAMPOS, Carmen Hein de. Lei Maria da Penha: necessidade de um novo giro paradigmático. **Revista brasileira de segurança pública**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10-22, fev./mar. 2017.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo. **Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica**: a experiência brasileira. Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

COSTA, Heloniza Oliveira Gonçalves Costa. **Incentivos e constrangimentos à cooperação em arranjos organizacionais de combate à violência em Salvador**. 2005. Dissertação (Doutorado) Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, Salvador, 2005.

DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. Prevenção integrada: novas perspectivas para as políticas de segurança no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 9, n. 1, p. 38-42, 2006

DE CASTILHOS, Tiago Oliveira. Política criminal mediante el control por cámaras de seguridad e influencia en los medios de comunicación: el nuevo panoptismo de la era moderna. *Nuevos Paradigmas de las Ciencias Sociales Latinoamericanas*, v. III, n. 5, jan./jun. 2012.

DE OLIVEIRA, Jacqueline Mary Soares; TAVARES, Márcia Santana. Políticas Públicas de Combate à Violência Doméstica – Trabalhando Dois Polos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2013.

DICIONÁRIO da língua portuguesa. Portugal: Porto Editora, 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. A infância, a adolescência e os direitos, 1994.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação, na idade globalização e da exclusão**. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

FELDENS, Luciano. **Direitos Fundamentais e Direito Penal, Garantismo, Deveres de Proteção, Princípio da Proporcionalidade, Jurisprudência Constitucional Penal e Jurisprudência dos Tribunais de Direitos Humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

VIANA FILHO, Humberto de Azevedo (Presidente do Conselho de Administração). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. In: ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 8. São Paulo, 2014.

FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Alice de Almeida. Parceiros da Paz: uma proposta de aproximação com a sociedade na tutela do direito difuso da Segurança Pública. In: CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: o Ministério Público como Fator de Redução de Conflitos e Construção da Paz Social, 18. 2009. Porto Alegre. **Livro de Teses**. Associação Catarinense do Ministério Público – ACMP. Porto Alegre: Magister, 2009. p. 388-391.

FREITAS, Felipe da Silva. **Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do estado da Bahia (2011 – 2014)**. 2015. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GARLAND, David. **A cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan. 2008.

GÄRTNER, Anika. Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, n. 3, p. 56, 2008.

GONÇALVES, Luis Carlos dos Santos. **Mandados Expressos de Criminalização e a Proteção dos Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira de 1988**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

GONH, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago., 2004.

HERMES, Ivenio. **CVLI: A Nomenclatura e Suas Estatísticas Valorizadoras da Vida**. 2014. Disponível em: <<http://www.iveniohermes.com/cvli-a-nomenclatura-e-suas-estatisticas-valorizadoras-da-vida/>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

JARDWSKI, Édina Rubia Weinert. **Análise da eficácia do sistema de vídeo monitoramento da cidade de Colombo**, Monografia (especialização em gestão Pública Municipal) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

KAHN, Tulio; ZANETIC, André. **O papel dos municípios na segurança pública**. Estudos Criminológicos, v. 4, 2005. Disponível em: <http://www.esteio.rs.gov.br/documents/SMSMU/manual_estudos_criminologicos_4.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

KLAUS, Frey. Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v. 1, art. 9, p. 136-150, 2007.

LEMGRUBER, Julita; CANO, Ignacio; MUSUMECI, Leonarda. **Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”**. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

LIMA, Renato Sérgio de (Coord). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015.

_____. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, 2017.

LIMA, Renato Sérgio; Ratton, José Luiz; De AZEVEDO, Rodrigo G. (Orgs.) **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LOCHE, Adriana et al. Avaliação de políticas em segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio; Ratton, José Luiz; De AZEVEDO, Rodrigo G. (Orgs.) **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. **Quem mantém a ordem, quem cria desordem: gangues prisionais na Bahia**, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/03.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes. Petrópolis. 2009.

MARCHIORI, Thaise. O papel dos municípios na segurança pública: relações entre CONSEG e administração municipal (1985-2008). 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88745>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

MOLINA, Antônio García-Pablos de. GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PAIM, Jairnilson Silva; COSTA, Heloniza O. G.; VILASBÔAS, Ana Luíza Queiroz. Política pública e controle da violência: um estudo de caso na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, p. 485-494, Rio de Janeiro, 2009.

PARAÍBA, Governo do Estado da (Org.). **Metodologia de contagem de Crimes Violentos Letais Intencionais**: Secretaria da Segurança e da Defesa Social. João Pessoa: Secretaria de Estado da Comunicação Institucional, 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.

REICHENHEIM, Michael Eduardo, WERNECK, Guilherme L. Anos potenciais de vida perdidos no Rio de Janeiro, 1990. As mortes violentas em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, p. 188-198, 1994. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500014>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

RIBEIRO, Ludmila; PATRÍCIO, Luciane. Indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas municipais de segurança pública: uma reflexão a partir de um estudo de caso. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, n. 3, p. 6-29, 2008.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SANTOS, Íris Gomes dos. **Descentralizar, concentrar ou pactuar?** Desenhos e estágios de implementação do Sistema Único de Segurança Pública em municípios da Bahia e de Pernambuco, 2010.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

SAPORI, Luís Flávio Sapor; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. de. Integração policial em Minas Gerais Desafios da governança da política de segurança pública. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, p. 428-453, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4868/6842>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SENTO-SÉ, João Trajano (Coordenador). Conselhos de segurança pública no Brasil. Notas provisórias de um campo a ser explorado. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 2, ago./set. 2014.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SILVA, João Apolinário da. **Análise Criminal**: Teoria e Prática.. Salvador: Artpoesia, 2015.

SILVA, Aurélio José da. Entre o medo, a cooperação e o conflito: o papel dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, PUCMinas. 2005.

SILVA JUNIOR, Dequex Araújo. Segurança pública como cultura do controle. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo v. 4, Edição 7, ago./set. 2010.

SILVEIRA, Andrea Maria. **Prevenindo homicídios**: avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, jan./abr. 2006.

_____. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, set./dez. 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **Quem comanda a Segurança Pública no Brasil?**. Belo Horizonte: Letramento, 2015.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. **Atualidades Jurídicas**, Brasília, n. 1, mar./abr. 2007.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WEBER, Nartir Dantas. **O Judiciário como garantidor dos direitos humanos da mulher na aplicação da Lei Maria da Penha: um estudo das condições e do desempenho da Primeira Vara de Violência Doméstica de Salvador**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

_____. **Sociologia e Política**, v. 20, n.41. Curitiba, 2012.

YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente**: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAVATARO, Bruno. **Democracia e Participação nos Conselhos Comunitários de Segurança de Curitiba**: Uma Nova Gestão da Segurança Pública. Monografia (Graduação) Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa. Teoria e Prática**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Posição Social

1. Fale-me como foi o convite para participar desse comitê.
2. Fale-me um pouco sobre sua formação e trajetória profissional.

Conhecimento sobre o CISP

2. Como foi o processo de implantação do CISP aqui?
3. De quem foi a iniciativa?
4. Foi repassado material explicativo?
5. O Comitê tem realizado reuniões?
6. Qual a frequência das reuniões?
7. O que é o CISP para você? Como se dá a sua atuação no CISP?

Ações do CISP

8. O CISP tem promovido articulação de ações? Quais? Como tem sido?
9. O CISP tem promovido integração, harmonização e/ou mediação de relações entre os órgãos parceiros?
10. Foram discutidas e/ou implementadas no CISP alguma das ações abaixo? Fale sobre elas.
 - Análise de CVLI (crimes violentos letais intencionais – homicídios, latrocínios e lesões seguida de morte).
 - Violência Doméstica, Ronda Maria da Penha e/ou Palestra voltada para o público masculino.
 - Implantação/apoio à Central de Acompanhamento de Penas Alternativas – CEAPA.
 - Implantação/reativação do Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEG.
 - Monitoramento das Vias Públicas por Câmaras.
 - Reuniões nos Bairros com a Comunidade.
 - Outras ações do Comitê

Posição e percepção do agente sobre sua atuação

11. A sua instituição tem se beneficiado das ações do CISP? Fale sobre isso
12. Você, como cidadão, tem se beneficiado das ações do CISP? Em que medida?
13. Que fatores, na sua opinião, contribuem para a articulação e integração entre os componentes do CISP?
14. Que fatores, na sua opinião, impedem, ou dificultam a articulação e integração entre os

componentes do CISP?

15. Fale-me sobre as dificuldades e facilidades no trabalho em relação a violência e criminalidade.

Outras disposições

16. Além de suas ações no campo da prática profissional, qual a sua participação política nas questões atinentes a segurança pública e criminalidade?

17. você tem alguma religião?

18. E sua origem familiar? Seus pais e avós? Qual a escolaridade e profissão dos seus pais?

19. Por que você começou a trabalhar com as temáticas de violência e segurança pública? Quando?

ANEXO 1 – CISP’S REGIONAIS INSTALADOS EM JULHO/2017

COMITÊ REGIONAL	REUNIÕES PERIÓDICAS	CVLI	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CEAPA	CONSEG	CÁMARAS DE VIGILÂNCIA	REUNIÕES NA COMUNIDADE
1. SR. BONFIM ¹⁵	SIM, , ATÉ 2013	IDEM	IDEM	IDEM	IDEM	IDEM	IDEM
2. VALENÇA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
3. IRECE ¹⁶	SIM	SIM	SIM	SIM, 2011/2012	SIM	SIM	SIM
4. PAULO AFONSO	SIM, BIMESTRAIS	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
5. SAJ	SIM	SIM (anual)	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
6. SERRINHA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
7. EUCLIDES DA CUNHA	SIM, BIMESTRAL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
8. SIMÕES FILHO	SIM, BIMESTRAL	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
9. JACOBINA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
10. CONQUISTA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
11. LEM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
12. BRUMADO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
13. ITABUNA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
14. ALAGOINHAS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
15. BARREIRAS	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
16. CAMAÇARI	SIM	SIM ¹⁷	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
17. SEABRA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
18. ITAPETINGA	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
19. JEQUIÉ	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
20. PORTO SEGURO	SIM (GGI)	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
21. ILHÉUS	SIM	SIM	SIM	NÃO ¹⁸	SIM	SIM	NÃO
22. TEIXEIRA DE FREITAS	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
23. JUAZEIRO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
24. GUANAMBI	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
25. ITABERABA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

*Não implantado, nenhuma ação avaliada

**Parcialmente Implantado: de 1 a 3 das seis mais comuns

**Implantado: 4 ou mais das seis ações mais comuns

15

Desde de 18/12/2012 já se realizavam reuniões com atas, nos moldes dos CISP’s Regionais, sob o nome de “Fórum de Gestão Integrada em Segurança Pública de Senhor do Bonfim

16 Em Irecê, a primeira reunião do que se denominou Grupo de Gestão Integrada em Segurança Pública de Irecê ocorreu em 13 de agosto de 2011

17 Projeto “Paz e Cidadania”, promoção de ações de cidadania, intensificação de rondas da PM, palestras etc. no bairro Nova Vitória, com maior número de CVLI

18 Implantada em Ilhéus, mas representante da CEAPA não participa das reuniões, embora convidada

ANEXO 2 - 1ª ATA - REUNIÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÉ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DA REGIÃO DO SISAL -CISP



Escritório regional de Serrinha
1ª e 5ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SERRINHA
 Av. Lauro Mota, nº 222, Centro, CEP 48.700-000
 Serrinha – Bahia – Tel./Fax: (0xx75) 3261-2758/3198
 e-mail: serrinha@mpba.mp.br

1ª ATA - REUNIÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO COMITÉ INTERINSTITUCIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DA REGIÃO DO SISAL - CISP

Aos 05 de maio de 2014, no auditório da UNEB – Universidade do Estado da Bahia/ Departamento Campus XI, situado na Rua Álvaro Augusto, s/n, Rodoviária, município de Serrinha/BA, foi realizada a primeira reunião de implementação do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública-CISP, em Serrinha e Região do Sisal, pelos Promotores de Justiça Núbia Rolim dos Santos e Gilber Santos de Oliveira, titulares da 1ª e 5ª promotorias de Justiça, respectivamente, onde estiveram presentes: Roberto Barbosa de Figueiredo, 16º BPM/PM; Gilvan Pereira de Oliveira, 16º BPM/PM; Davi Souza Gomes, 16º BPM/PM; Lúcio José F. Da Silva, 16º BPM/PM; Ramon de A. Reis, 16º BPM/PM; Ariosmar C. Rios de Santana, 16º BPM/PM; Rodolfo Éden C. de Santana, 16º BPM/PM; Genival Moncorvo Santos, 16º BPM/PM; João Batista de Oliveira, representando a 12ª Dires; Caroline Rodrigues Campos, representando o Município de Serrinha; Tiago Guimarães Rêgo Almeida e Helaine Moura P. de Almeida, Defensores Públicos - ...; Janesuele Silva Firmo e Luana Lima Barreto Silva, representando Conselho Tutelar de Serrinha; Katia Regina Bispo e Silva, representando a DIREC 12; Antônio Carneiro de Oliveira, representando a Guarda Municipal/ Serrinha; Ivoneide Silva Bispo, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social-Copir/ Serrinha; Antonio Carlos da Silva, representando a Câmara dos Dirigentes Lojistas/ Serrinha; Cleuza Juriti de Souza, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social-DPPI/ Serrinha; Genilda Pereira e Ilário Carneiro, representando a câmara Municipal de São Domingos; Elivânia Reis de Andrade Alves, representando a Universidade do Estado da Bahia-UNEB/ Campus XI; Arnaldo Freitas, Thays Pascoal, Walmelia Ramos e Rôse R. Miranda, representando a Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas-CEAPA/ Núcleo Serrinha; Antônio Carlos Batista, representando o Conselho de Segurança-CONSEG/ Serrinha; Ciciane Santos Oliveira e Italla Mirlana C. Ferreira, representando a Coordenação Geral de

Trânsito/ Serrinha e José Francisco, representando a Câmara Municipal de Serrinha. A reunião foi iniciada pela Promotora de Justiça, Núbia Rolim dos Santos, explicando o motivo do encontro e da importância do trabalho em grupo, vez que todos os órgãos presentes exercem o mesmo papel frente a sociedade. O Promotor de Justiça, Gilber Santos de Oliveira dá continuidade, apresentando-se e falando do CISP, bem como exemplificando o comitê em senhor do Bonfim; abordou como deverá acontecer, dinâmica de reunião, desenvolvimento e objetivo do Comitê; O Comitê de Segurança Pública tem como principal objetivo discutir assuntos voltados à violência e cada órgão, dentro de sua atribuição realizar atividades que combatam a violência; o Promotor abordou que será confeccionada ata e encaminhada por e-mail, a fim de que cada um possa fazer as intervenções que achar que não foram abordadas no texto; após, fez leitura das estratégias do CISP e argumentou que o espaço do Comitê é a discussão da segurança pública na região do sisal; Dr. Gilber exemplificou ações específicas desenvolvidas no município de Senhor do Bonfim após a adesão e implementação do CISP, o que gerou diminuição dos crimes violentos; abordou, ainda, que nas reuniões mensais os problemas eram colocados e as ações necessárias para combatê-las; dando continuidade, solicitou que os presentes se apresentassem e fizessem as colocações que entendessem necessárias. O senhor Davi, subcomandante do 16º BPM falou sobre a necessidade de montar o Comitê e filtrar as ações, de modo que não haja nenhuma interferência político-partidária; aprovou a ideia, colocando-se à disposição para o que for necessário. O Major Lúcio parabenizou a iniciativa do Ministério Público à medida que argumentou que é um projeto necessário para manter a segurança pública, inclusive mencionou a satisfação e disposição no engajamento do projeto; admitiu apoio na implantação do Comitê e mencionou que houve um decréscimo no índice dos crimes mais violentos. O Capitão Gilvan, Comandante da 1ª CIA Cidade Nova destacou o artigo 140 da Constituição Federal e ressaltou a importância da sociedade civil e da diversidade dos órgãos na busca de soluções e nas propostas de atividades para evitar o cometimento de crimes. O Conselho tutelar parabenizou o Ministério Público pela iniciativa, destacando o aumento da criminalidade no âmbito da juventude. O Presidente da CDL, Antônio Carlos também parabenizou o Ministério Público e abordou como o comércio está vulnerável, em razão do alto índice de violência no município. Dando continuidade às apresentações, o Defensor Público, Tiago Guimarães destacou o

papel social da Defensoria pública na segurança pública e colocou-se à disposição para o que for necessário. Posteriormente, deu seguimento às apresentações os seguintes órgãos: SEDES, DIRES 12, Procuradoria do Município, DIREC 12, Vereadores do Município de São Domingos e a Promotora de Justiça Fernanda Presgrave, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha. Thays Pascoal, coordenadora local da CEAPA explanou sobre a Central, suas competências e quem a compõe, apoiando a proposta do CISP. Antônio Carlos Batista, representante do Conseg abordou a falta de compromisso da população em termos de participação social nos conselhos. A Diretora da UNEB saudou todos os presentes e destacou o grande desafio do Comité, bem como a importância do seu desenvolvimento para o município, em razão da segurança pública. Dr. Gilber ressaltou que a solicitação do espaço da UNEB, deu-se também em razão da ideia da segurança pública não somente voltada para a repressão, mas sim discussão, escuta, partilha e educação. Por último, apresentaram-se Ciciane e Italla, representantes da Coordenação Municipal de Trânsito. Dr. Gilber fala que esta será a primeira reunião e pontua que paralelo ao CISP poderá ser realizadas outras atividades voltadas para segurança da comunidade; resalta que o presente momento é de análise, leitura e reflexão, informando que encaminhará a ata, bem como o regimento interno para que todos possam ter conhecimento do programa e refletir quais assuntos são mais importantes para a primeira discussão, opinando para que fosse realizada uma reunião mensal. Todos concordaram com a proposta, ficando acordado que a próxima reunião será acontecerá no dia 02 de junho de 2014, às 14 horas, no auditório da FUNASA, localizado na Rua Leopoldo Alves, nº 01, Ginásio, Serrinha/BA, ficando desde logo, todos cientificados.

ANEXO 3 – ATO NORMATIVO Nº 010/2014

ATO NORMATIVO Nº 010/2014

Institui o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública Regional de Serrinha e Região do Sisal
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 15 da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e considerando:
- a necessidade de fomentar e contribuir na efetivação das funções institucionais conferidas constitucionalmente ao Ministério Público pelo art. 129, incisos I, VI, VII, VIII e IX;
- a oportunidade de colaborar com os Poderes Públicos e a sociedade no enfrentamento da problemática da violência;
- a importância de conferir uma abordagem relativa à temática da segurança pública diferenciada e adequada às particularidades e características regionais e locais

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública Regional - CISP REGIONAL Serrinha e Região do Sisal, com a finalidade de organizar, no âmbito regional, uma rede articulada e integrada, visando ampliar e multiplicar ações e iniciativas interinstitucionais em segurança pública e defesa social, nos termos dos Atos nºs 346/2010 e 574/2013.

Art. 2º Compete ao CISP REGIONAL de Serrinha e Região do Sisal:

- I. fomentar redes de cooperação, no âmbito local e regional, visando auxiliar o exercício das funções institucionais conferidas ao Ministério Público;
- II. colaborar com os órgãos e entidades públicas e com entidades privadas em campanhas educativas tendentes a abordar a problemática da violência;
- III. colaborar, facilitar e estimular a implementação e instrumentalização de diretrizes, estratégias, prioridades, intervenções e iniciativas voltadas aos objetivos do CISP REGIONAL;
- IV. promover, alinhada com as estratégias e ações que assegurem a inserção transversal da temática da segurança pública, a atuação integrada, cooperada e articulada das instituições que tenham atuação na região;
- V. identificar oportunidades de parcerias com instituições públicas e privadas e a sociedade civil, especialmente na promoção de ações proativas, locais e regionais, de defesa social e de segurança pública;
- VI. estimular e participar do intercâmbio de idéias, experiências e informações voltadas às questões de segurança pública e sua contínua e ampla aquisição e compartilhamento;
- VII. contribuir e participar da coleta, sistematização e armazenamento de informações relativas à temática da segurança

TJBA – DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO – Nº 1.226 - Disponibilização: terça-feira, 8 de julho de 2014

Cad 1 / Página 351

pública, no âmbito regional, especialmente aquelas relativas ao controle externo da atividade policial e às estatísticas criminais;

VIII. receber e analisar propostas de especialistas e representantes de outros órgãos, instituições públicas ou privadas e de organizações da sociedade civil, voltadas às ações do Comitê;

IX. realizar e participar de audiências públicas, encontros, seminários, debates e eventos similares voltados à divulgação de informações e de conteúdos relativos à finalidade do CISP REGIONAL e à temática da segurança pública, no âmbito da região;

X. elaborar seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º Na composição do CISP REGIONAL de Serrinha e Região do Sisal deverá ser assegurada a participação de representantes das seguintes instituições ou segmentos atuantes na região:

- I. Ministério Público do Estado da Bahia - 1ª e 5ª Promotorias de Justiça de Serrinha;
- II. Prefeitura Municipal de Serrinha;
- III. Câmara Municipal de Vereadores de Serrinha;
- IV. Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos;
- V. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Serrinha;
- VI. Conselho Tutelar de Serrinha;
- VII. Coordenação Geral de Trânsito de Serrinha
- VIII. Guarda Municipal de Serrinha;
- IX. Diretoria Regional de Educação - DIREC 12
- X. Diretorias Regionais de Saúde - DIRES 12;
- XI. Defensoria Pública do Estado da Bahia;
- XII. 16º Batalhão de Polícia Militar/Serrinha;
- XIII. Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas - CEAPA/ Núcleo Serrinha;
- XIV. Conselho Comunitário de Segurança Pública de Serrinha - CONSEG Norte;
- XV. Câmara dos Dirigentes Lojistas de Serrinha;
- XVI. Poder Judiciário - Vara Criminal de Serrinha;
- XVII. Polícia Civil - 15ª COORPIN;
- XVIII. Departamento de Polícia Técnica - 15ª CRPT;
- XIX. Associação Corpo de Bombeiros Socorristas Comunitários da Região Sisaleira;
- XX. Conselho Comunitário de Segurança Pública de Serrinha - CONSEG Sul;
- XXI. Câmara Municipal de Vereadores de Araci/BA;
- XXII. Câmara Municipal de Vereadores de Retirolândia/BA;
- XXIII. Conselho Comunitário de Retirolândia;
- XXIV. Prefeitura Municipal de Retirolândia;
- XXV. Prefeitura Municipal de São Domingos;
- XXVI. Igreja Adventista do Sétimo Dia;
- XXVII. Prefeitura Municipal de Barrocas;
- XXVIII. Conjunto Penal de Serrinha - CPS;
- XXIX. Prefeitura Municipal de Valente;
- XXX. Conselho Comunitário de Segurança de Valente;
- XXXI. Câmara Municipal de Valente;
- XXXII. Centro de Referência de Atendimento a Mulher de Serrinha - DANDARA;
- XXXIII. CDL de Barrocas;
- XXXIV. Prefeitura Municipal de Biritinga.

Art. 4º Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 07 de julho de 2014.

MÁRCIO JOSÉ CORDEIRO FAHEL

Procurador-Geral de Justiça

ANEXO 4 – RESOLUÇÃO Nº 001, DE 08 DE MAIO DE 2014

O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA DE SERRINHA E REGIÃO DO SISAL, instituído no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Ato Nº 685/2013,

RESOLVE

aprovar o Regimento Interno do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública de Serrinha e Região do Sisal – CISP/ Sisal, regulamentando o seu funcionamento e dando outras providências.

**CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA**

Art. 1º Ao CISP/ Sisal, que tem por finalidade contribuir com um Sistema de Justiça Criminal e de Defesa Social mais ágil e efetivo, compete, além das atribuições estabelecidas no Ato:

I. promover a atuação integrada dos órgãos e entidades que compõem o Comitê, contribuindo com ações que assegurem a inserção transversal da temática segurança pública;

II. fomentar redes de cooperação para apoiar a ação dos órgãos que integram o sistema de segurança pública e a sociedade;

III. propor e viabilizar uma agenda estratégica em contribuição à temática de segurança pública;

IV. estimular o intercâmbio de ideias e experiências com órgãos e entidades voltados às questões de segurança pública;

V. identificar oportunidades de parcerias com instituições públicas e privadas e a sociedade civil organizada, especialmente na promoção de ações proativas de defesa social e de segurança pública;

VI. promover ações e iniciativas que propiciem o compartilhamento de informações relevantes, com a utilização dos recursos de inteligência, com as devidas ressalvas de cada instituição;

VII. promover a divulgação de informações sobre segurança pública, junto aos diversos setores da sociedade, por meio da realização de audiências públicas, palestras, material impresso e meios de comunicação disponíveis;

VIII. opinar sobre estratégias de intervenção em situações concretas;

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA DE SERRINHA E REGIÃO DO SISAL – CISP/ SISAL

Art. 2º O CISP/Região do Sisal é composto por representantes das seguintes instituições:

- I. Ministério Público do Estado da Bahia - 1ª e 5ª promotoria de Justiça de serrinha;
- II. Prefeitura Municipal de Serrinha;
- III. Câmara Municipal de Vereadores de Serrinha;
- IV. Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos;
- V. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Serrinha;
- VI. Conselho Tutelar de Serrinha;
- VII. Coordenação Geral de Trânsito de Serrinha
- VIII. Guarda Municipal de Serrinha;
- IX. DIREC 12
- X. DIRES 12;
- XI. Defensoria Pública do Estado da Bahia;
- XII. 16º Batalhão de Polícia Militar/Serrinha;
- XIII. Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – CEAPA/ Núcleo Serrinha;
- XIV. Conselho Comunitário de Segurança Pública de Serrinha – CONSEG Norte;

- XV. Camara dos Dirigentes Lojistas de Serrinha
- XVI. Poder Judiciário – Vara Criminal de Serrinha;
- XVII. Polícia Civil – 15ª COORPIN;
- XVIII. Departamento de Polícia Técnica – 15ª CRPT;
- XIX. Associação Corpo de Bombeiros Socorristas Comunitários da Região Sisaleira;
- XX. Conselho Comunitário de Segurança Pública de Serrinha – CONSEG Sul;
- XXI. Câmara Municipal de Vereadores de Araci/BA;
- XXII. Câmara Municipal de Vereadores de Retirolândia/BA;
- XXIII. Conselho Comunitário de Retirolândia;
- XXIV. Prefeitura Municipal de Retirolândia;
- XXV. Prefeitura Municipal de São Domingos;
- XXVI. Igreja Adventista do Sétimo Dia;
- XXVII. Prefeitura Municipal de Barrocas;
- XXVIII. Conjunto Penal de Serrinha – CPS;
- XXIX. Prefeitura Municipal de Valente;
- XXX. Conselho Comunitário de Segurança de Valente;
- XXXI. Câmara Municipal de Valente;
- XXXII. Centro de Referência de Atendimento a Mulher de Serrinha – DANDARA;

XXXIII. CDL de Barrocas;

XXXIV. Prefeitura Municipal de Biritinga.

§ 1º O CISP/ Sisal será coordenado pelo Ministério Público do Estado da Bahia – 1ª e 5ª Promotorias de Justiça de Serrinha.

§ 2º Na hipótese de impedimento do Coordenador, a coordenação será exercida por um subcoordenador indicado pelo Comitê.

§ 3º Os representantes das instituições previstas neste artigo, serão indicados pelos respectivos dirigentes, cabendo a cada Instituição o direito a 01 (um) voto.

§ 4º O ingresso e o desligamento das Instituições junto ao CISP serão decididos pelo Colegiado, na forma do art. 4º deste Regimento.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º O CISP/Sisal reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, mediante convite da Coordenação.

Art. 4º As deliberações do CISP/ Sisal serão tomadas por maioria simples de voto dos presentes, cabendo à Coordenação, no caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 5º As sessões serão registradas em atas que deverão ser distribuídas entre os componentes do CISP/ Sisal, até 10 dias após a realização da sessão, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 6º - Os resultados das reuniões do Comitê serão registrados e poderão ser formalizados e dirigidos ao CISP/Bahia ou qualquer Poder do Estado, da União ou dos Municípios, se assim entenderem seus membros.

Art. 7º - Por decisão do Comitê e por meio de ato do seu Coordenador, poderão ser instituídas Comissões Temáticas, integradas por profissionais das instituições participantes ou profissionais convidados de outras organizações públicas ou privadas, para elaborar proposições ou análises técnicas de temas estratégicos de interesse da segurança pública.

Art. 8º A Promotoria Regional de Serrinha exercerá as funções de Secretaria-Executiva, podendo contar com a participação das instituições que compõem o CISP/Sisal na prestação de apoio técnico e administrativo.

Art. 9º Compete à Secretaria-Executiva do CISP/ Sisal:

I. assessorar os membros do Comitê, fornecendo informações técnicas solicitadas ou que julgar convenientes para o desenvolvimento dos trabalhos;

II. viabilizar a execução das ações e iniciativas propostas pelo Comitê, buscando oportunidades de agregação, negociação e articulação a elas vinculadas;

III. promover, articuladamente com os membros do Comitê, os estudos e pesquisas necessários à execução da agenda estratégica proposta pelo Comitê;

IV. promover e articular as ações relativas à adoção de medidas procedimentais e operacionais necessárias, inclusive na celebração de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres;

V. coordenar, supervisionar e executar os serviços de apoio técnico e administrativo pertinentes ao Comitê e às Comissões Temáticas;

VI. organizar a pauta das reuniões do Comitê;

VII. distribuir aos membros do Comitê, os convites, a pauta e documentos a serem analisados nas reuniões;

VIII. promover os meios para a comunicação e articulação do Comitê com órgãos públicos e sociedade civil organizada;

IX. receber, preparar e expedir, por ordem do Coordenador, toda correspondência em nome do Comitê;

X. secretariar as reuniões do Comitê e lavrar as respectivas atas, providenciando o seu encaminhamento para exame dos membros;

XI. manter a guarda dos documentos recebidos, produzidos e expedidos pelo Comitê.

Art. 10. Compete ao coordenador do CISP/ Sisal:

I. convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;

II. presidir as reuniões, decidir questões de ordem, apurar e proclamar resultados;

III. promover as articulações interinstitucionais e gestões necessárias no sentido de subsidiar os temas a serem tratados pelo Comitê e o encaminhamento e acompanhamento das deliberações;

IV. aprovar a pauta das sessões;

V. prover o apoio logístico necessário ao funcionamento do Comitê e das Comissões Temáticas;

Art. 11. Compete aos membros do CISP/ Sisal:

I. participar das reuniões do Comitê, especialmente na discussão de temas relacionados à respectiva Instituição;

II. sugerir temas a serem incluídos na pauta do Comitê;

III. analisar, manifestar-se e deliberar acerca das matérias em pauta;

IV solicitar estudos e pareceres técnicos especializados;

V. preparar documentos, informes e análises técnicas para subsidiar as discussões do Comitê;

VI. implementar as deliberações do Comitê nas respectivas áreas, mantendo a Secretaria-Executiva informada, para fins de acompanhamento;

VII. indicar profissionais de sua área e acompanhar a atuação das Comissões Temáticas;

VIII. integrar as comissões temáticas previstas no artigo 7º.

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Art. 12. O encaminhamento dos convites, pauta e documentos a serem analisados será realizado com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis da data prevista para a realização das reuniões.

Art. 13. Nas sessões do CISP/ Sisal será observada a seguinte ordem dos trabalhos:

- I - verificação do *quorum*;
- II - abertura da sessão pelo Coordenador;
- III - apreciação e aprovação da ata da sessão anterior;
- IV - assuntos pautados;
- V - proposições, indicações e assuntos gerais, respeitada a ordem cronológica de inscrição.

Parágrafo único. A critério da Coordenação ou por decisão dos participantes, poderá ser invertida ou acrescida a pauta dos trabalhos.

Art. 14. As atas das sessões serão elaboradas e arquivadas em pasta própria, delas devendo constar:

- I. o que ocorrer na sessão;
- II. referência à data e ao horário do seu início;
- III. os nomes dos membros presentes e dos ausentes que apresentaram justificativas;
- IV. numeração ordinária crescente, seguida do ano em que ocorreu a sessão.

Art. 15. As deliberações serão aprovadas em sessão e redigidas pelo Coordenador do Comitê, cabendo à Secretaria-Executiva as providências relacionadas à digitação, assinaturas, arquivamento e encaminhamento, por meio eletrônico, aos membros do Comitê.

Art. 16. A sessão extraordinária será convocada pelo Coordenador do Comitê ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros, durante a sessão ordinária ou com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. Aplicam-se às sessões extraordinárias as mesmas disposições, no que couber, previstas para as sessões ordinárias.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O presente regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer dos membros do Comitê.

Art. 18. Os casos omissos serão dirimidos pelo Comitê, na forma do art. 4º.

Art. 19. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serrinha/BA, 02 de junho de 2014.

Ministério Público do Estado da Bahia – Escritório regional de Serrinha – 1ª e 5ª promotorias de Justiça de Serrinha; Prefeitura Municipal de Serrinha; Câmara Municipal de Vereadores de Serrinha; Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Serrinha; Conselho Tutelar de Serrinha; Coordenação Geral de Trânsito de Serrinha; Guarda Municipal de Serrinha; DIREC 12; DIRES 12; Defensoria Pública de Serrinha; 16º Batalhão de Polícia Militar de Serrinha; Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – CEAP/ Núcleo Serrinha; Conselho de Segurança – CONSEG de Serrinha; Câmara dos Dirigentes Lojistas de Serrinha; Poder Judiciário – Vara Criminal de Serrinha; Polícia Civil – 15ª COORPIN; Departamento de Polícia Técnica – 15ª CRPT; Associação Corpo de Bombeiros Socorristas Comunitários da Região Sisaleira; Conselho Comunitário de Segurança Pública de Serrinha – CONSEG Sul; Câmara Municipal de Vereadores de Araci/BA; Câmara Municipal de Vereadores de Retirolândia/BA; Conselho Comunitário de Retirolândia; Prefeitura Municipal de Retirolândia; Prefeitura Municipal de São Domingos; Igreja Adventista do Sétimo Dia; Prefeitura Municipal de Barrocas; Conjunto Penal de Serrinha – CPS; Prefeitura Municipal de Valente; Conselho Comunitário de Segurança de Valente; Câmara Municipal de Valente; Centro de Referência de Atendimento a Mulher de Serrinha – DANDARA; CDL de Barrocas; Prefeitura Municipal de Biritinga.